



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY

SALC

2023

INTERESSADO: 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE

**ASSUNTO:** Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e Motores de Popa. do 7º Batalhão de Engenharia de Combate

VOLUME 01

Anexo: PROCESSO ADMINISTRATIVO (NUP) Nº 64036.005289/2023-23, COM - \_\_\_\_\_ FOLHAS

MOVIMENTO DO PROCESSO

| DESTINO    | DATA | DESTINO | DATA |
|------------|------|---------|------|
| 1 – CJU/RN |      | 13      |      |
| 2          |      | 14      |      |
| 3          |      | 15      |      |
| 4          |      | 16      |      |
| 5          |      | 17      |      |
| 6          |      | 18      |      |
| 7          |      | 19      |      |
| 8          |      | 20      |      |
| 9          |      | 21      |      |
| 10         |      | 22      |      |
| 11         |      | 23      |      |
| 12         |      | 24      |      |



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO**  
(Licitação para Compras e Serviços, exceto engenharia e TIC)

**Notas explicativas**

A presente lista de verificação foi elaborada com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 para aquisições e serviços comuns.

A presente lista pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela CNMLC em conjunto com a Seges/ME, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais, dispensando sua verificação específica<sup>1</sup>.

A lista deve ser preenchida pelo órgão contratante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

A lista foi dividida em **quatro** seções. A primeira trata de requisitos gerais de todas as contratações. A segunda seção abrange aspectos específicos da pesquisa de preços e das questões orçamentárias. A terceira seção abrange aspectos relativos a aquisições. A última seção abrange aspectos específicos para contratação de serviços em geral.

A coluna “Atende plenamente a exigência?” deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência

Não: não atende plenamente a exigência

Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: [cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br](mailto:cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br)

| <b>VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES</b> | <b>Atende plenamente a exigência?</b> | <b>Indicação do local do processo em</b> |
|--------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------------|
|--------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------------|

|                                                                                                                                                                                                                                        |               | que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI ) |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------------------------------------------|
| Houve abertura de processo administrativo? <sup>2</sup>                                                                                                                                                                                | SIM           | 14                                                |
| Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? <sup>3</sup>                                                                                              | SIM           | 62-63                                             |
| A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? <sup>4</sup>                                                                                                   | SIM           | 89-100                                            |
| Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções? <sup>5</sup>                                                                                                                                                      | SIM           | 89-100                                            |
| Consta documento de formalização de demanda? <sup>6</sup>                                                                                                                                                                              | SIM           | 20-23                                             |
| Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual? <sup>7</sup>                                                                                                                                | SIM           | 157-158                                           |
| Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? <sup>8</sup>                                                                                                                          | SIM           | 83                                                |
| Há Estudo Técnico Preliminar? <sup>9</sup>                                                                                                                                                                                             | SIM           | 154-164                                           |
| O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação? <sup>10</sup> | SIM           | 154-164                                           |
| Há Análise de Riscos? <sup>11</sup>                                                                                                                                                                                                    | SIM           | 24-61                                             |
| Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? <sup>12</sup>                                                                                                                       | Não se aplica |                                                   |
| Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? <sup>13</sup>                                                                                           | Sim           | 80;186                                            |
| Há termo de referência? <sup>14</sup>                                                                                                                                                                                                  | Sim           | 123-153                                           |
| Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022? <sup>15</sup>                                                                                                         | NÃO           | 123-153                                           |
| Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de                                                                             | Sim           | 123-153                                           |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |               |         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------|
| padronização, ou houve justificativa para sua não utilização? <sup>16</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |               |         |
| Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Sim           |         |
| Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração? <sup>17</sup>                                                                                                                                                                                                                                                   | Sim           | 126     |
| O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária? <sup>18</sup>                                                                                                      | Sim           | 123-153 |
| Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo? <sup>19</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Sim           | 144     |
| Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Sim           | 144     |
| Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las? <sup>20</sup> | Não se aplica |         |
| Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? <sup>21</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Não se aplica |         |
| Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização? <sup>22</sup>                                                                                                                                                                                                                             | Sim           | 174-185 |
| Os autos estão instruídos com o edital da licitação? <sup>23</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Sim           |         |
| Caso seja adotado o critério de julgamento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Sim           |         |



|                                                                                                                                                                       |               |         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------|
| por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? <sup>24</sup>                                                               |               |         |
| Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização? <sup>25</sup>                                                                           | Sim           | 103-124 |
| Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade? | Não se aplica | 104     |
| Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? <sup>26</sup>                             | Não           |         |
| Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? <sup>27</sup>                                                                  | Não se aplica |         |
| Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? <sup>28</sup>                                                                    | Não se aplica |         |

| <b>VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL</b>                                                                                                                                                                                                                           | <b>Atende plenamente a exigência?</b> | <b>Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI )</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação? <sup>29</sup>                                                                                                                                                                                                                          | Sim                                   | 74                                                                                         |
| Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? <sup>30</sup> | Sim                                   | 75                                                                                         |
| Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo? <sup>31</sup>                                                                     | Sim                                   | 76-81                                                                                      |
| Caso o preço tenha sido obtido unicamente                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Não se aplica                         |                                                                                            |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |               |       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-------|
| com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados? <sup>32</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |               |       |
| A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021? <sup>33</sup> | Sim           | 64-81 |
| Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes? <sup>34</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Sim           | 79    |
| Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano? <sup>35</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Não se aplica |       |
| Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas? <sup>36</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Sim           | 79-81 |
| Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Sim           | 64-73 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |     |       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|
| divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo? <sup>37</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                       |     |       |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação? <sup>38</sup>                                                                                                                                                                                                                            | Sim | 64-73 |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável? <sup>39</sup> | Sim | 64-73 |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características da contratação contidas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado? <sup>40</sup>                                                                                                   | Sim | 64-73 |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita? <sup>41</sup>                                                                                                                                                                                                           | Não | 64-73 |
| Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação? <sup>42</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Não |       |
| Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19? <sup>43</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Sim | 84    |
| Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira? <sup>44</sup>                                                                                                                            | Sim | 83    |

|                                               |                     |                       |
|-----------------------------------------------|---------------------|-----------------------|
| <b>VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES</b> | Atende plenamente a | Indicação do local do |
|-----------------------------------------------|---------------------|-----------------------|

|                                                                                                                                                                                                | exigência?    | processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.) |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------|
| Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo? <sup>45</sup>                                                                           | Sim           | 126                                                               |
| Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições? <sup>46</sup>                   | Sim           | 138-139                                                           |
| Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços? <sup>47</sup>                                                                                                           | Não se aplica |                                                                   |
| Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada? <sup>48</sup>                      | Sim           | 145                                                               |
| Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização? <sup>49</sup>                                                                                                                | Não           |                                                                   |
| Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento? <sup>50</sup>                                                                                                                | Não           |                                                                   |
| Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?                     | Não se aplica |                                                                   |
| No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?                           | Não se aplica |                                                                   |
| Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias? <sup>51</sup>                                                                               | Sim           | 83                                                                |
| Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? <sup>52</sup>                                                                            | Não           |                                                                   |
| Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação? <sup>53</sup>                                                                                                   | Não se aplica |                                                                   |
| Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração? <sup>54</sup> | Não se aplica |                                                                   |
| Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do                                                                                                          | Não se aplica |                                                                   |

|                                                                   |  |  |
|-------------------------------------------------------------------|--|--|
| que eventuais alternativas, como a locação de bens? <sup>55</sup> |  |  |
|-------------------------------------------------------------------|--|--|

| <b>VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Atende plenamente a exigência? | Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.) |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização? <sup>56</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                        | Não                            |                                                                                         |
| Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento? <sup>57</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                        | sim                            |                                                                                         |
| Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? <sup>58</sup>                                                                                                                                                                                                                                        | Não se aplica                  |                                                                                         |
| Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade? <sup>59</sup>                                                                                                                     | Não se aplica                  |                                                                                         |
| Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços? <sup>60</sup>                                                                                                                                                                                                                            | Sim                            | 126                                                                                     |
| Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor inferior ao definido em lei ou ato normativo? <sup>61</sup>                                                                                                                                                                                        | Não se aplica                  |                                                                                         |
| Foi observada a vedação de definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos? <sup>62</sup>                                                                                                                                                                                                                                       | Não se aplica                  |                                                                                         |
| Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado? <sup>63</sup>                                                                                                                                                                                                                    | Não                            |                                                                                         |
| Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato? <sup>64</sup> | Sim                            | 179                                                                                     |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |     |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--|
| Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado? <sup>65</sup> | Não |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--|



MINISTÉRIO DA DEFESA  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY

**ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO NUP 64036.005289/2023-23**

**PREGÃO Nº 19/2023 – 7º B E CMB**

Em conformidade com o disposto no Art 38 da Lei Nr 8.666, de 21 de junho de 1993, autuo, nesta data, o Processo Administrativo com NUP **64036.005289/2023-23**, modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do menor valor global**, referente à licitação acima indicada, tendo por Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e Motores de Popa. do **7º Batalhão de Engenharia de Combate**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

Natal-RN, 16 de outubro de 2023.

**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JÚNIOR** - Cel  
Ordenador de Despesas do 7º Batalhão de Engenharia de Combate



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(*BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855*)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE DO PROCESSO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 19/2023**

**Processo NUP 64036.005289/2023-23**

**DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

1. Autorizo o início dos procedimentos licitatórios e determino a abertura do Processo Correspondente, na modalidade Pregão Eletrônico.
2. A Abertura de Licitação, o Chefe da SALC adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.
3. Encaminhamento para a SALC.

Natal-RN, 16 de outubro de 2023.

**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR - Cel**  
Ordenador de despesas do 7º Batalhão de Engenharia de Combate

Recebido em 16 de outubro de 2023.

**FELIPE ROGÉRIO DOS SANTOS – 1º Ten**  
Chefe da SALC do 7º BE Cmb





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**DIEx 1-CEP/7º BECmb  
EB: 64036.005289/2023-23**

**Natal-RN, 15 de setembro de 2023.**

**Do** Comandante da companhia de engenharia de pontes

**Ao** Sr. Fiscal Administrativo

**Assunto:** Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e Motores de Popa.

**Atos normativos de regulamentação da Lei 14.133, de 1º de abril de 2023**

| <b>Ato</b>                                          | <b>Observação</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-----------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Decreto de bens de consumo comum e de luxo          | <b>DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021</b> - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo. |
| Portaria sobre Governança das contratações públicas | <b>PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021</b> - Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.                                                                                                                           |
| Instrução Normativa de Pesquisa de Preços           | <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021</b> - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional.                          |
| Decreto do plano de contratações anual e PGC        | <b>DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022</b> - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal dire-     |

|                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                             | ta, autárquica e fundacional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Portaria que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras                    | <b>PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022</b> - Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.                                                                                         |
| Instrução Normativa sobre os Estudos Técnicos Preliminares                                                  | <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022</b> - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.                                                                                               |
| Instrução Normativa sobre critério de julgamento por menor preço ou maior desconto                          | <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022</b> - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.                                                                                                 |
| Decreto de agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais de contratos | <b>DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022</b> - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. |
| Instrução Normativa do Termo de Referência (TR) Digital                                                     | <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022</b> - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.                                                                                                              |
| Decreto SRP                                                                                                 | <b>DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023</b> - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.                                                               |

#### Anexos:

1. Documento de Formalização da demanda
2. Estudo Técnico Preliminar.
3. Termo de Referência;

4. Justificativas da contratação;
5. Mapa de Risco
6. Memória de Cálculo;
7. Pesquisas de preço;
8. Mapa comparativo de pesquisa de preço
9. Relatório de pesquisa de preço

Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, solicito-vos providências junto ao Ordenador de Despesas no sentido de aprovar a aquisição de Insumos para oficina utilizados pelo 7º Batalhão de Engenharia de Combate, conforme as especificações no Termo de Referência em anexo.

  
**LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ - 2º Ten**  
Requisitante

Aprovo, em 15 de setembro de 2023.

  
**ADRIANO LEONARDO ALVES DE SANTANA - Maj**  
Fiscal Administrativo do 7º BE CMB

**Despacho do OD:**

**1. Autorizo o início dos procedimentos licitatórios e determino a abertura do processo correspondente, com a aplicação das seguintes Legislações:**

**2. Lei de Licitações e Contratos Administrativos:**

(X) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**3. Os bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal será na categorias de qualidade:**

(X) Comum ( ) Luxo

**3.1. Adotar o seguinte Decreto para os bens:**



(X) DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021.

**4. Sobre a governança das contratações públicas:**

(X) PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021.

**5. Para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens:**

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

**5.1. SIGILOSO:**

( ) Sim

(X) Não

**6. Definido o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações:**

(X) DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022.

**7. A padronização dos itens será pelo Catálogo Eletrônico:**

(X) Catálogo de Compras

( ) Catálogo de Serviço

( ) Catálogo de Obras e Serviços de Engenharia

**7.1. Adotar:**

(X) PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022.

**8. A elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, de acordo com o Sistema ETP Digital:**

(X) Obrigatória ( ) Facultada

**8.1. Adotar:**

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.



**9. O critério de julgamento será por:**

(X) Menor Preço ( ) Maior Desconto ( ) Técnica e Preço

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

**10. Para as regras de atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos:**

(X) DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022;

**10.1. Designação será:**

(X) Agente de Contratação ( ) Comissão de Contratação

**10.2. Equipe de Apoio:**

(X) Sim ( ) Não

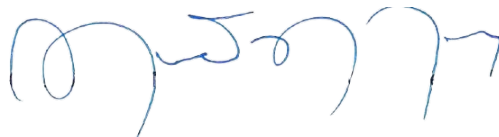
**11. Sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, será:**

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022;

**12. Para fins do art. 82 ao art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, adotar o Sistema:**

(X) SRP ( ) Tradicional

(X) DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.



**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**  
Ordenador de Despesas do 7º BE Cmb



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(Batalhão de Engenheiros / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO (NUP): 64036.005289/2023-23**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023**

**JUSTIFICATIVAS**

- 1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E DA QUANTIDADE PRETENDIDA PARA CONTRATAÇÃO.**
- 2. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE PREGÃO.**
- 3. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**OBJETO**

O objeto desta licitação é a contratação de aquisições de insumos para a manutenção de botes pneumáticos e motores de popa, para atender as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Combate conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos.

**1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E DA QUANTIDADE PRETENDIDA PARA CONTRATAÇÃO.**

O 7º Batalhão de Engenharia de Combate (7º BE Cmb) possui o total de 14 (quatorze) botes pneumáticos e 51 (cinquenta e um) motores de popa que necessitam de manutenção periódica, sendo elas corretivas e preventivas, para manter a operacionalidade da OM em operações, missões e adestramento de sua tropa.

E com a missão de manter a operacionalidade da tropa, é de suma importância o correto funcionamento dos meios de transposição de curso d'água e de navegação, sendo assim imprescindível a aquisição de peças para a manutenção dos botes pneumáticos e motores de popa.

Durante as operações nos diversos lugares, os botes passam por um desgaste natural e são sujeitos a ambientes que podem ocorrer perfurações em sua estrutura pneumática, além de ser

necessário passar por uma manutenção periódica de acordo com o plano de manutenção periódica, por este motivo a seção de equipagem leve necessita de meios para a manutenção desses botes.

Assim também são os motores de popa, ao qual requer manutenção periódica e corretiva, pois suas peças possuem um desgaste natural durante as operações e periodicamente precisam ser substituídas de acordo com o plano de manutenção adotado pela seção de equipagem leve.

O 7º Batalhão de Engenharia de Combate (7º BE Cmb) possui os seus meios de navegação e utiliza em adestramento de sua tropa em instruções e operações bem como em seus diversos apoios à 7ª Brigada de Infantaria Motorizada e ao Comando Militar do Nordeste, em adestramento e em suas diversas operações.

Tendo em vista os êxitos alcançados, nos anos anteriores, em apoio às atividades de engenharia sejam elas de segurança ou transposição de curso d'água em apoio às diversas OM que é solicitado.

A operacionalidade e disponibilidade desses meios possibilitam ao Exército Brasileiro o adestramento de seus quadros, mantendo em nível elevado a capacitação operacional na área de engenharia de combate, de forma permanentemente ajustada à Doutrina Militar Terrestre, para atuar eficazmente no apoio às operações militares, de combate e logística.

## **2. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE PREGÃO**

O pregão por ser modalidade licitatória que privilegia a celeridade, eficiência, e fomenta a competitividade sem renunciar à isonomia entre os participantes, além de proporcionar maior eficiência, transparência e competitividade para a administração pública.

Opta-se pela modalidade Pregão conforme o Artigo 29, caput, da Lei nº 14.133/2021, sendo realizados os procedimentos previstos no art. 17, da Lei nº 14.133/2021

## **3. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

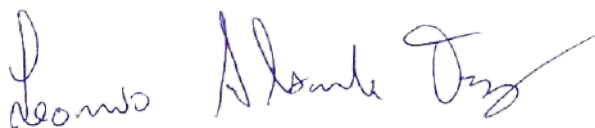
A Lei 14.133/2021, em seu artigo 40º, inciso II, estabelece que as compras, sempre que possível, sejam processadas através do sistema de registro de preços.

Justificadamente, opta-se por realizar uma licitação, valendo-se de Pregão pelo Sistema de Registro de Preços, em virtude do exato enquadramento legal e das necessidades do 7º BE Cmb nos requisitos fundamentais para utilização desse Sistema, em que os preços permanecerão válidos por um período de 12 (doze) meses, atendendo-se, com isso, dos Princípios da Eficiência e da Economicidade. Portanto, o sistema de registro de preços conforme disposto no Art. 3º, Incisos, I a II, do Decreto 7892, de 23 Jan 13, poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

Natal - RN, 15 de Setembro de 2023.

A handwritten signature in blue ink, reading "Leonardo Alexandre Ferraz". The signature is fluid and cursive, with the first name "Leonardo" written in a larger, more prominent script than the last name "Alexandre Ferraz".

**LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ - 2º Ten**

Seção de Equipagem Leve – 7º BECmb





**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE**  
*(Batalhão de Engenheiros / 1855)*  
**BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

Aquisição de Insumos para Manutenção de Botes Pneumáticos e Motores de Popa

PROCESSO Nº 64036.005289/2023-23

**MAPA DE RISCOS**

| FASE DE ANÁLISE                                           |  |
|-----------------------------------------------------------|--|
| ( X ) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor |  |
| ( ) Gestão do Contrato                                    |  |

| RISCO 1                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                |
|-------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| PREGÃO DESERTO – SEM PROPOSTA |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                |
| <b>Probabilidade:</b>         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | ( ) BAIXA ( X ) MÉDIA ( ) ALTA |
| <b>Impacto:</b>               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | ( ) BAIXO ( X ) MÉDIO ( ) ALTO |
| ID                            | DANO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                |
| 1                             | Frustração do esforço da administração para selecionar um fornecedor.                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                |
| ID                            | Ação Preventiva                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Responsável                    |
| 1                             | Ampliar as formas de divulgação do aviso de abertura, além da publicação no Diário Oficial da União, no Portal de Compras e no Portal do Comando do 1º Grupamento de Engenharia, enviando o edital para os fornecedores que auxiliaram na pesquisa de preços e para os potenciais fornecedores que já participaram de outras licitações do órgão para objetos similares. | Pregoeiro                      |
| ID                            | Ação de Contingência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Responsável                    |
| 1                             | Reagendar a abertura da sessão pública e publicar um novo aviso, procedendo a divulgação com a mesma metodologia anterior, dando ênfase para a informação atingir os potenciais fornecedores interessados.                                                                                                                                                               | Pregoeiro                      |

| RISCO 2                       |                                                                                                                      |                                |
|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| FORNECEDOR NÃO ENVIA PROPOSTA |                                                                                                                      |                                |
| <b>Probabilidade:</b>         |                                                                                                                      | ( ) BAIXA ( X ) MÉDIA ( ) ALTA |
| <b>Impacto:</b>               |                                                                                                                      | ( ) BAIXO ( X ) MÉDIO ( ) ALTO |
| ID                            | DANO                                                                                                                 |                                |
| 1                             | Recusa da proposta do fornecedor e convocação de novo fornecedor para enviar proposta                                |                                |
| ID                            | Ação Preventiva                                                                                                      | Responsável                    |
| 1                             | Registrar repetidos avisos pelo chat do pregão para enviar proposta e risco de autuação com processo administrativo. | Pregoeiro                      |
| ID                            | Ação de Contingência                                                                                                 | Responsável                    |
| 1                             | Recusar a proposta do fornecedor                                                                                     | Pregoeiro                      |
| ID                            | Ação de Contingência                                                                                                 | Responsável                    |
| 2                             | Convocar o próximo fornecedor na ordem de classificação das propostas para o mesmo item.                             | Pregoeiro                      |

| ISCO 3                                                   |                                                                                                                      |                                |
|----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| FORNECEDOR NÃO APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA |                                                                                                                      |                                |
| <b>Probabilidade:</b>                                    |                                                                                                                      | ( ) BAIXA ( X ) MÉDIA ( ) ALTA |
| <b>Impacto:</b>                                          |                                                                                                                      | ( ) BAIXO ( X ) MÉDIO ( ) ALTO |
| ID                                                       | DANO                                                                                                                 |                                |
| 1                                                        | Inabilitação do fornecedor e retorno para fase de aceitação para seleção de novo fornecedor                          |                                |
| ID                                                       | Ação Preventiva                                                                                                      | Responsável                    |
| 1                                                        | Registrar a exigência no edital convocatório.                                                                        | Ordenador de Despesas          |
| ID                                                       | Ação Preventiva                                                                                                      | Responsável                    |
| 2                                                        | Registrar repetidos avisos pelo chat do pregão para enviar proposta e risco de autuação com processo administrativo. | Pregoeiro                      |
| ID                                                       | Ação de Contingência                                                                                                 | Responsável                    |
| 1                                                        | Recusar a proposta do fornecedor                                                                                     | Pregoeiro                      |
| ID                                                       | Ação de Contingência                                                                                                 | Responsável                    |
| 2                                                        | Convocar o próximo fornecedor na ordem de classificação das propostas para o mesmo item.                             | Pregoeiro                      |

| RISCO 4                                          |                                                                              |                                |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| FORNECEDOR NÃO EXECUTAR O OBJETO DENTRO DO PRAZO |                                                                              |                                |
| <b>Probabilidade:</b>                            |                                                                              | ( ) BAIXA ( X ) MÉDIA ( ) ALTA |
| <b>Impacto:</b>                                  |                                                                              | ( ) BAIXO ( X ) MÉDIO ( ) ALTO |
| ID                                               | DANO                                                                         |                                |
| 1                                                | Suspensão dos serviços de locação de viaturas                                |                                |
| ID                                               | Ação Preventiva                                                              | Responsável                    |
| 1                                                | Monitorar as condições de execução do objeto                                 | Fiscal de Contrato             |
| ID                                               | Ação de Contingência                                                         | Responsável                    |
| 1                                                | Abrir processo administrativo para apurar os fatos da suspensão dos serviços | Almoxarifado                   |

| RISCO 05                                                                       |                                                                                                                         |                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| Demora na conclusão do processo licitatório em face de impugnações ou recursos |                                                                                                                         |                                    |
| <b>Probabilidade:</b>                                                          |                                                                                                                         | ( ) Baixa ( X ) Média ( ) Alta     |
| <b>Impacto:</b>                                                                |                                                                                                                         | ( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta     |
| Id                                                                             | Danos                                                                                                                   |                                    |
| 1.                                                                             | Atraso no processo de contratação.                                                                                      |                                    |
| Id                                                                             | Ação Preventiva                                                                                                         | Responsável                        |
| 1.                                                                             | Realização de prospecção em serviços similares praticados pelo mercado e na Administração Pública (pesquisa de mercado) | Leonardo Alexandre Ferraz - 2º Ten |
| Id                                                                             | Ação de Contingência                                                                                                    | Responsável                        |
| 1.                                                                             | Priorização na análise e respostas dos recursos e pedidos de impugnação                                                 | Leonardo Alexandre Ferraz - 2º Ten |

Quartel em Natal-RN, 15 de setembro de 2023.



**LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ - 2º Ten**  
Chefe da Seção de Equipagem Leve – 7ºBECmb



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY

PREGÃO 19/2023

NUP nº 64036.005289/2023-23

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Aquisição de Insumos para Manutenção de Botes Pneumáticos e Motores de Popa utilizados pelo 7º Batalhão de Engenharia de Combate  
LOCAL: 7º Batalhão de Engenharia de Combate  
RUA: Rua Djalma Maranhão, nº 641, Bairro Nova Descoberta, CEP 59.075-290.  
ENTREGA: Sede do 7º Batalhão de Engenharia de Combate, Natal – RN.

Item de ampla participação

| ITEM | DESCRIÇÃO DO MATERIAL                                                          | CÓDIGO | UND MED | QT D MIN | QNT TOTAL | EMPRESA 1                                  | VALOR 1    | EMPRESA 2                    | VALOR 2    | EMPRESA 3                           | VALOR 3    | MÉDIA DOS VALORES | VALOR TOTAL  |
|------|--------------------------------------------------------------------------------|--------|---------|----------|-----------|--------------------------------------------|------------|------------------------------|------------|-------------------------------------|------------|-------------------|--------------|
| 1    | REPARO CARBURADOR\, APLICAÇÃO:MOTOR DE POPA YAMAHA 40 HP\, ANO 2007 2023, 2022 | 354302 | UND     | 1        | 20        | MCA ASSESSORIA, IMPORTACAO E COMERCIO LTDA | R\$ 180,00 | ELETRO MAGNETICA GUIDON LTDA | R\$ 220,00 | AUGUSTO CESAR MAKOUL GASPERIN       | R\$ 274,90 | R\$ 224,97        | R\$ 4.499,33 |
| 2    | BOBINA DE INGIÇÃO YAMAHA 40HP MODELO X                                         | 67555  | UND     | 1        | 6         | MECATRON TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA        | R\$ 277,32 | IMPAKTO PEÇAS                | R\$ 317,30 | CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA | R\$ 967,02 | R\$ 520,55        | R\$ 3.123,28 |
| 3    | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA 40 HP                                 | 602500 | UND     | 1        | 6         | BARCO NOVO                                 | R\$ 129,90 | NÁUTICA CLAUMAR              | R\$ 179,90 | PARAQUEDA NÁUTICA                   | R\$ 193,50 | R\$ 167,77        | R\$ 1.006,60 |

|    |                                                                                          |        |       |   |    |                                      |            |                 |            |                          |            |            |              |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|---|----|--------------------------------------|------------|-----------------|------------|--------------------------|------------|------------|--------------|
| 4  | BOMBA DE COMBUSTÍVEL MOTOR DE POPA 40 HP YAMAHA                                          | 604611 | UND   | 1 | 4  | BARCO NOVO                           | R\$ 149,90 | LOJA DO BARCO   | R\$ 112,10 | MAGAZINE LUIZA S/A       | R\$ 253,98 | R\$ 171,99 | R\$ 687,97   |
| 5  | JOGO DE JUNTAS MOTOR DE POPA YAMAHA 40 HP MODELO X                                       | 604801 | UND   | 1 | 6  | BACANAUTICA                          | R\$ 101,98 | PRADO NÁUTICA   | R\$ 106,99 | RETIFICA FRONZA          | R\$ 384,00 | R\$ 197,66 | R\$ 1.185,94 |
| 6  | ANODO DE SACRIFÍCIO LEME PARA MOTORES YAMAHA 40 HP                                       | 604467 | UND   | 1 | 10 | BARCO NOVO                           | R\$ 159,00 | BACA NAUTICA    | R\$ 125,46 | VELAMAR NÚTICA           | R\$ 144,00 | R\$ 142,82 | R\$ 1.428,20 |
| 7  | ÓLEO DOIS TEMPOS NÁUTICO SEMISSINTÉTICO 500ML                                            | 10198  | LITRO | 1 | 40 | PORTO NÁUTICO                        | R 36,99    | HIPER VAREJO    | R\$ 31,97  | MONUMENTO S SHOPPING CAR | R\$ 38,00  | R\$5,65    | R\$ 713,07   |
| 8  | ÓLEO SAE-90 1L                                                                           | 10198  | LITRO | 1 | 15 | MULTI BARCOS                         | R\$ 35,00  | PESCAÇA BOATS   | R\$ 82,76  | PRODUTOS NÁUTICOS        | R\$ 78,00  | R\$ 65,25  | R\$ 978,80   |
| 9  | VELA DE IGNIÇÃO B7HS PARA MOTORES DE POPA YAMAHA 40HP                                    | 15229  | UND   | 1 | 30 | A DE C PEREIRA DE ALENCAR E CIA LTDA | R\$ 15,00  | PESCAÇA BOATS   | R\$ 27,07  | SHOPPING MARÍTIMO        | R\$ 21,90  | R\$ 21,32  | R\$ 639,70   |
| 10 | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA EVINRUDE ETEC 50HP                              | 602434 | UND   | 1 | 20 | CLAUMAR                              | R\$ 110,90 | NAVEGAR É BOM   | R\$ 113,85 | MOTOR CICLO RACING       | R\$ 90,23  | R\$ 104,99 | R\$ 2.099,87 |
| 11 | VELA IGNIÇÃO ORIGINAL CHAMPION EVINRUDE ETEC 50 HP QC10WEP                               | 602495 | UND   | 1 | 20 | NAVEGAR É BOM                        | R\$ 195,73 | VELAUTO         | R\$ 123,50 | PARAQUEDA NÁUTICA        | R\$ 183,10 | R\$ 167,44 | R\$ 3.348,87 |
| 12 | KIT DE REPARO DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL (GRANDE) / EVINRUDE / 50 HP / - PARA MOTOR DE POPA | 10568  | UND   | 1 | 15 | CLAUMAR                              | R\$ 201,72 | IMPAKTO         | R\$ 197,36 | RP3SHOP                  | R\$ 78,90  | R\$ 159,33 | R\$ 2.389,90 |
| 13 | KIT REPARO BOMBA ÁGUA MOTOR EVINRUDE 40-50 HP 438592                                     | 605629 | UND   | 1 | 5  | CLAUMAR                              | R\$ 868,75 | TIBURON NÁUTICA | R\$ 397,50 | NAVEGAR É BOM            | R\$ 827,76 | R\$ 698,00 | R\$ 3.490,02 |
| 14 | ANODO DE SACRIFÍCIO PARA MOTORES EVINRUDE DE 50HP                                        | 604467 | UND   | 1 | 9  | BARCO NOVO                           | R\$ 99,90  | PARATY NÁUTICA  | R\$ 123,38 | MAGAZINE LUIZA S/A       | R\$ 136,85 | R\$ 120,04 | R\$ 1.080,39 |
| 15 | ROTOR BOMBA D'ÁGUA YAMAHA 25 HP A 40 HP                                                  | 17371  | UND   | 1 | 15 | NÁUTICA PLUS                         | R\$ 78,00  | PESCAÇA BOATS   | R\$ 43,93  | PRADO NÁUTICA            | R\$ 89,99  | R\$ 70,64  | R\$ 1.059,60 |
| 16 | ROTOR BOBA D'ÁGUA MOTOR POPA MERCURY 25HP                                                | 17371  | UND   | 1 | 4  | PRADO NÁUTICA                        | R\$ 70,40  | PESCAÇA BOATS   | R\$ 108,63 | MULTI BASRCOS            | R\$ 59,00  | R\$ 74,34  | R\$ 317,36   |
| 17 | COLA PARA HYPALON 500ML COM CATALIZADOR PARA TECIDO HYPALON                              | 264596 | 500ML | 1 | 4  | GAUTA PRODUTOS NÁUTICOS              | R\$ 368,90 | IMPORTS NÁUTICA | R\$ 543,00 | FAPI ADESIVOS            | R\$ 249,90 | R\$ 387,26 | R\$ 1549,06  |
| 18 | SOLVENTE AGUARRÁS 900 ml                                                                 | 483502 | LITRO | 1 | 18 | LIMP CENTER                          | R\$ 27,99  | QUERO           | R\$        | FERREIRA                 | R\$        | R\$ 30,63  | R\$ 612,53   |





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(*Batalhão de Engenheiros / 1855*)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**APROVAÇÃO MOTIVADA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

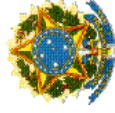
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 019/2023**

**Processo NUP nº 64036.005289/2023-23**

**APROVO, o Estudo Técnico Preliminar nº 41/2023, do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023, que se encontra de acordo com o art. 18, Caput, Inc I e o art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objeto é a aquisição insumos de oficina, visando atender ao 7º BE Cmb em Natal-RN.**

Aprovo, em 17 de outubro de 2023.

**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**  
Ordenador de Despesas do 7º Batalhão de Engenharia de Combate



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**RELATÓRIO DE PESQUISA DE MERCADO**

**PROCESSO Nº 64036.005289/2023-23**

**OBJETO:** Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e motores de popa para atender as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Combate.

1. Em conformidade com a IN 65/2021 – MPOG e no inciso II, do art. 23 da Lei 14.133/2021, foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, conforme documentação anexa:

( X ) I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

( ) II – Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

( X ) III - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

( ) IV - Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

( ) V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia

| ITEM | DESCRIÇÃO                                                                                 | PAINEL DE<br>PREÇO 1      | PAINEL DE<br>PREÇO 2      | PAINEL DE<br>PREÇO 3      | MÉDIA<br>VALOR |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|----------------|
|      |                                                                                           | VALOR                     | VALOR                     | VALOR                     |                |
| 1    | REPARO CARBURADOR\, APLICAÇÃO:MOTOR DE POPA<br>YAMAHA 40 HP\, ANO 2007 2023, 2022         | R\$ 180,00                | R\$ 220,00                | R\$ 274,90                | R\$ 224,97     |
| ITEM | DESCRIÇÃO                                                                                 | SITE ESPECIA-<br>LIZADO 1 | SITE ESPECIA-<br>LIZADO 2 | SITE ESPECI-<br>ALIZADO 3 | MÉDIA<br>VALOR |
|      |                                                                                           | VALOR                     | VALOR                     | VALOR                     |                |
| 2    | BOBINA DE INIÇÃO YAMAHA 40HP MODELO X                                                     | R\$ 277,32                | R\$ 317,30                | R\$ 967,02                | R\$ 520,55     |
| 3    | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA 40 HP                                            | R\$ 129,90                | R\$ 179,90                | R\$ 193,50                | R\$ 167,77     |
| 4    | BOMBA DE COMBUSTÍVEL MOTOR DE POPA 40 HP YAMAHA                                           | R\$ 149,90                | R\$ 112,10                | R\$ 253,98                | R\$ 171,99     |
| 5    | JOGO DE JUNTAS MOTOR DE POPA YAMAHA 40 HP MODELO<br>X                                     | R\$ 101,98                | R\$ 106,99                | R\$ 384,00                | R\$ 197,66     |
| 6    | ANODO DE SACRIFÍCIO LEME PARA MOTORES YAMAHA 40<br>HP                                     | R\$ 159,00                | R\$ 125,46                | R\$ 144,00                | R\$ 142,82     |
| 7    | ÓLEO DOIS TEMPOS NÁUTICO SEMISSINTÉTICO 500ML                                             | R 36,99                   | R\$ 31,97                 | R\$ 38,00                 | R\$5,65        |
| 8    | ÓLEO SAE-90 1L                                                                            | R\$ 35,00                 | R\$ 82,76                 | R\$ 78,00                 | R\$ 65,25      |
| 9    | VELA DE INIÇÃO B7HS PARA MOTORES DE POPA YAMAHA<br>40HP                                   | R\$ 15,00                 | R\$ 27,07                 | R\$ 21,90                 | R\$ 21,32      |
| 10   | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA EVINRUDE<br>ETEC 50HP                            | R\$ 110,90                | R\$ 113,85                | R\$ 90,23                 | R\$ 104,99     |
| 11   | VELA INIÇÃO ORIGINAL CHAMPION EVINRUDE ETEC 50 HP<br>QC10WEP                              | R\$ 195,73                | R\$ 123,50                | R\$ 183,10                | R\$ 167,44     |
| 12   | KIT DE REPARO DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL (GRANDE) /<br>EVINRUDE / 50 HP - PARA MOTOR DE POPA | R\$ 201,72                | R\$ 197,36                | R\$ 78,90                 | R\$ 159,33     |
| 13   | KIT REPARO BOMBA ÁGUA MOTOR EVINRUDE 40-50 HP<br>438592                                   | R\$ 868,75                | R\$ 397,50                | R\$ 827,76                | R\$ 698,00     |



|    |                                                                                                                                                                                               |            |            |            |            |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| 14 | ANODO DE SACRIFÍCIO PARA MOTORES EVINRUDE DE 50HP                                                                                                                                             | R\$ 99,90  | R\$ 123,38 | R\$ 136,85 | R\$ 120,04 |
| 15 | ROTOR BOMBA D'ÁGUA YAMAHA 25 HP A 40 HP                                                                                                                                                       | R\$ 78,00  | R\$ 43,93  | R\$ 89,99  | R\$ 70,64  |
| 16 | ROTOR BOBA D'ÁGUA MOTOR POPA MERCURY 25HP                                                                                                                                                     | R\$ 74,40  | R\$ 108,63 | R\$ 59,00  | R\$ 74,34  |
| 17 | COLA PARA HYPALON 500ML COM CATALIZADOR PARA TECIDO HYPALON                                                                                                                                   | R\$ 368,90 | R\$ 543,00 | R\$ 249,90 | R\$ 387,26 |
| 18 | SOLVENTE AGUARRÁS 900 ML                                                                                                                                                                      | R\$ 27,99  | R\$ 24,99  | R\$ 38,90  | R\$ 30,63  |
| 19 | INTERRUPTOR DE PARADA COPLETO/BOTÃO DE EMERGÊNCIA PARA MOTOR DE POPA/BOTÃO CORTA CIRCUITO/STOP MOTOR POPA YAMAHA TODOS                                                                        | R\$ 502,00 | R\$ 139,90 | R\$ 173,29 | R\$ 271,73 |
| 20 | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA YAMAHA 6MM KIT COMPLETO/KIT MANGUEIRA MOTOR POPA YAMAHA E HIDEA 5 A 40 HP/KIT MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL - YAMAHA - 15/20/25/30/40/60 HP (ORIGINAL) | R\$ 599,54 | R\$ 258,00 | R\$ 807,00 | R\$ 554,85 |
| 21 | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL MOTOR POPA EVINRUDE/MANGUEIRA COMBUSTÍVEL GASOLINA MOTOR DE POPA PESCA JOHNSON/EVINRUDE/MANGUEIRA COMPLETA MOTOR POPA EVINRUDE OMC SEASENSE                          | R\$ 678,99 | R\$ 112,05 | R\$ 439,90 | R\$ 410,31 |

Os recursos estimados para os insumos terão previsão de consumo parcelado no decorrer dos 12 meses:

| ITEM | DESCRIÇÃO                                                                      | PREÇO UNITÁRIO | QUANTIDADE | VALOR TOTAL  |
|------|--------------------------------------------------------------------------------|----------------|------------|--------------|
| 1    | REPARO CARBURADOR\, APLICAÇÃO:MOTOR DE POPA YAMAHA 40 HP\, ANO 2007 2023, 2022 | R\$ 520,55     | 20         | R\$ 4.499,33 |
| 2    | BOBINA DE INIÇÃO YAMAHA 40HP MODELO X                                          | R\$ 167,77     | 6          | R\$ 3.123,28 |
| 3    | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA 40 HP                                 | R\$ 171,99     | 6          | R\$ 1.006,60 |
| 4    | BOMBA DE COMBUSTÍVEL MOTOR DE POPA 40 HP YAMAHA                                | R\$ 197,66     | 4          | R\$ 687,97   |
| 5    | JOGO DE JUNTAS MOTOR DE POPA YAMAHA 40 HP MODELO X                             | R\$ 142,82     | 6          | R\$ 1.185,94 |
| 6    | ANODO DE SACRIFÍCIO LEME PARA MOTORES YAMAHA 40 HP                             | R\$5,65        | 10         | R\$ 1.428,20 |
| 7    | ÓLEO DOIS TEMPOS NÁUTICO SEMISSINTÉTICO 500ML                                  | R\$ 65,25      | 40         | R\$ 713,07   |
| 8    | ÓLEO SAE-90 1L                                                                 | R\$ 21,32      | 15         | R\$ 978,80   |
| 9    | VELA DE IGNIÇÃO B7HS PARA MOTORES DE POPA YAMAHA 40HP                          | R\$ 104,99     | 30         | R\$ 639,70   |

|              |                                                                                                                                                                                               |            |    |               |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|----|---------------|
| 10           | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA EVINRUDE ETEC 50HP                                                                                                                                   | R\$ 167,44 | 20 | R\$ 2.099,87  |
| 11           | VELA IGNIÇÃO ORIGINAL CHAMPION EVINRUDE ETEC 50 HP QC10WEP                                                                                                                                    | R\$ 159,33 | 20 | R\$ 3.348,87  |
| 12           | KIT DE REPARO DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL (GRANDE) / / 50 HP - PARA MOTOR DE POPA                                                                                                                 | R\$ 698,00 | 15 | R\$ 2.389,90  |
| 13           | KIT REPARO BOMBA ÁGUA MOTOR EVINRUDE 40-50 HP 438592                                                                                                                                          | R\$ 120,04 | 5  | R\$ 3.490,02  |
| 14           | ANODO DE SACRIFÍCIO PARA MOTORES EVINRUDE DE 50HP                                                                                                                                             | R\$ 70,64  | 9  | R\$ 1.080,39  |
| 15           | ROTOR BOMBA D'ÁGUA YAMAHA 25 HP A 40 HP                                                                                                                                                       | R\$ 154,51 | 15 | R\$ 1.059,60  |
| 16           | ROTOR BOBA D'ÁGUA MOTOR POPA MERCURY 25HP                                                                                                                                                     | R\$ 74,34  | 4  | R\$ 317,36    |
| 17           | COLA PARA HYPALON 500ML COM CATALIZADOR PARA TECIDO HYPALON                                                                                                                                   | R\$ 387,26 | 4  | R\$ 1549,06   |
| 18           | SOLVENTE AGUARRÁS 900 ML                                                                                                                                                                      | R\$ 271,73 | 18 | R\$ 612,53    |
| 19           | INTERRUPTOR DE PARADA COPLETO/BOTÃO DE EMERGÊNCIA PARA MOTOR DE POPA/BOTÃO CORTA CIRCUÍTO/STOP MOTOR POPA YAMAHA TODOS                                                                        | R\$ 554,85 | 20 | R\$ 5.434,60  |
| 20           | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA YAMAHA 6MM KIT COMPLETO/KIT MANGUEIRA MOTOR POPA YAMAHA E HIDEA 5 A 40 HP/KIT MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL - YAMAHA - 15/20/25/30/40/60 HP (ORIGINAL) | R\$ 410,31 | 20 | R\$ 11.096,93 |
| 21           | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL MOTOR POPA EVINRUDE/MANGUEIRA COMBUSTÍVEL GASOLINA MOTOR DE POPA PESCA JOHNSON/EVINRUDE/MANGUEIRA COMPLETA MOTOR POPA EVINRUDE OMC SEASENSE                          | R\$ 520,55 | 10 | R\$ 4.103,13  |
| <b>TOTAL</b> |                                                                                                                                                                                               |            |    | R\$ 30.693,36 |

Natal-RN, 15 de Setembro de 2023.

  
**LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ - 2º Ten**  
 Chefe da Seção de Equipagem Leve



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(Batalhão de Engenheiros / 1855)  
**BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**NÃO DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO**

**PREGÃO Nº 19/2023 – 7º BE CMB - NUP 64036.005289/2022-23**

Declaro que esta Organização Militar não realizou o procedimento de divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, previsto no artigo § 2º, art. 9, do Decreto nº 11.462/2023 que Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, haja vista que esta UASG está na iminência de receber os recursos financeiros destinados serão utilizados na Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e Motores de Popa. Fato este traz urgência na conclusão do processo licitatório.

Destaca-se que à Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e Motores de Popa são na sua maioria itens específicos para os equipamentos da Unidade que não são comumente adquiridos pela administração pública federal, sendo assim o Órgão Gerenciador será o único contratante da demanda em questão.

**Desta forma, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório**, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta instituição a qualidade de órgão gerenciador.

A abertura da IRP atrasaria ainda mais o certame da licitação pois de acordo com o caput, art. 9 do Decreto 11.462/2023, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo **de oito dias úteis**, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do **caput** do art. 7º e nos incisos I, III e IV do **caput** do art. 8º

Natal-RN, 16 de outubro de 2023.

**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR –Cel**  
Ordenador de Despesas do 7º BE Cmb



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(*BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855*)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 19/2023**

**Processo NUP 64036.005289/2023-23**

Declaro, conforme preceitua o Artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, **Eventual Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e Motores de Popa**, de acordo com as especificações deste termo e seus anexos, para atender as necessidades do 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, NA FORMA ELETRÔNICA, MENOR PREÇO POR ITEM**, que será iniciada no presente exercício, os recursos serão devidamente adequados com a Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Torna-se necessário frisar que esta Unidade Gestora receberá, regularmente, provisões orçamentárias específicas para tais contratações, demandando fiel observância aos preceitos legais que regem a Administração.

Quartel em Natal-RN, 16 de outubro de 2023.

**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**  
Ordenador de Despesas do 7º BE Cmb



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(Batalhão de Engenheiros – 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY

**PREGÃO Nº 019/2023**

**Processo Administrativo n.º 64036.005289/2023-23**

**Objetivo:** O objeto desta é Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e Motores de Popa

**DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE DE CUSTEIO**

As contratações enquadram-se nos pressupostos do §1º do Art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27/12/2019, constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios (atividades de apoio) à área de competência legal do órgão, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

As contratações enquadram-se na classificação de **atividades de custeio**, nos termos da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.

A a Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, estabeleceu normas complementares para o cumprimento do mencionado Decreto, prevendo em seu artigo 2º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais.

Natal, 16 de outubro de 2023.

**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**  
Ordenador de Despesas do 7º BE Cmb



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**PERMISSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 19/2023**

**Processo NUP 64036.005289/2023-23**

A permissão a adesão a Ata de Registro de Preço do Pregão supracitado, justifica-se pela vantajosidade para a Administração Pública e agilidade da contratação, considerando que a adesão a ata é um processo menos moroso do que um processo licitatório comum, tomando-se bem mais simples e célere uma contratação necessária pelo poder público e ainda prevendo a expectativa de redução de preços diante da possibilidade de adesões: como economicidade, com a redução dos custos operacionais e evitando a multiplicidade de seguidas licitações repetitivas, como é o caso da licitação para **Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e Motores de Popa.**

A Comissão de Licitação será responsável por aceitar ou recusar os pedidos, observando que a ata decorrente de um Pregão Eletrônico, torna o processo mais confiável por parte da Administração.

Estando este processo instruído conforme os arts. 82 a 86 da Lei Federal n 14.133/2021 e os arts. 31 e 32, do Decreto n 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

Desta forma os Órgãos não participantes deverão realizar os seguintes procedimentos:

1. Prévia consulta ao órgão gerenciador;
2. Demonstração da vantagem dos preços praticados na ARP do órgão gerenciador, na forma prevista no [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
3. Consulta ao fornecedor dos bens;
4. Anuência do(s) fornecedor(es) dos produtos e equipamentos em fornecer os produtos/equipamentos objeto da ARP, ao preço ali constante, sem comprometer o quantitativo constante da Ata e que não prejudique as obrigações assumidas junto ao órgão gerenciador;

Assim, ao lado dos inúmeros dados positivos, em respeito aos princípios da economicidade e da isonomia, em razão de uma melhor organização e otimização dos processos demandados urgentemente, e a devida comprovação da vantajosidade da "carona" na ata de registro de preços pelos Órgãos não participantes, condição indispensável para a legalidade da adesão, somos favoráveis a Permissão de Adesão a ATA de Registro de Preços na presente licitação.

Quartel em Natal-RN, 16 de outubro de 2023.



**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**

Ordenador de Despesas do 7º BE Cmb



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(*Batalhão de Engenheiros / 1855*)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

**PREGÃO Nº 19/2023 – 7º BE CMB**

**NUP 64036.005289/2023-23**

Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, tem a finalidade de auxiliar os gestores na inserção de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas sob a perspectiva operacional e de gestão e trata dos tipos de contratação mais usuais na Administração Pública, abarcando compras, serviços e obras e toma como norte as orientações trazidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos – a Lei nº 14.133, de 2021.

Considerando o art. 5, da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do MPOG, que visa as aquisições de bens.

Considerando possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, de acordo com o Art. 18, I, § 1º, XII da Lei 14.133/2021, será relacionado nos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.

Entre os parâmetros e elementos descritivos do termo de referência está a descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto (art. 6º, XXIII, c, da Lei nº 14.133/2021).

Natal-RN, 16 de outubro de 2023.

**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**  
Ordenador de Despesas do 7º Batalhão de Engenharia de Combate



Atividades

Navegador Web Firefox

21 de Jul. 09:52

INTRANET

paineldepresos.planejamen

bobina de ignição motor

Bobina Ignição Yamaha

https://www.carrefour.com.br/bobina-ignicao-yamaha-40-hp-modelo-x-hidea-40-hp-mp929162565/p

SHOPPING

MERCADO

DROGARIA

SERVIÇOS

Televisões

Nossas lojas

Atendimento

Atendimento em Libras

Baixe o app

Carrefour

Pesquise por produtos ou marcas

Bem-vindo

Entre ou cadastre-se

Benefícios Meu Carrefour

Meus Pedidos

Minhas Listas

0

Departamentos

OFERTAS DO DIA

Automotivo

Eletrodomésticos

SALDÃO

Mercado

Açougue

Limpeza

Mercearia

Drinks

Cartão Carrefour

Ofertas para: São Paulo - SP Alterar

Home

Automotivo

Autopeças

Bobina de Ignição

Bobina Ignição Yamaha 40 Hp Modelo X Hidea 40 Hp





Bobina Ignição Yamaha 40 Hp Modelo X Hidea 40 Hp

Cód: 321990871

Vendido e entregue por Alex Imports MT

R\$ 967,02

em 1x no cartão ou boleto

9x de R\$ 107,44 sem juros

Condição exclusiva Cartão Carrefour

Até 15x R\$ 64,46 sem juros

Peça já o seu

Condições de pagamento

O Carrefour garante a sua compra Saiba mais

COMPRAR

Valor e prazo de entrega

Buscar

Não sei meu CEP

Nossa plataforma se utiliza de cookies de terceiros para apresentação de ofertas e condições personalizadas a você. Ao clicar no botão "Prosseguir com Todos", você se declara ciente deste compartilhamento. Caso contrário, você pode personalizar esta coleta de acordo com a sua preferência. Saiba mais em nossa Política de Privacidade.

Personalizar cookies

Prosseguir com Todos

X

Atividades

Navegador Web Firefox

21 de jul. 09:56

INTRANET

paineldepresos.planejamen

bobina de ignição motor

Bobina Ignição Yamaha

← → ↻ 🏠

🔒 <https://www.magazineleuza.com.br/bobina-ignicao-yamaha-40-hp-modelo-x-hidea-40-hp-impakto-pecas/p/jb22726g91/au/boig/7%25>

🔍 ⚙️ ☆

Noasas lojas

Tenha sua loja

Regulamentos

Acessibilidade

Segurança & Privacidade

Atendimento

Compre pelo tel: 0800 773 3838

Meus pedidos



magalu

Busca no Magalu

🔍

Bem-vindo :)

Entre ou cadastre-se

📍

Ver ofertas para minha região

❤️

📱

0

Todos os departamentos

Ofertas do Dia

Celulares

Móveis

Eletrodomésticos

TV e Vídeo

Informática

Saldão

Baixe o SuperApp

Cartão Magalu

magalu

> Automotivo

> Elétrica

> Ignição

> Bobina de Ignição

> Bobina Ignição Yamaha 40 HP Modelo X / Hidea 40 HP - IMPAKTO PECAS

# Bobina Ignição Yamaha 40 HP Modelo X / Hidea 40 HP - IMPAKTO PECAS

Código jb22726g91 | Ver descrição completa | IMPAKTO.PECAS





★★★★★ Avaliar produto

🔗 ❤️

Vendido por **Impakto**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. Saiba mais

**R\$ 317,30** no Pix

ou R\$ 317,30 em 7x de R\$ 45,33 sem juros

Cartão de crédito

sem juros

R\$ 317,30

7xR\$ 45,33

🛒

COMPRAR AGORA

🛒

ADICIONAR À SACOLA

📍

Calcular frete e prazo



MÉDIA

**R\$ 277,32**

MEDIANA

**R\$ 277,32**

MENOR

**R\$ 277,32**

#### FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Descrição Complementar

**67555** **BOBINA DE IGNIÇÃO DO MOTOR DE POPA 40 HP YAMAHA 2 TEMPOS (COMPATÍVEL COM OS MO DELOS 40XMH/2003\, 40XMH/2011\, 40XMH/2013)**

Quantidade total de registros: 1

Registros apresentados: 1 a 1

| Identificação da Compra | Número do Item | Modalidade | Código do CATMAT | Descrição do Item | Descrição Complementar | Unidade de Fornecimento | Quantidade Ofertada | Valor Unitário | Fornecedor                          | Órgão               | UASG                                         | Data da Compra |
|-------------------------|----------------|------------|------------------|-------------------|------------------------|-------------------------|---------------------|----------------|-------------------------------------|---------------------|----------------------------------------------|----------------|
| 00006/2022              | 00005          | Pregão     | 67555            | MOTOR DE POPA     |                        | UNIDADE                 | 5                   | R\$277,32      | MECATRON TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA | COMANDO DO EXERCITO | 160343 - 7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE | 15/08/2022     |

peixe de preceito planejamento.g... x filtro de combustível motor popo... x Filtro de Combustível Para Moto... x

https://www.barcenovo.com/filtro-de-combustivel-para-motor-de-popa-yamaha-9.9-a-50-hp-p3568

Olá, faça seu login ou cadastre-se

f i y (41) 99843-0602



Buscar...

Atendimento:  
(41) 3308-2011



ACESSÓRIOS NAÚTICOS ATRACAÇÃO e ANCORAGEM ÁUDIO e VÍDEO CAMPING CARRETA e REBOQUE COMANDO e DIREÇÃO CONFORTO ELÉTRICA NAVAL ESPORTE e LAZER FERRAGENS HIDRÁULICA ILUMINAÇÃO LANCHAS e BOTES LIMPEZA e CONSERVAÇÃO MOTOR DE POPA NAVEGAÇÃO e COMUNICAÇÃO PESCA SALVAGEM e SEGURANÇA VESTUÁRIO

» MOTOR DE POPA » FILTRO DE COMBUSTÍVEL » YAMAHA » FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA YAMAHA 9.9 A 50 HP

## FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA YAMAHA 9.9 A 50 HP



Filtro de Combustível Para Motor de Popa Yamaha.  
Referência: RM0103  
Modelo/Marca: Yamaha

**R\$ 129,90**  
ou 12x de R\$ 10,83 sem juros  
ou R\$ 120,81 à vista com 7% de desconto

- 1 +

Comprar



Pesquisar



FOR 20:47  
PTB2 21/07/2023

peixe de preceito planejamento.g... x Filtro de combustível motor popa x Filtro de combustível motor popa x +

https://nauticaclamar.com.br/produto/filtro-de-combustivel-motor-popa-yamaha-15hp-90hp/

Frete Grátis em compras acima de R\$ 300,00. Consulte condições

CLAMAR  
NÁUTICA

Pesquisar produtos

ENTRAR / REGISTRAR

ACOMPANHAR PEDIDO

TODOS OS DEPARTAMENTOS

INÍCIO | LOJA | BLOG | CONTATO | SOBRE

15%

Info / Marcas / Nacional / Filtro de combustível motor popa Yamaha 15hp-90hp

## Filtro de combustível motor popa Yamaha 15hp-90hp

R\$ 210,56 **R\$ 179,90**

Filtro de combustível motor popa Yamaha 15hp-90hp

Filtro de combustível motor de popa Yamaha 2 tempos e 4 Tempos, filtro que fica na parte externa da cabeça da força no suporte

APLICAÇÕES: 9.9 HP ATÉ 90 HP 2T

PEÇA PRIMEIRA LINHA, ENVIO IMEDIATO.

Adicione R\$ 300,00 ao carrinho e ganhe frete grátis!

Em estoque

Parcelado em 12x sem juros

WhatsApp

Windows

Pesquisar

20:56

PTB2 21/07/2023

https://paraquedanautica.com.br/products/filtro-de-combustivel-original-mercury-40hp-60hp-879884t

CONHEÇA

AGORA

NÁUTICA FURACÃO

É

Paraquedanautica

Paraquedanautica OFF ROAD

Fale Conosco

Facebook

Instagram

YouTube

Lojas em SP e SC

CATEGORIAS DA LOJA

Encontre seu produto

0

Carinho

Lista de Desejos

Entrar / Citar Con. Minha Conta

Produtos

início > produtos > filtro de combustível original mercury 40hp 60hp 879884t

PRODUTO ORIGINAL

MERCURY



### Filtro De Combustível Original Mercury 40hp 60hp 879884t

★★★★★

Produto em estoque

FILTRO DE COMBUSTÍVEL QUICKSILVER ORIGINAL PARA MOTORES DE POPA MERCURY CÓDIGO 35-879884T Esta é uma peça original da Mercury Marine fabricada pela Quicksilver. Mantenha seu motor em ótimas condições utilizando sempre produtos originais Mercury. Aplicações: Motores 4 Tempos, 40HP/60HP Especificações Código da peça: 35-879884T Contém: um filtro de combustível Quicksilver. ATENÇÃO: Verifique a compatibilidade da peça com o...

R\$ 193,50

ou em 12x de R\$ 16,12 sem juros

VER PARCELAS

Quantidade:

1

+

-

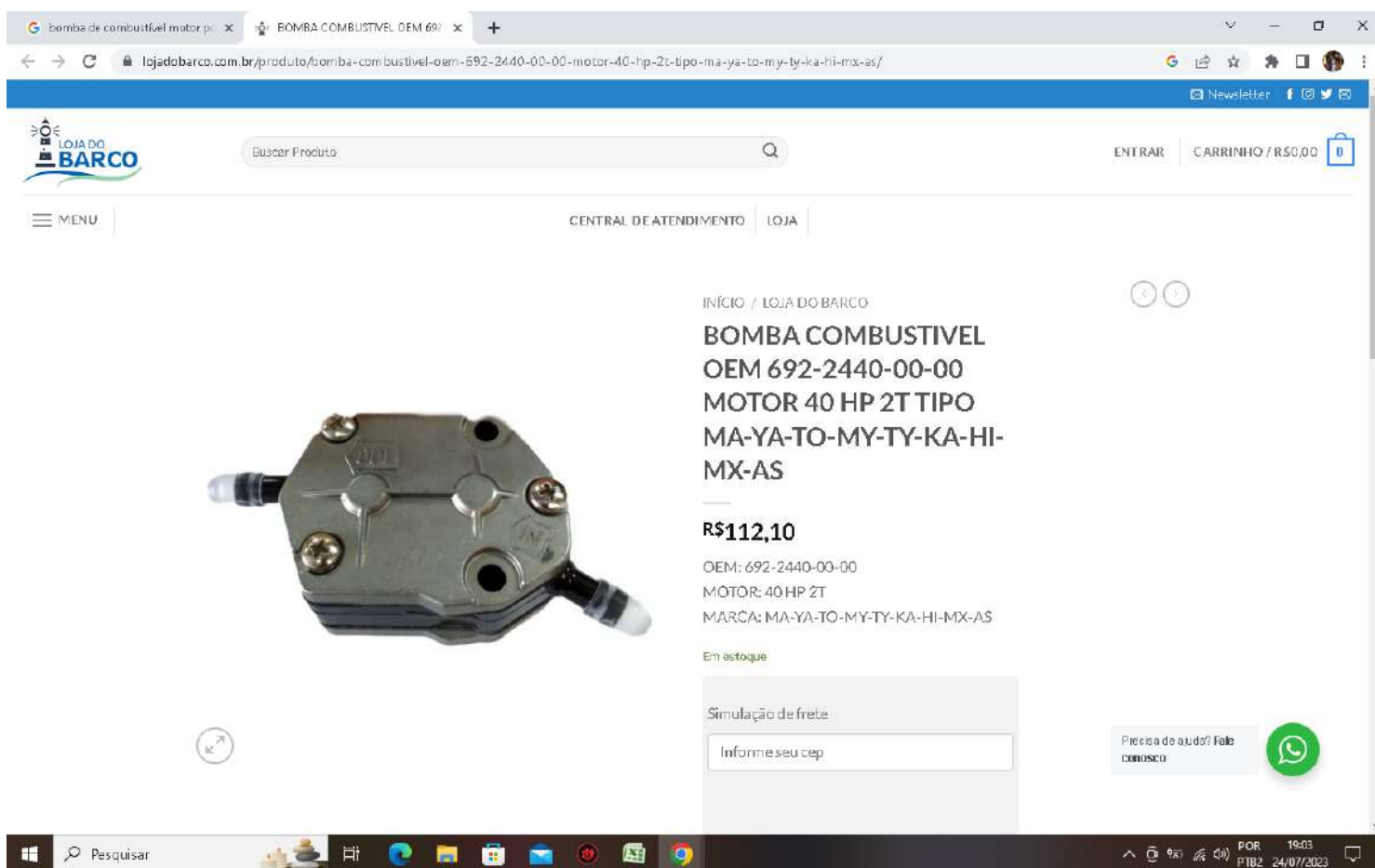
Fale Conosco

Subtotal: R\$ 193,50

Pesquisar

20:49

21/07/2023





bomba de combustível motor po

Bomba de Gasolina para Motor Y

barconovo.com/bomba-de-gasolina-para-motor-yamaha-25-30-40-55-60-85-90-hp-p11757gdid=Cj0KCQwwIBhCFARIsADvYi7JNzIMxJVBWBoy9FeCnaI8Yif\_LKEB\_qSnR...

Olá, faça seu login ou cadastre-se

f @ (41) 99843-0602



Buscar...

 Atendimento:  
(41) 3308-2011



ACESSÓRIOS NÁUTICOS

ATRACAÇÃO e ANCORAGEM

AUDIO e VIDEO

CAMPING

CARRETA e REBOQUE

COMANDO e DIREÇÃO

CONFORTO

ELETRICA NAVAL

ESPORTE e LAZER

FERRAGENS

HIDRAULICA

ILUMINAÇÃO

LANCHAS e BOTES

LIMPEZA e CONSERVAÇÃO

MOTOR DE POPA

NAVEGAÇÃO e COMUNICAÇÃO

PESCA

SALVATAGEM e SEGURANÇA

VESTUÁRIO

» MOTOR DE POPA » BOMBA DE GASOLINA » YAMAHA 25 A 90 HP » BOMBA DE GASOLINA PARA MOTOR YAMAHA 25/30/40/55/60/85/90 HP

BOMBA DE GASOLINA PARA MOTOR YAMAHA 25/30/40/55/60/85/90 HP

Bomba de Gasolina para Motor Yamaha.  
Referência: Y21551  
Modelo/Marca: Yamaha 25 a 90 HP



R\$ 149,90

ou 12x de R\$ 12,49 sem juros  
ou R\$ 139,41 à vista com 7% de desconto

- 1 +

Comprar



Pesquisar

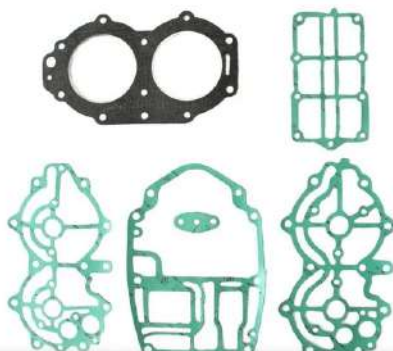


FOR PTB2 19:00 24/07/2023









## Jogo De Juntas Motor De Popa Yamaha 40 HP XW

Código: 11122

Marcus Yamgha

**R\$ 101,98**

até 2x de R\$ 50,99 sem juros

ou R\$ 95,86 via Boleto Bancário

Estoque: Disponível

1

 **Comprar**

📞 Compre pelo Whatsapp

Utilizamos cookies para que você tenha a melhor experiência em nosso site. Para saber mais acesse nossa página de [Política de Privacidade](#)

Entendi





## ANODO DE SACRIFÍCIO LEME PARA MOTORES YAMAHA DE 20 HP A 50 HP

**R\$ 159,00**  
ou 12x de R\$ 13,25 sem juros  
ou R\$ 147,87 à vista com 7% de desconto

 **Comprar**

Calcular frete

[Indicar este produto](#) [Deixar um comentário](#)



Fabricante: Marine Diversos  
Referência: 900002694

Mais Formas de Pagamento

COMPARAR AGORA

CEP 00000-000 [Calcular Frete](#)

Utilizamos cookies para melhorar a sua experiência em nosso site. Ao continuar navegando você concorda com a nossa [política de privacidade](#).

## ENTENDI



■ Inicio > Pequeño > Año del Sacrificio

**Anodo do Leme Direcional  
Yamaha 25/30/40/50HP -  
67C-45371-00**

Código: 570-45371-110

Internet: <http://www.yamaha.com>

R\$ 125,46

até 2x do R\$ 62,73 sem juros

ou R\$ 117,93 via Boleto Bancário

Estoque: disponível

1

 **Comprar**

Utilizamos cookies para que você tenha a melhor experiência em nosso site. Para saber mais acesse nossa página de [Política de Privacidade](#)

Entendi



Atividades Google Chrome 26 de jul 10:19

paineldeprescos.planejame... x Catálogo Compras.gov.br x Óleo Lubrificante TCW3 x Óleo Semissintético Nau... x Óleo Lubrax 2 Tempos N... x

portonautico.com/óleo-lubrificante-tcw3-motores-de-popa-e-jetski-2-tempos/parcela=7354

LEIA NOSSOS ARTIGOS

ENVIAMOS PARA TODO BRASIL

COMPRE POR MARCA

PORTO NÁUTICO  
SUA LOJA NÁUTICA

O que deseja procurar?

Atracação v Comunicação v Elétrica v Hidráulica v Mecânica v Conservação

Enviamos para todo o Brasil

Descontos em pagamentos à vista.

Entrega rápida e segura

Você está em: Mecânica > Filtro e Óleo Lubrificante > Óleo TCW3 2 Tempos > Óleo Lubrificante TCW3 | Motores I

Compre pelo telefone  
(27) 3207-6117

Fale no WhatsApp  
Vendas (27) 32076118  
Atendimento (27) 32076117

Envie um e-mail  
vendas@portonautico.com.br

HORÁRIO DE ATENDIMENTO  
Segunda a Sexta Feira das 8h20 até as 17h45

Seja o primeiro a opinar

Todos os nossos produtos são enviados com Nota Fiscal, no corpo da Nota, está informando o período de garantia de cada produto, assim como informado no campo de garantia do produto. Obrigado por adquirir um produto da Porto Náutico, você está comprando um produto de altíssima qualidade, novo na caixa. Compre com a certeza de receber o produto no conforto da sua casa. PORTO NÁUTICO - Sua Loja Náutica

R\$ 36,99  
à vista com 10% de desconto  
ou R\$ 41,10  
em até 2x de R\$ 20,55 sem juros

1

COMPRAR

Falar com o Vendedor

Óleo Lubrificante TCW3 | Motores De Popa E Jetski 2

Fale Com Atendimento

Processo: 11/2017 - Edição: 11/2017 - 11/2017 - 11/2017



Atividades

Google Chrome

26 de jul 10:23

paineldepesos.planejari

Catálogo Compras.gov.br

Óleo Semissintético Nauti

Óleo Lubrax 2 Tempos N

hipervarejo.com.br/oleo-semissintetico-nautica-2t-api-td-tc-w3-lubrax-500ml/p?dsku=344535&sc=2&srsltid=ASuE1WSKQ19HHGUZj-JV\_NwFITUNbJ9\_TmKD9udZ5bfZyncNVLnc6Wlsc0

**HIPERVAREJO**  
Assessorados por veículos, como você.

INFORME SEU CEP

MINHA GARAGEM

AJUDA E SUPORTE

ACESSAR MEUS PERÍODOS

PRODUTOS

PNEUS

AUTOPEÇAS

ELETRICA

SOM E VIDEO

ACESSÓRIOS EXTERNOS

ACESSÓRIOS INTERNOS

PAROL E ILUMINACAO

ALARME E SEGURANCA

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

LUBRIFICANTES E ADITIVOS

MOTOCICLETA

HIPER OFERTAS

Home

Lubrificantes e Aditivos

Óleo Motor





**Óleo Semissintético Nautica 2T API TD TC W3 Lubrax 500ML**

PRODUTO NOVO

5.0

4.5

4.0

3.5

3.0

(Avalie agora!)

COD: 01801289



por **R\$ 31,97** no Pix ou boleto

[Ver especificações completas](#)

Vendido e entregue por **Hipervarejo**

-

1

+

ADICIONAR AO CARRINHO

COMPRAR AGORA

Calcule o frete

CALCULAR

[Não sei meu CEP](#)



**ENTREGA OU RETIRADA?**  
[Clique e veja nossas formas de entrega e retirada](#)



**DÚVIDAS SOBRE O PRODUTO?**  
[Clique aqui e fale com o especialista](#)





Google Chrome

Exatidão formatada

Diferenciais: malacatos de miniculas

Procedimento, História

Português (Brasil)

10:23

MINHA SÍNTESE

100%





**R\$38,00**

[Ver mais detalhes](#)

COMPRAR

 Meios de envioSeu CEP

## CALCULAR

Não sei meu CEP

 **Compra Segura**

Seus dados protegidos

 **Entregas**

**Entregas**  
Escolha a forma de entrega ou retire na loja

📞 **Dúvidas?**

Clique no Whatsapp no canto da tela

[Nossa equipe](#)

 (19) 3665-6699  
(19) 99574-1444



|                    |        |          |          |         |         |           |                      |
|--------------------|--------|----------|----------|---------|---------|-----------|----------------------|
| ACESSÓRIOS E PEÇAS | BARCOS | CAIAQUES | CARRETAS | LANCHAS | MOTORES | SEMINOVOS | PROTETORES DE HÉLICE |
|--------------------|--------|----------|----------|---------|---------|-----------|----------------------|



Óleo para motor, Lubrax, TRM-5, GL-5, SAE 90,  
Petrobras, 1 Litro, 2T

R\$ 35,00

★★★★★

- 1 +

**COMPRAR**

Óleo lubrificante mineral **Lubrax TRM-5** de elevada resistência termo-oxidativa, indicado tanto para aplicação em eixos diferenciais convencionais, eixos finais e redutores de veículos leves, comerciais e off-road.

Disponível no grau de viscosidade SAE 80W-90.

Código de barras ou SKU: 16

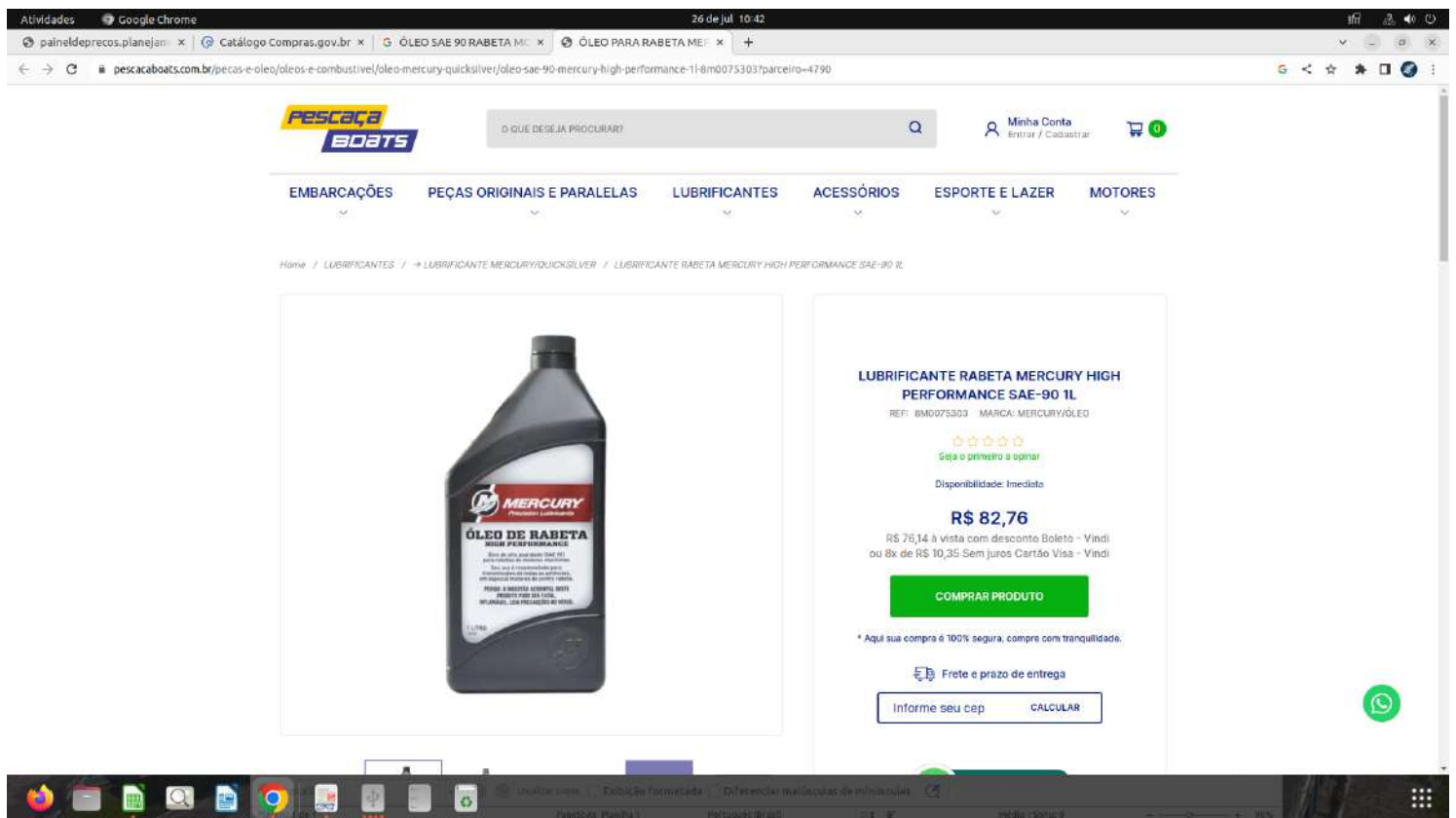
**Categoria:** Acessórios e peças

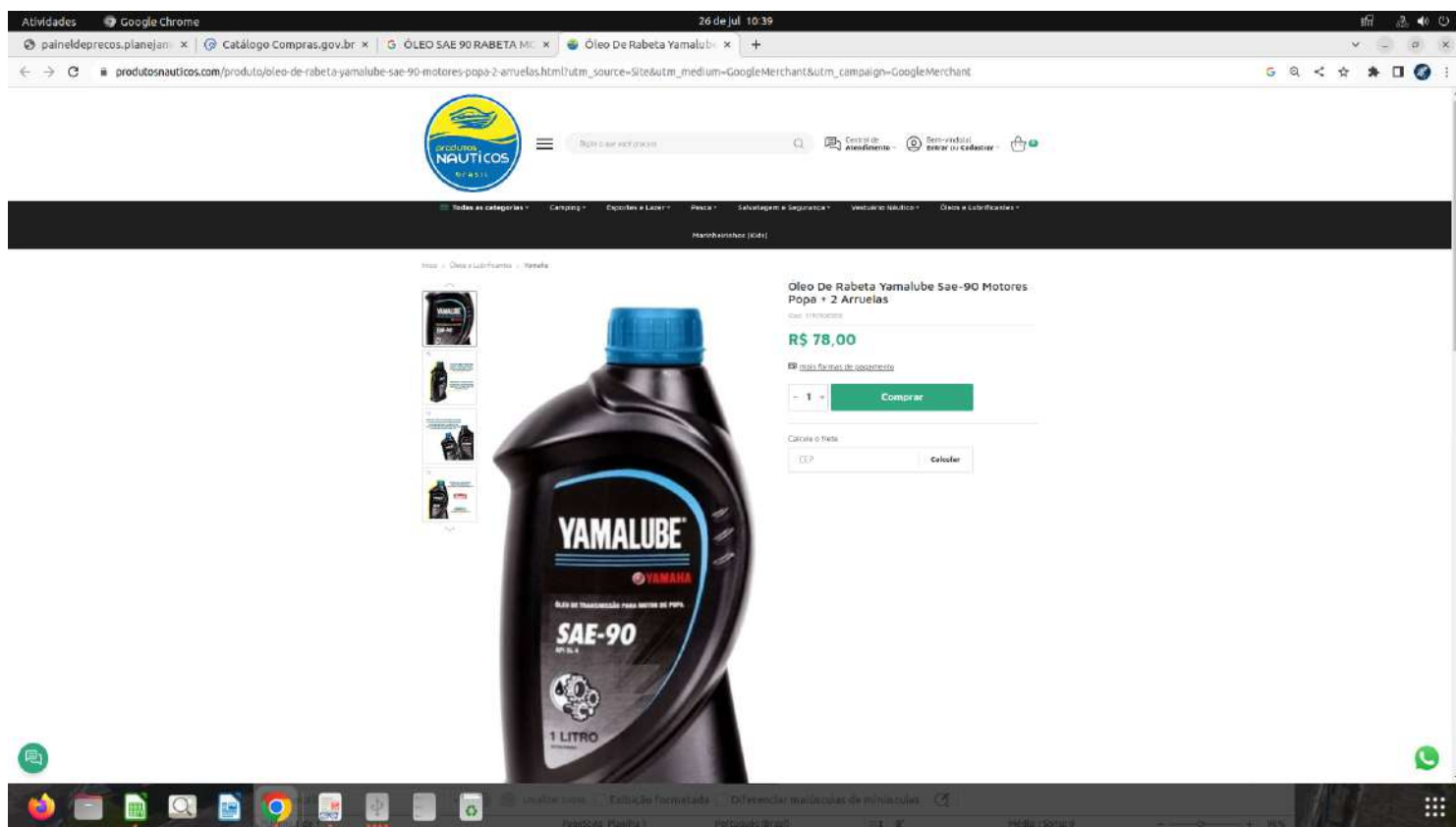
### Ficha Técnica

### Detalhes

Fale conosco!









Atividades

Google Chrome

26 de jul 11:05

paineldeprescos.planejari

carimat - Pesquisa Google

VELA IGNIÇÃO B7HS - Co

Vela de Ignição NGK B7H

VELA DE IGNIÇÃO NGK B

shoppingmaritimo.com.br/mecanica/velas/vela-de-ignicao-ngk-b7hs-10-yamaha-suzuki-mariner-tohatsu



O QUE VOCE PROCURA?



SAC

MINHA CONTA



0

CAÇA E PESCA

ACESSÓRIOS

ÁUDIO

ELETRÔNICOS

ELÉTRICA

OFERTAS

ATRAÇÃO E ANCORAGEM

MAIS CATEGORIAS

Home

Mecânica

Velas

Vela de Ignição NGK B7HS-10 Yamaha Suzuki Mariner Tohatsu





Vela de Ignição NGK B7HS-10 Yamaha Suzuki Mariner Tohatsu

☆☆☆☆☆ Seja o primeiro a opinar :)

(Cod.: 9WVG48NPR)

Data de lançamento: 04/03/2022

R\$ 21,90

R\$ 19,71 à vista com desconto Boleto - Vindi ou 10x de R\$ 2,19 Sem juros Cartão Visa - Vindi ou 10x de R\$ 2,19 Sem juros MasterCard - Vindi

Mais informações

QNTD: 1

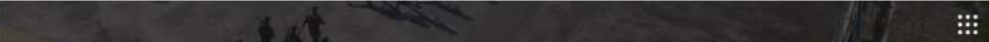
COMPRAR PRODUTO

Informe seu CEP

PESQUISA 1.pdf

Exibir todos







MÉDIA

**R\$ 15,00**

MEDIANA

**R\$ 15,00**

MENOR

**R\$ 15**

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

Descrição Complementar

Ano da Compra Modalidade da Compra

**VELA DE IGNIÇÃO DE MOTOR A EXPLOSAO VELA DE IGNIÇÃO B7HS-10 PARA MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP 2 TEMPOS\, MODELO: 40XMH S 2023, 2022 Pregão**

Quantidade total de registros: 1

Registros apresentados: 1 a 1

| Identificação da Compra | Número do Item | Modalidade | Código do CATMAT | Descrição do Item | Descrição Complementar | Unidade de Fornecimento | Quantidade Ofertada | Valor Unitário | Fornecedor                           | Órgão               | UASG                                             | Data da Compra |
|-------------------------|----------------|------------|------------------|-------------------|------------------------|-------------------------|---------------------|----------------|--------------------------------------|---------------------|--------------------------------------------------|----------------|
| 00001/2022              | 00029          | Pregão     | 15229            | VELA IGNIÇÃO      |                        | UNIDADE                 | 40                  | R\$15          | A DE C PEREIRA DE ALENCAR E CIA LTDA | COMANDO DO EXERCITO | 160023 - 10A, COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE | 21/06/2022     |



Atividades Google Chrome 26 de jul 11:26

paineldepesos.planejame... x cartmat - Pesquisa Googl... x Filtro combustivel para m... x Filtro de Combustivel 3/6 x Filtro Gasolina Original... x

nauticaclamar.com.br/produto/filtro-combustivel-para-motor-evinrude-etec-5007335/psrsltid=A5uE1wSpwDf50lPqPCSG5v0UnkyTidwEC8BSyVWrgmPcvdmUY1Z-43HY

Frete Grátis em compras acima de R\$ 300,00. Consulte condições

CLAMAR

Pesquisar produtos

ENTRAR / REGISTRAR

R\$ 0,00

TODOS OS DEPARTAMENTOS

INÍCIO LOJA BLOG CONTATO SOBRE

15%

Início / Marcas / Johnson Evinrude / Filtro combustivel para motor Evinrude ETEC 5007335

**Filtro combustivel para motor Evinrude ETEC 5007335**

~~R\$ 130,00~~ **R\$ 110,90**

**Filtro combustivel para motor Evinrude ETEC 5007335**

Filtro de combustivel transparente para motores de popa Evinrude ETEC 40hp até 90hp 2004 e 115hp a 250 2004 a 2008

Adicione R\$ 300,00 ao carrinho e ganhe frete grátis!

Em estoque

Parcelado em 12x sem cartão com Mercado Pago

Ver mais

Exibir todos

PESQUISA 1.pdf

Exatidão formatada - Diferenciar maiúsculas de minúsculas

Português (Brasil)

100%





Atividades

Google Chrome

26 de jul 11:48

paineldeprescos.planejamento.gov.br x

Catálogo Compras.gov.br x

VELA CHAMPION QC10WEP x

QC10WEP | Velauto x

Vela Ignição Original Ch x

← →

navegarebom.com.br/vela-de-ignicao-qc10wep-e-tec-770434-5007419-784643-9005

EVINRUDE & JOHNSON

TUDO PARA BARCO

Central de Atendimento e Ajuda

Atendimento Técnico (42) 99975-0506

(42) 3922-7433

Mais Pedidos

Clá, visite! Entro ou Cadastro-se

Área do Mecânico



BUSCAR

CARRINHO

VAZIO

NOVAS CATEGORIAS

ACESSÓRIOS

CABEÇA DE FORÇA

CAIXA DE ENGRANAGEM

HELICES

LUBRIFICANTES

RAIA

SISTEMA DE COMBUSTÍVEL

SISTEMA DE LUBRIFICAÇÃO

SISTEMA ELÉTRICO E IGAÇÃO

SISTEMA DE ORCAO

SISTEMA DE ROTULAGEM

EVINRUDE & JOHNSON

Imp: VELA DE IGNIÇÃO - QC10WEP - E-TEC 25 ATÉ 200 HP





VELA DE IGNIÇÃO - QC10WEP - E-TEC 25 ATÉ 200 HP  
Cód.: 770434  
Disponibilidade: **Em estoque**

PERGUNTA TÉCNICA SOBRE O PRODUTO

Descrição

Assistec Náutica - Evinrude & Johnson - Vela de Ignição Original Ch - QC10WEP - E-TEC 25 ATÉ 200 HP - CÓDIGO DE FÁBRICA 770434 - 5007419 - 784643-9005

**R\$ 195,73**

Parcelas

Quantidade

1

COMPRAR

ADICIONAR AO CARRINHO

Calcule o valor do frete e o prazo:

CEP

OK

Estados

Região

PESQUISA 1.pdf

Exibir todos

Google Chrome

Firefox

Microsoft Edge

Opera

Vivaldi

Brave

Chromium

Opera GX

Opera Mini

Opera Mobile

Opera Tablet

Opera TV

Opera Max

Opera Mini Max

Opera Mini Max 2

Opera Mini Max 3

Opera Mini Max 4

Opera Mini Max 5

Opera Mini Max 6

Opera Mini Max 7

Opera Mini Max 8

Opera Mini Max 9

Opera Mini Max 10

Opera Mini Max 11

Opera Mini Max 12

Opera Mini Max 13

Opera Mini Max 14

Opera Mini Max 15

Opera Mini Max 16

Opera Mini Max 17

Opera Mini Max 18

Opera Mini Max 19

Opera Mini Max 20

Opera Mini Max 21

Opera Mini Max 22

Opera Mini Max 23

Opera Mini Max 24

Opera Mini Max 25

Opera Mini Max 26

Opera Mini Max 27

Opera Mini Max 28

Opera Mini Max 29

Opera Mini Max 30

Opera Mini Max 31

Opera Mini Max 32

Opera Mini Max 33

Opera Mini Max 34

Opera Mini Max 35

Opera Mini Max 36

Opera Mini Max 37

Opera Mini Max 38

Opera Mini Max 39

Opera Mini Max 40

Opera Mini Max 41

Opera Mini Max 42

Opera Mini Max 43

Opera Mini Max 44

Opera Mini Max 45

Opera Mini Max 46

Opera Mini Max 47

Opera Mini Max 48

Opera Mini Max 49

Opera Mini Max 50

Opera Mini Max 51

Opera Mini Max 52

Opera Mini Max 53

Opera Mini Max 54

Opera Mini Max 55

Opera Mini Max 56

Opera Mini Max 57

Opera Mini Max 58

Opera Mini Max 59

Opera Mini Max 60

Opera Mini Max 61

Opera Mini Max 62

Opera Mini Max 63

Opera Mini Max 64

Opera Mini Max 65

Opera Mini Max 66

Opera Mini Max 67

Opera Mini Max 68

Opera Mini Max 69

Opera Mini Max 70

Opera Mini Max 71

Opera Mini Max 72

Opera Mini Max 73

Opera Mini Max 74

Opera Mini Max 75

Opera Mini Max 76

Opera Mini Max 77

Opera Mini Max 78

Opera Mini Max 79

Opera Mini Max 80

Opera Mini Max 81

Opera Mini Max 82

Opera Mini Max 83

Opera Mini Max 84

Opera Mini Max 85

Opera Mini Max 86

Opera Mini Max 87

Opera Mini Max 88

Opera Mini Max 89

Opera Mini Max 90

Opera Mini Max 91

Opera Mini Max 92

Opera Mini Max 93

Opera Mini Max 94

Opera Mini Max 95

Opera Mini Max 96

Opera Mini Max 97

Opera Mini Max 98

Opera Mini Max 99

Opera Mini Max 100



Atividades

Google Chrome

26 de jul 11:49

paineldeprescos.planejame

Catálogo Compras.gov.br

VELA CHAMPION QC10WEP

QC10WEP | Velauto

Vela Ignição Original Ch

paraquedanautica.com.br/products/vela-ignicao-original-champion-johnson-evinrude-qc10wep

CONHEÇA

AGORA

NÁUTICA FURACÃO

É

Paraquedanautica

Paraquedanautica OFF ROAD

Fale Conosco

Facebook

Instagram

YouTube

Lojas em SP e SC

CATEGORIAS DA LOJA

Encontre seu produto

0

Carrito

Lista de Desejos

Entrar / Criar Conta

Minha Conta

Produtos

Inicio

produtos

vela ignição original champion johnson evinrude qc10wep

PRODUTO ORIGINAL CHAMPION



Vela Ignição Original Champion Johnson Evinrude QC10WEP

★★★★★

Produto em estoque

VELA DE IGNIÇÃO CHAMPION ORIGINAL PARA MOTORES DE POPA JOHNSON/EVINRUDE CÓDIGO QC10WEPVela de ignição para motores de popa Johnson/Evinrude. Produto original BRP de alta qualidade e durabilidade. Indicado para motores de popa Johnson/Evinrude.Aplicações Motores de Popa Johnson/EvinrudeEspecificações:Código da peça: QC10WEPContém: vela de ignição ChampionATENÇÃO:Verifique a compatibilidade da peça com o seu...

R\$ 183,10

ou em 12x de R\$ 15,25 sem juros

VER PARCELAS

Quantidade:

1

Subtotal: R\$ 183,10

Fale Conosco

Entendi

PESQUISA 1.pdf

Exibir todos

Exibir todos

Atividades Google Chrome 26 de jul 13:42

paineldepesos.planejari... x Catálogo Compras.gov.br x Reparar bomba combust... x Reparar bomba combust... x Reparar bomba combust... x Kit Reparo Bomba Casoli x +

nauticaclaumar.com.br/produto/reparo-bomba-combustivel-johnson-evinrude-438616/

Frete Grátis em compras acima de R\$ 300,00. Consulte condições

CLAUMAR

Pesquisar produtos

ENTRAR / REGISTRAR

RS\$ 0,00

TODOS OS DEPARTAMENTOS

INÍCIO LOJA BLOG CONTATO SOBRE

14%

Início / Marcas / Johnson Evinrude /  
Reparo bomba combustível Johnson Evinrude 438616

## Reparo bomba combustível Johnson Evinrude 438616

~~RS\$ 235,45~~ **RS\$ 201,72**

### Reparo bomba de combustível Johnson Evinrude 15hp 438616

Reparo da bomba de combustível motores de popa Johnson Evinrude carburado e os modelos Evinrude ETEC, 15hp até 130hp, podendo servir para outros modelos conforme modelo da plaqueta do seu motor.

OBS: NÃO ACOMPANHA A TAMPA.

Adicione **RS\$ 300,00** ao carrinho e ganhe frete grátis!

Em estoque

Exibir todos

PESQUISA 1.pdf

Atividades

Google Chrome

26 de jul 13:44

paineldepesos.planejari

Catálogo Compras.gov.br

Reparo bomba combust

Reparo bomba combust

Kit Reparo Bomba Gasolin

Kit de Reparo da Bomba

impaktopecas.com.br/motor-de-popa/kit-reparo-bomba-gasolina-johnson-evinrude-9.9-a-125-hp

←

→

↺

↻

🔍

🌐

🔖

🔧

🌐

BEM-VINDO, FAÇA SEU LOGIN OU CADASTRE-SE

MELHORES PEDIDOS

MINHA CONTA





 **minha sacola**

0 itens R\$ 0,00

JET SKI

MOTOR DE POPA

EMBARCAÇÕES

PEÇAS USADAS

Página inicial / MOTOR DE POPA /



KIT REPARO BOMBA GASOLINA JOHNSON / EVINRUDE 9.9 A 125 HP

Estoque: 1

Na compra desse produto ganha 1 ImpaktoPontos

Por: **R\$ 197,36**

ou 10x de R\$ 19,74 sem Tarifa PagSeguro

1

 **COMPRAR**

CEP:

-

**CALCULAR**

Descrição Geral

Formas de Pagamento

Avaliações

https://www.impaktopecas.com.br/loja/redirect\_cart\_service.php?loja=947657

PESQUISA 1.pdf

Exibir todos









Atividades

Google Chrome

26 de jul 13:45

paneldeprecos.planejari

Catálogo Compras.gov.br

Reparo bomba combust

Reparo bomba combust

Kit Reparo Bomba Gasol

Kit de Reparo da Bomba

rp3shop.com.br/linha-nautica/motor-de-popa/aaa

TELEFONE(51) 3104-4131

WHATSAPP (51) 9838-4477

RASTREAR ENCOMENDA

MEUS PEDIDOS





 MINHA CONTA



LINHA NÁUTICA

JARDIM FLORESTA

CONSTRUÇÃO CIVIL

MOTORES ESTACIONÁRIOS

PARAMOTOR

KART

DEPOIMENTOS DE CLIENTES

QUEM SOMOS

Você está em: [Home](#) > [LINHA NÁUTICA](#) > [MOTOR DE POPA](#)

Kit de Reparo da Bomba de Combustível (GRANDE) Johnson / Evinrude 9.9 HP / 15 HP / 20 HP / 25 HP / 30 HP / 35 HP / 40 HP / 50 HP / 60 HP / 70 HP / 85 HP / 90 HP / 115 HP / 125 HP - para Motor do Popa



**KIT DE REPARO DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL (GRANDE) JOHNSON / EVINRUDE 9.9 HP / 15 HP / 20 HP / 25 HP / 30 HP / 35 HP / 40 HP / 50 HP / 60 HP / 70 HP / 85 HP / 90 HP / 115 HP / 125 HP - PARA MOTOR DE POPA**

★★★★★ 0 OPINIÕES

Marca: RP3 SHOP

Modelo: Johnson / Evinrude

De R\$ 140,00

**R\$ 78,90**

-44%

R\$ 74,96 à vista com desconto Boletão ou 12x de R\$ 6,15 com juros MasterCard

[Mais informações](#)

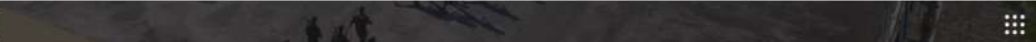
1

**COMPRAR**

PESQUISA 1.pdf

Exibir todos





Atividades Google Chrome 26 de jul 14:31

paineldepesos.planejari x Catálogo Compras.gov.br x Reparo da bomba d'agua x Kit Reparo Bomba Água x Reparo da Bomba de Água x

nauticaclaumar.com.br/produto/reparo-da-bomba-d'agua-40hp-ate-60hp-evinrude-etec/

Frete Grátis em compras acima de R\$ 300,00. Consulte condições

CLAUMAR

Pesquisar produtos

ENTRAR / REGISTRAR

R\$ 0,00

TODOS OS DEPARTAMENTOS

INÍCIO LOJA BLOG CONTATO SOBRE

18%

WATER PUMP KIT: PIN 5006511  
INSTALLATION INSTRUCTIONS

Reparo da bomba d'água 40hp até 60hp Evinrude ETEC

R\$ 1.056,00 **R\$ 868,75**

Reparo da bomba d'água 40hp até 60hp Evinrude ETEC

Reparo da bomba d'água motores de popa 40hp, 50hp e 60hp modelo ETEC Evinrude com rotor, placa do rotor, copo do rotor, junta, parafusos e junta

PIN 5006511

Adicione R\$ 300,00 ao carrinho e ganhe frete grátis!

Em estoque

Parcelado em 12x sem cartão com Mercado Pago

Ler mais

WhatsApp

Atividades

Google Chrome

26 de jul 14:32

paineldepesos.planejari

Catálogo Compras.gov.br

Reparo da bomba d'agua

Kit Reparo Bomba Água

Reparo da Bomba de Água

tiburonnautica.com.br/produto/kit-reparo-bomba-agua-motor-johnson-evinrude-40-50-hp-438592.html



O que você procura?



ENTRAR

SUPORTE

CARRINHO

DEPARTAMENTOS

ELÉTRICA

HÉLICES

NAVEGAÇÃO

PEÇAS

OUTROS



INÍCIO » PEÇAS » REPAROS » BOMBA DE ÁGUA

**KIT REPARO BOMBA ÁGUA MOTOR JOHNSON EVINRUDE 40-50 HP 438592**

CÓDIGO: 430592W

MARCA: Tiburon

3x de R\$ 132,50  
R\$ 423,50

**R\$ 397,50**  
ou R\$ 352,75 via Boleto Bancário

1

 COMPRAR

ESTOQUE **DISPONÍVEL**

Parcelar

|                            |                  |
|----------------------------|------------------|
| 1x de R\$ 397,50 sem juros | 7x de R\$ 65,14  |
| 2x de R\$ 198,75 sem juros | 8x de R\$ 57,75  |
| 3x de R\$ 132,50 sem juros | 9x de R\$ 51,06  |
| 4x de R\$ 110,77           | 10x de R\$ 47,16 |
| 5x de R\$ 89,29            | 11x de R\$ 43,41 |
| 6x de R\$ 75,29            | 12x de R\$ 40,28 |

 Boleto Bancário

10% DE DESCONTO R\$ 357,75

 PIX

10% DE DESCONTO R\$ 357,75



 LISTA DE DESEJOS









O QUE VOCÊ ESTÁ PROCURANDO?

BUSCAR



TODAS AS CATEGORIAS



ACESSÓRIOS



CABEÇA DE FORÇA



CAXA DE ENRENVAGENS



HÉLICES



LUBRIFICANTES



REBETA



SISTEMA DE COMBUSTIVEL



SISTEMA DE LUBRIFICAÇÃO



SISTEMA ELÉTRICO E IONIAÇÃO



SISTEMA DE DIREÇÃO



SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO



## REPARO DA BOMBA DE ÁGUA - J40-50 HP

Cód.: 438592

Faça uma avaliação

Disponibilidade: **Em estoque**

### PERGUNTA TÉCNICA SOBRE O PRODUTO

#### Descrição

REPARO DA BOMBA DE ÁGUA - APLICACÃO MOTORES DE POPA EYVRUDE E JOHNSON DE 40 ATE 50 HP - MODELO DO ANO DE 1997 ATE 1999\* - \*DISTÂNCIAS

**R\$ 827,76**

Parcelas

Quantidade:

**COMPRAR**

ADICIONAR AO CARRINHO

Calcule o valor do frete e o prazo:

CEP

OK

não sei meu CEP

ANODO DE SACRIFÍCIO PARA MOTORES JOHNSON EVINRUDE DE 50HP,  
60HP E 70HP



|   |   |   |
|---|---|---|
| - | 1 | + |
|---|---|---|

[Comprar](#)

Calcular frete



Atividades

Google Chrome

26 de jul 14:41

paineldeprescos.planejani

Catálogo Compras.gov.br

ANODO MOTOR DE POPA

Anodo de Sacrificio para

Anodo Da rabeta Do mot

Anodo de Sacrificio para

+

← → paratynautica.com.br/none-111556128

Frete fixo R\$ 10,00 p/ todo Brasil em compras a partir de R\$ 150,00



Central de Atendimento

Seja-vindo(a)  
Entrar ou Cadastrar



Categorias

Kit Para Revisão

Óleo Lubrificante

Vela de Ignição

Motor de Popa

Rotor

Não encontrou o que queria









BRP

Anodo Da rabeta Do motor Evinrude E-tec 90HP

(Cód. 00UFPT2Q)

R\$ 123,38

até 4x de R\$ 30,84 sem juros

[mais formas de pagamento](#)

- 1 +

Comprar

Comprar pelo whatsapp

Calcule o frete

CEP

Calcular

Adicionar aos favoritos

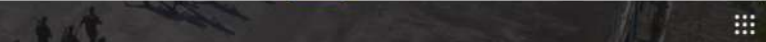


https://www.paratynautica.com.br/none-111556128

Utilizamos cookies para que você tenha a melhor experiência em nosso site. Para saber mais acesse nossa página de Política de Privacidade

Entendi





Atividades

Google Chrome

26 de jul 14:41

paineldepontos.planejamento.gov.br

Catálogo Compras.gov.br

ANODO MOTOR DE PO

Anodo de Sacrificio para

Anodo Da rabeta Do mot

Anodo de Sacrificio para

m.magazineleuiza.com.br/anodo-de-sacrificio-para-motores-johnson-evinrude-de-50hp-60hp-e-70hp-rei-marine/p/aa9459d704/es/bbox/

magalu

Busca no Magalu

Ver ofertas para minha região

magalu > Esporte e Lazer > Bateria, Botes e Acessórios > Anodo de Sacrificio para Motores Johnson Evinrude de 50HP 60HP e 70HP - REI MARINE



Anodo de Sacrificio para Motores Johnson Evinrude de 50HP, 60HP e 70HP - REI MARINE

Anodo de Sacrificio para Motores Johnson Evinrude de 50HP, 60HP e 70HP

★★★★★

R\$ 136,85 no Pix  
ou R\$ 136,85 em 3x de R\$ 45,62 sem juros

Vendido por **Barco Novo**

Entregue por **magalu**

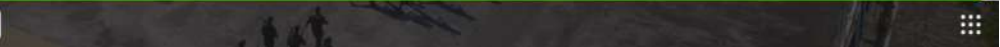
O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. Saiba mais

Cartão de crédito sem juros

R\$ 136,85  
3x de R\$ 45,62

Calcular frete e prazo





Atividades

Google Chrome

27 de jul 11:22

rotor bomba d'agua mot... Rotor (Impulsor) da Bomba ROTOR DA BOMBA D'ÁGUA Rotor Da Bomba D'água

nauticaplus.com.br/home-224087477?utm\_source=Site&utm\_medium=GoogleMerchant&utm\_campaign=GoogleMerchant

Enviamos para todo o Brasil de avião ou caminhão direto em sua mão



DP

NauticaPlus

AUTOPEÇAS - MOTORES DE POPA

Digite o que você procura

Central de Atendimento

Bem-vindo(a) Entrar ou Cadastrar

Todas as categoriasModeloAcessóriosMecânicaElétricaCombustívelHidráulica

InícioModeloYamaha40 Hp 4 Tempos



YMM

Rotor (Impulsor) da Bomba da Água - Yamaha - F 40 Hp 4 Tempos (Importado)

(Cód: 6H4443520290)

R\$ 78,00

até 10x de R\$ 7,80 sem juros

R\$ 70,20 no pix com 10% de desconto

mais formas de pagamento

- 1 +

Comprar

Fale com o Vendedor

Calcule o frete

CEP

Calcular

Esta procurando peças, estamos online



Atividades

Google Chrome

27 de jul 11:23

rotor bomba d'agua mot...  
Rotor (Impulsor) da Bom...  
ROTOR DA BOMBA D'ÁG...  
Rotor Da Bomba D'água...

← → pescacaboats.com.br/peças-e-oleo/peças-paralelas/rotores/rotor-da-bomba-d-agua-yamaha-25-hp-apos-97-mf-x-parcelas-4790

🔍 Anônimo



Minha Conta

Entrar / Cadastrar



EMBARCAÇÕES

PEÇAS ORIGINAIS E PARALELAS

LUBRIFICANTES

ACESSÓRIOS

ESPORTE E LAZER

MOTORES

Home / PEÇAS ORIGINAIS E PARALELAS / → PEÇAS PARALELAS / Rotores e bombas d'água / ROTOR BOMBA D'ÁGUA YAMAHA 25 HP A 40 HP (98 EM DIANTE)



**ROTOR BOMBA D'ÁGUA YAMAHA 25 HP A 40 HP (98 EM DIANTE)**

REF: 3975 MARCA: YMM (IMPORTADO)

★★★★★

Seja o primeiro a opinar

Disponibilidade: Imediata

**R\$ 43,93**

R\$ 40,42 à vista com desconto Boleto - Vindi  
ou 4x de R\$ 10,98 Sem juros Cartão Visa - Vindi

**COMPRAR PRODUTO**

\* Aqui sua compra é 100% segura, compre com tranquilidade.

Frete e prazo de entrega

**CALCULAR**

 **Compre pelo WhatsApp**





Atividades

Google Chrome

27 de jul 11:23

rotor bomba d'água mot... x Rotor (Impulsor) da Bomb... x ROTOR DA BOMBA D'ÁGUA x Rotor Da Bomba D'água

pradonautica.mercadoshops.com.br/MLB-26059886-46-rotor-da-bomba-d-agua-motor-de-popa-hidea-30-40hp-original\_-JM

Anônimo

PRADO

Buscar produtos, marcas e ofertas...

🔍

✉

🛒

Acessórios para Veículos

Acessórios para Veículos

Frete Grátis

Acessórios para Veículos > Peças Náuticas > Motores e Peças > Rotores

Compartilhar



6H4-44352-00



Características principais

Marca

Marine Parts

Novo

Rotor Da Bomba D'água Motor De Popa Hidea 30 40hp Original

R\$ 89<sup>99</sup>

em 12x R\$ 7<sup>90</sup> sem juros

Ver os modos de pagamento

Frete grátis

**FULL**

Seja os prazos de entrega e as formas de envio.

Calcular o prazo de entrega

Estoque disponível

Quantidade: 1 unidade (9 disponíveis)

Comprar agora

Adicionar ao carrinho

Frete grátis em compras a partir de R\$79.

Confira a Política de devolução

Obrigado por entrar em contato com a Prado

Microsoft Excel Completo - M... x

rotor mercury 25hp - Google S... x

ROTOR DA BOMBA D'ÁGUA ORI... x

ROTOR MERCURY 25 HP SEAF... x

Rotor Bomba D'agua Para Mer... x

+ -

pescaboats.com.br/pecas-e-oleo/pecas-originais-mercury/bomba-d-agua-kits-e-pecas/rotor-da-bomba-d-agua-mercury-25-sea-pro-161541?parceiro=4790

Google

Q

🔗

☆

🔧

📄

🖨

👤

**pesca**  
**BOATS**

O QUE DESEJA PROCURAR?



 **Minha Conta**  
Entrar / Cadastrar

 **0**

EMBARCAÇÕES ▾

PEÇAS ORIGINAIS E PARALELAS ▾

LUBRIFICANTES ▾

ACESSÓRIOS ▾

ESPORTE E LAZER ▾

MOTORES ▾

Home / PEÇAS ORIGINAIS E PARALELAS / → PEÇAS ORIGINAIS MERCURY / Rotores e bombas d'água / ROTOR BOMBA D'ÁGUA ORIGINAL MERCURY 25HP 30HP - 161541



Produto original  
Revenda autorizada



**ROTOR BOMBA D'ÁGUA ORIGINAL MERCURY**  
**25HP 30HP - 161541**

REF: 161541 | MARCA: MERCURY

★★★★★

Seja o primeiro a opinar

Disponibilidade: Imediata

**R\$ 108,63**

R\$ 98,84 à vista com desconto Boletão - Vindi  
ou 10x de R\$ 10,86 Sem juros Cartão Visa - Vindi

**COMPRAR PRODUTO**

\* Aqui sua compra é 100% segura, compre com tranquilidade.

 Frete e prazo de entrega

Informe seu Cep

**CALCULAR**



 Pesquisar





FOR  
PTB2

13:09  
14/09/2023

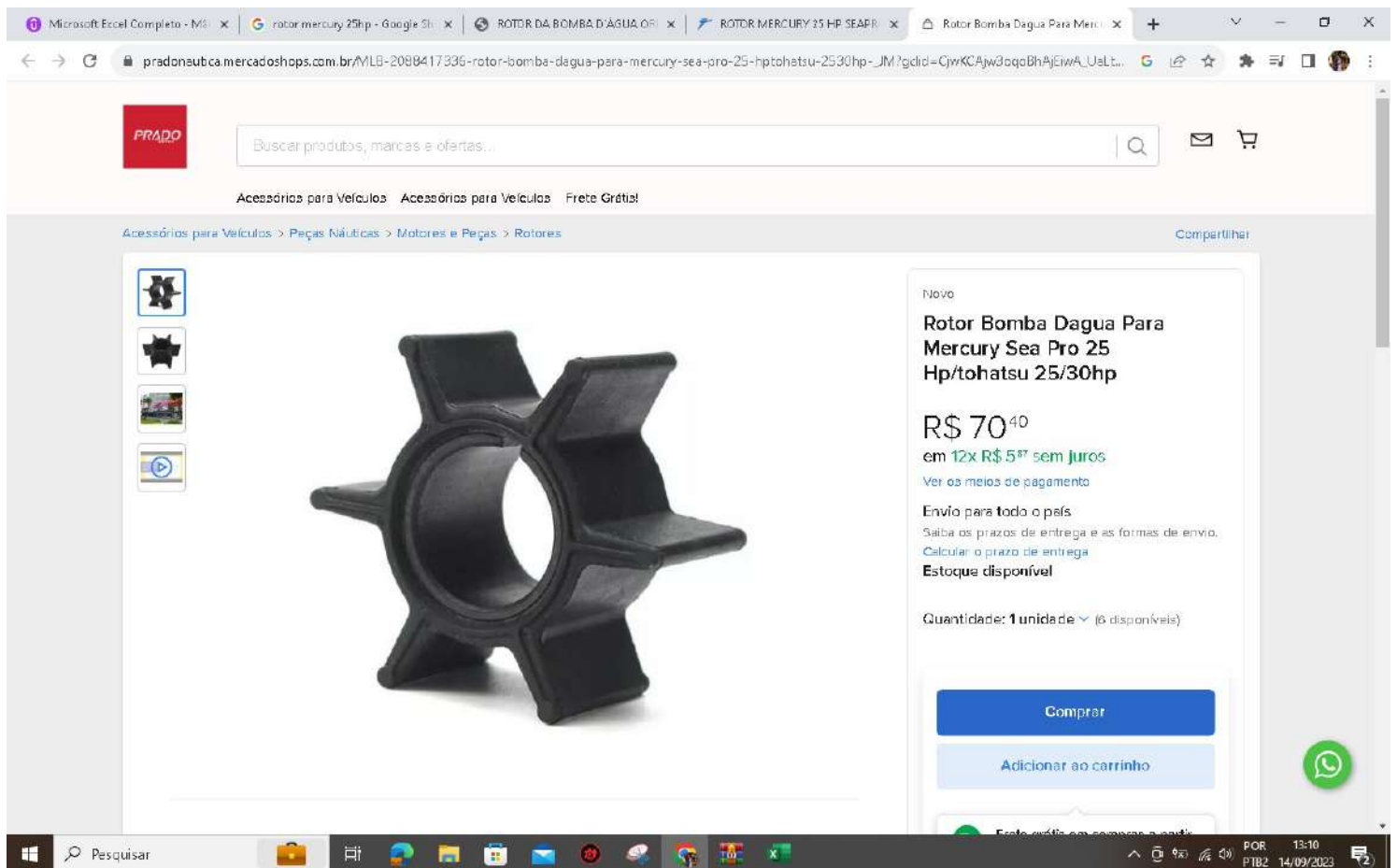


- 1 +

**Categoria:** Acessórios e peças

Fale conosco





WhatsApp

Kit Náutico Fapi - Reparo Botes

Cola Para Hypalon 200g + Catali

500ml Cola + 50ml Catalisador p/

Inseguro | importsnautica.com.br/lojas/index.php?route=product/product&path=5045&product\_id=2825

f i

(13) 3019-1235 / (13) 3345-0067

Minha conta

Lista de desejos (0)

Carrito de compras

Finalizar pedido

**imports**  
nautica

Busca

Q

0 - R\$0,00

JETSKI  
ACESSÓRIOS  
PEÇAS

LANCHAS  
ACESSÓRIOS  
PEÇAS

BOTES

MOTORES

PRAIA E  
PISCINA

SALVATAGEM

ELETRÔNICOS

COOLERS

CAMPING &  
JARDIM

ESPORTES

ESPORTES  
AQUÁTICOS

OUTRAS  
CATEGORIAS

Colas

500ml Cola + 50ml Catalisador p/ Tecido Hypalon



♥

🔄

## 500ml Cola + 50ml Catalisador p/ Tecido Hypalon

Modelo: 500ml Cola + 50ml Catalisador p/ Tecido Hypalon  
Disponibilidade: Em estoque

**R\$543,00**

Qtd

Comprar

Frete e prazo:  
[NÃO SEI O MEU CEP](#)

Digite o seu CEP

Calcular Frete



☆☆☆☆ 0 comentários / Escreva um comentário

Pesquisar





FOR  
PTB2 00:04  
14/09/2023

WhatsApp

Cola Para Hypalon 200g + Catali...

Kit Náutico Fapi - Reparo Botes |...

Catálogo Compras.gov.br

+

gaiuta.com.br/MLB-3312799059-cola-para-hypalon-200g-catalisador-25ml-solvente-500ml-\_JM



HélicesAcessórios NáuticosColas para botes Infláveis



Artes, Papelaria e Armário > Materiais Escolares > Comercial e Organização > Adesivos e de Corte > Colas





Novo

**Cola Para Hypalon 200g + Catalisador 25ml + Solvente 500ml**

**R\$ 368<sup>90</sup>**  
em 12x R\$ 35<sup>78</sup>

**Frete grátis**  
Saiba os prazos de entrega e as formas de envio.  
[Calcular o prazo de entrega](#)  
**Disponível 6 dias após sua compra**

**Último disponível!**

Comprar

Adicionar ao carrinho

 Frete grátis em compras a partir de R\$100.

 Pesquisar



FOR  
PTB2

06:11  
14/09/2023



WhatsApp

Cola Para Hypalon 200g + Catali...

Kit Náutico Fapi - Reparo Botes I...

Catálogo Compras.gov.br

fapiadesivos.mercadoshops.com.br/MLB-2701195012-kit-nautico-fapi-reparo-botes-inflaveis-de-pvc-e-hypalon-\_JM

FAPI

Produtos Náuticos

Produtos Moveleiros e Ferragens

Mais categorias

Esportes e Fitness > Canoas, Caiaques e Infláveis > Outros



Características principais

Novo

**Kit Náutico Fapi - Reparo Botes Infláveis De Pvc E Hypalon**

**R\$ 249<sup>90</sup>**  
em 12x R\$ 20<sup>90</sup> sem juros

**Frete grátis**  
Selecione os prazos de entrega e as formas de envio.  
[Calcular o prazo de entrega](#)

Tipo De Adesivo: **Adesivo de PVC**



**Estoque disponível**

Quantidade: 1 unidade ▾ (22 disponíveis)

**Comprar**

**Adicionar ao carrinho**

 Frete grátis em compras a partir de R\$ 79.



Pesquisar



FOR 06:10  
PTB2 14/09/2023



Atividades

Google Chrome

27 de jul 15:49

Catálogo Compras.gov.br x SOLVENTE - Google Shop x Aguarrras Solvente Natr x SOLVENTE AGUARRÁS TE x Ferreira Costa | Tudo par x +

← →

queroquero.com.br/solvente-aguarrras-tedox-incolor-900ml/p?sku=97441&srzId=ASuE1wTVaiWLSkpPWGnP-ohkp2qIT4MEMHyZBgxpw8VcswZUTHAsN-almma

GOOGLE

QUERO QUERO

Q

ENTRE OU CADASTRE-SE

MEUS FAVORITOS

🛒

🏠 / CONSTRUÇÃO / TINTAS E ACESSÓRIOS / SOLVENTES E COMPLEMENTOS



Palavra!

ESTE PRODUTO SAI DE GRÇA SE A ENTREGA ATRASAR

+ Consulte o regulamento

Referência: 183652

SOLVENTE AGUARRÁS TEDOX INCOLOR 900ML

★★★★★ 5 (2) Ver avaliações

Vendido e entregue por: Lojas Quero-Quero

R\$ 24,99

à vista

Em até 2x R\$ 12,49

Cartão Quero-Quero

Mais formas de pagamento

- 1 +

COMPRAR

Compartilhar

Preço válido para o dia 27/07/2023 na cidade selecionada no carrinho em compras realizadas pelo Site. Para compras em nossas Lojas, verifique disponibilidade de estoque. Imagem meramente ilustrativa.

Informe seu CEP para consultar o frete e prazo de entrega para sua região:

CALCULAR O FRETE

SALVAR E FECHAR

BLOQUEAR TODOS OS COOKIES NÃO NECESSÁRIOS

Usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação, personalizar conteúdos e anúncios. Para mais informações, veja nossa Política de Privacidade. Detalhes

MOstrar DETALHES

POWERED BY COINTECH PT

Atividades Google Chrome 27 de jul 15:49

Catálogo Compras.gov.br x SOLVENTE - Google Shop x Aguarrás Solvente Natr x SOLVENTE AGUARRÁS TE x Ferreira Costa | Tudo par x

ferreiracosta.com/produto/360786/solvente-aguarras-0,9l-1842-sherwin-williams?region\_id=777777

Você está em Natal

Lista de Casamento Nossas Lojas Para Empresas Clube do Profissional

**Ferreira Costa**

O que você está procurando?

Lista de casamento Entrar ou criar conta

**Categorias** Dupom Ofertas da semana Construção Móveis Ar e Ventilação Eletrodomésticos Ferramentas Utilidades domésticas Eletroportáteis Iluminação

Tintas e quínicos Catalizadores e solventes Solventes Solvente Aguarrás 0,9L 1842 - Sherwin Williams



**Solvente Aguarrás 0,9L 1842 - Sherwin Williams**

Vendido e entregue por **Ponto 2000**

**R\$ 38,90**

Quantidade

1 1 Lote

**Adicionar ao carrinho**

Consultar prazo e valor do frete 00000-000

**Ferreira Costa e cookies:** Este site armazena informações sobre a sua navegação na Internet para melhorar sua experiência e oferecer produtos e serviços mais adequados para você. Caso queira entender mais a respeito, leia a nossa Política de Privacidade.

**Fechar**

Atividades

Google Chrome

27 de jul 15:21

Catálogo Compras.gov.br

SOLVENTE - Google Shop

Águarras Solvente Natrielle

SOLVENTE AGUARRÁS TE

Ferreira Costa | Tudo par

limpcenter.com/produto/aguarras-solvente?utm\_source=Google%20Shopping&utm\_campaign=LimpCenter&utm\_medium=pc&utm\_term=34058&srcId=ASuE1wRWWhfasiMmcyPOtTZDnkv7rh0hnZxl\_jbRnuHRseyZ-lw5HobxM



HOME

SOBRE

LOJA

CONTATO

Pesquisar







Ceras, Pós Óbra

Essências

Limpeza Geral

Linha Álcool

Automotiva

Linha Pet

Linha Piscina

Utilidades



Água Raz Solvente

Águarras Solvente Natrielle- 900ml

R\$27,99

COMPOSIÇÃO: Hidrocarbonetos alifáticos, aromáticos. Isento de benzeno e clorados.

Prazo de Validade 18 meses

Uso e Cuidados: Vide rótulo da embalagem

Para pedidos acima de 10 unidades, entre em contato conosco!

Disponibilidade: 4 em estoque

1

COMPRAR

Categorias: Automotiva, Lavagem e Limpeza

Calcular Frete

00000-000

OK

Fale pelo Whatsapp

Atividades

Google Chrome

27 de jul 16:01

Catálogo Compras.gov.br x

INTERRUPTOR DE PARADA x

Interruptor De Parada Co x

Botão Emergência para x

Botão Corta Circuito / St x

nauticaplus.com.br/botao-de-parada-completo-para-motor-de-popa-yamaha-15hp-a-60hp-produto-original?utm\_source=Site&utm\_medium=GoogleMerchant&utm\_campaign=GoogleMerchant

Enviamos para todo o Brasil de avião ou caminhão direto em sua mão



**NauticaPlus**  
AUTOPEÇAS - MOTORES DE POPA

Digite o que você procura

[Central de Atendimento](#)

[Bem-vindo\(a\) Entrar ou Cadastrar](#)



Todas as categorias

Modelo

Acessórios

Mecânica

Elétrica

Combustível

Hidráulica

Início > Elétrica > Interruptor



Yamaha

**Interruptor de Parada Completo - Yamaha - 15/20/25/30/40/50/60 hp (Original)**

(Cód: 6E98257582)

**R\$ 502,00**

até 10x de R\$ 50,20 sem juros

**R\$ 451,80** no pix com 10% de desconto

mais formas de pagamento

- 1 +

**Comprar**

Fale com o Vendedor

Calcule o frete

CEP

Calcular

Esta procurando peças, estamos online!







Atividades

Google Chrome

27 de jul 16:02

Catálogo Compras.gov.br x

INTERRUPTOR DE PARADA x

Interruptor De Parada Co x

Botão Emergência para x

Botão Corta Circuito / St x

barconovo.com/botao-emergencia-para-motor-de-popa-yamaha-p11427srstId-ASuE1wQebj0AO.jp-2uMAK3BHpo1AhrQ3g8LHHCWTTGQfpu7CZLZQAWo4q8

Ola, faça seu login ou cadastre-se

f

(41) 99843-0602



Buscar...

Q

 Atendimento: (41) 3308-2011





ACESSÓRIOS NAUTICOS

ATRAÇÃO e ANCORAGEM

ÁUDIO e VÍDEO

CAMPING

CARRETA e REBOQUE

COMANDO e DIREÇÃO

CONFORTO

ELÉTRICA NAVAL

ESPORTE e LAZER

FERRAGENS

HIDRÁULICA

ILUMINAÇÃO

LANCHAS e BOTES

LIMPEZA e CONSERVAÇÃO

MOTOR DE POPA

NAVEGAÇÃO e COMUNICAÇÃO

PESCA

SALVATAGEM e SEGURANÇA

VESTUÁRIO

» MOTOR DE POPA » BOTÃO DE EMERGÊNCIA » YAMAHA » BOTÃO EMERGÊNCIA PARA MOTOR DE POPA YAMAHA

## BOTÃO EMERGÊNCIA PARA MOTOR DE POPA YAMAHA



Botão Emergência para motor Yamaha.  
Referência: Y545  
Modelo/Marca: Yamaha  
Fabricante: **ARRELIEX**

**R\$ 139,90**  
ou 12x de R\$ 11,66 sem juros  
ou R\$ 130,11 à vista com 7% de desconto

- 1 +

 **Comprar**

Calcular frete: 





Atividades

Google Chrome

27 de jul 16:02

Catálogo Compras.gov.br x

INTERRUPTOR DE PARADA x

Interruptor De Parada Co x

Botão Emergência para x

Botão Corta Circuito / St x

← →

backanautica.com.br/botaoortacymahatutm\_source=Site&utm\_medium=GoogleMerchant&utm\_campaign=GoogleMerchant

Pague no PIX e tenha 8% de desconto!

BACANAUTICA

Central de Atendimento

Ola, bem vindo(a)  
Entrar ou Cadastrar



Todos departamentos ▾

Atracação e Ancoragem

CAMPANHA Motores De Popa

Comando e Direção ▾

Elétrico ▾

Iluminação ▾

Lanchas e Botes ▾

Limpeza e Conservação ▾

Manutenção ▾

Motores de Centro ▾

Motores de Popa ▾

Hidráulico ▾

Peças ▾

Solavagem e Segurança ▾

Seminovos



Início > Peças > Acessórios

**Botão Corta Circuito / Stop Motor Popa Yamaha Todos**

Código: ECTMP100P Marcas: Bacanautica

**R\$ 173,29**  
até 2x de R\$ 87,76 sem juros

**[111] ou R\$ 162,89 via Boleto Bancário**

Estoque: Disponível

1

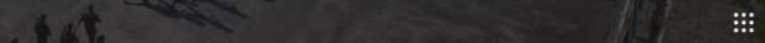
Comprar

Compre pelo Whatsapp

Utilizamos cookies para que você tenha a melhor experiência em nosso site. Para saber mais acesse nossa página de [Política de Privacidade](#)

Entendi







Atividades

Google Chrome

27 de jul 16:25

🏠 🔄 📄 🗑️

Catálogo Compras

MANUEIRA DE COMB

Mangueira Completo

Mangueira Combust

Mangueira de comb

Kit Mangueira Comb

Kit Mangueira Motor

Mangueira de Comb

🔍

jigbrasil.com.br/products/mangueira-de-combust-vel-para-motor-de-popa-yamaha-6mm-kit-variant--43017641492722&currency=BRL&utm\_medium=product\_sync&utm\_source=google&utm\_content=sag\_organic&utm\_campaign=sag\_organic&...

🔍 ⭐ 📌 🗑️

Loja com melhor opção em pesca, náutica & camping do Brasil!



Todas as categorias



 Carrinho

Início

Todos os Produtos

Coleções

Acessórios

Náutica

Molinetes

Carretilhas

Anzol

Vestuário

Linhas

Jigs

Isclas Artificiais

Micro Jig

Calçados

Varas para Carretilhas

Varas para Molinetes

Pesca de Praia

Página inicial

Todos os produtos

Mangueira de Combustível para Motor d...





### Mangueira de Combustível para Motor de Popa Yamaha 6mm Kit Completo

**FRETE GRÁTIS**

SKU: 1080928-Option

Disponível em estoque

**Preço:** R\$ 599,54  
ou por 12x de R\$ 60,76

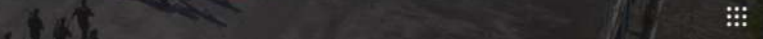
**Quantidade:**

 Frete grátis para todo Brasil  
Comprando dentro das próximas 2 h 37 min

 Garantia de 30 dias em nossa loja

 ⚠️ Todos os preços são de divulgação







Atividades

Google Chrome

27 de jul 16:26

Catálogo Compras

MANUEIRA DE COM

Mangueira Complet

Mangueira Combust

Mangueira de comb

Kit Mangueira Comb

Kit Mangueira Motor

Mangueira de Comb

haofishing.com.br/MLB-2700338512-kit-mangueira-motor-popa-yamaha-e-hidea-5-a-40-hp\_1M



Buscar produtos, marcas e ofertas...







CataquesSalva-vidasPescarCalçados, Roupas e BolsasSonaresMotores e PeçasMais categorias

Accesorios para Vehiculos > Peças Náuticas > Motores e Peças > Outros

Compartilhar





Novo

Kit Mangueira Motor Popa  
Yamaha E Hidea 5 A 40 Hp

R\$ 258

em 12x R\$ 21<sup>90</sup> sem juros

[Ver os meios de pagamento](#)

 Frete grátis

Sobre os prazos de entrega e as formas de envio.

[Consultar o prazo de entrega](#)

Estoque disponível

Quantidade: 1 unidade (4 disponíveis)

Comprar agora

Adicionar ao carrinho

 Confira a Política de devoluções

 7 dias de garantia de fábrica

Características principais

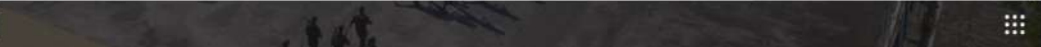
Marca

Hidea



Divulga, tira  
com a gente!









Atividades

Google Chrome

27 de jul 16:27

Catálogo Compras

MANUEIRA DE COM

Mangueira Comple

Mangueira Combust

Mangueira de comb

Kit Mangueira Comb

Kit Mangueira Motor

Mangueira de Comb

nauticaplus.com.br/kit-mangueira-combustivel-para-motor-de-popa-yamaha-15hp-a-60hp-produto-original?utm\_source=Site&utm\_medium=GoogleMerchant

Enviamos para todo o Brasil de avião ou caminhão direto em sua mão



AUTOPEÇAS - MOTORES DE POPA

Digite o que você procura

Central de Atendimento

Bem-vindo(a) Entrar ou Cadastrar

Todas as categorias

Modelo

Acessórios

Mecânica

Elétrica

Combustível

Hidráulica

Início

Combustível

Bomba Manual de Combustível (Bulbo)



Yamaha

**Kit Mangueira de Combustível - Yamaha - 15/20/25/30/40/60 Hp (Original)**

(Cod: 61.22436994)

**R\$ 807,00**

até 10x de R\$ 80,70 sem juros

**R\$ 726,30** no pix com 10% de desconto

mais formas de pagamento

- 1 +

Comprar

Fale com o Vendedor

Calcule o frete

CEP

Calcular

Esta procurando peças, estamos online

Atividades Google Chrome 27 de jul 16:27

Catálogo Compras x MANUEIRA DE COM x Mangueria Completa x Mangueria Combust x Mangueria de comb x Kit Mangueria Comb x Kit Mangueria Motor x Mangueria de Comb x

nauticaclaumar.com.br/produto/mangueria-completa-de-combustivel-motor-de-popa-johnson-evinrude/?xslltid=ASuE1wT9IaFeBCEZnQEcEiW5BF6ToASdywdMoSc1Vjv4HIOQJypDJd0Hz-s

Frete Grátis em compras acima de R\$ 300,00. Consulte condições

CLAUMAR

Pesquisar produtos

ENTRAR / REGISTRAR

RS 0,00

TODOS OS DEPARTAMENTOS

INÍCIO LOJA BLOG CONTATO SOBRE

Mangueria de combustível motor de popa Johnson Evinrude

R\$ 848,00 R\$ 678,99

Mangueria completa de combustível motor de popa Johnson Evinrude

Mangueria de combustível completa para motores de popa Johnson Evinrude 5/16 motores 3.3 hp até 90hp

PN 176748 - 5008609

Adicione R\$ 300,00 ao carrinho e ganhe frete grátis!

Em estoque

Parcelado em 12x sem cartão com Mercado Pago

Simulação de frete

Informe seu cep

WhatsApp

Atividades

Google Chrome

27 de jul 16:28

Catálogo Compras

MANUEIRA DE COM

Mangueira Complet

Mangueira Combust

Mangueira de comb

Kit Mangueira Comb

Kit Mangueira Motor

Mangueira de Comb

bacanautica.com.br/mangueira-combustivel-gasolina-motor-de-popa-pesca-johnsonevinrude/?utm\_source=Site&utm\_medium=GoogleMerchant&utm\_campaign=GoogleMerchant

Pague no PIX e tenha 8% de desconto!





 Central de Atendimento

 Olá, bem vindo(a)  
Entrar ou Cadastrar



Todos departamentos

Atracação e Ancoragem

CAMPANHA Motores De Popa

Comando e Direção

Elétrico

Iluminação

Lanchas e Botes

Limpeza e Conservação

Manutenção

Motores de Centro

Motores de Popa

Hidráulico

Peças

Soltagem e Segurança

Seminovos



Início > Peças > Sistemas de Combustível

# Mangueira Combustível Gasolina Motor De Popa Pesca Johnson/evinrude

Código: 1CND00038

Marcas: MFX Náutica

R\$ 112,05

até 2x de R\$ 56,02 sem juros

 ou R\$ 106,33 via boleto bancário

Estoque: 01/unidade

1

+

-

 **Comprar**

Utilizamos cookies para que você tenha a melhor experiência em nosso site. Para saber mais acesse nossa página de [Política de Privacidade](#)

**Entendi**





Atividades

Google Chrome

27 de jul 16:29

Catálogo Compras

MANUEIRA DE COM

Mangueira Complet

Mangueira Combust

Mangueira de comb

Kit Mangueira Comb

Kit Mangueira Motor

Mangueira de Comb

americanas.com.br/produto/1698609562/mangueira-completa-motor-popa-evinrude-johnson-omc-seasense?opn=YSMEP&offend=5eb5be5f79bf8430cb655b1a&srsltid=ASuEtwQKlTD1ldt\_C9oab2K2OBZmNAqmJDC\_vvcsV15waGEHK3ciovan...

especial Samsung • produtos com até 15% de desconto ou 8x sem juros • aproveite >

americanas

busque aqui seu produto

olá, faça seu login ou cadastre-se

informe seu CEP

pra sua empresa

baixe o app

entrega rápida

nossas lojas

dinheiro de volta

lojas oficiais

marcas próprias

serviços

oferta do dia

todos os departamentos

mercado

celulares

eletrodomésticos

informática

tv e home theater

eletroportáteis

móveis

outlet

página inicial

informática e acessórios

componentes

cabo e adaptadores

favorito

compartilhar



americanas e os cookies: a gente usa cookies para personalizar anúncios e melhorar a sua experiência no site. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#).

continuar e fechar

Mangueira Completa Motor Popa Evinrude Johnson Omc Seasense

★★★★★ [faça a 1ª avaliação](#) [faça a 1ª pergunta](#)

Tiburon Pesca e Náutica Mangueira de Combustível Seasense para motores Johnson Evinrude OMC\* Mangueira de altíssima qualidade\* Com 2 conectores \*Com Bulbo\* Feito com materiais com proteção UV\* Para motores de 2 e 4 tempos\* Resistente a gas...

[mais informações](#)

[política de troca e devolução](#)

R\$ 439,90

até 8x de R\$ 54,98

[mais formas de pagamento](#)

calcular frete e prazo

Digite seu CEP

ok

comprar

Este produto é vendido por Tiburon Náutica e entregue por Americanas, que garante a sua compra, do pedido à entrega. [saber mais](#)

os produtos mais visitados

MÉDIA

**R\$ 224,97**

MEDIANA

**R\$ 220,00**

MENOR

**R\$ 180**

## FILTROS APLICADOS

Descrição

REPARO CARBURADOR\, APLICAÇÃO:MOTOR DE POPA YAMAHA 40 HP\, ANO 2007 2023, 2022 Pregão

Ano da Compra Modalidade da Compra

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

| Identificação da Compra | Número do Item | Modalidade | Código do CATMAT | Descrição do Item | Descrição Complementar | Unidade de Fornecimento | Quantidade Ofertada | Valor Unitário | Fornecedor                                 | Órgão               | UASG                                                | Data da Compra |
|-------------------------|----------------|------------|------------------|-------------------|------------------------|-------------------------|---------------------|----------------|--------------------------------------------|---------------------|-----------------------------------------------------|----------------|
| 00050/2022              | 00035          | Pregão     | 354302           | REPARO CARBURADOR |                        | UNIDADE                 | 30                  | R\$180         | MCA ASSESSORIA, IMPORTACAO E COMERCIO LTDA | ESTADO DO PARA      | 980044 - BELTERRA                                   | 28/11/2022     |
| 00012/2022              | 00013          | Pregão     | 354302           | REPARO CARBURADOR |                        | UNIDADE                 | 25                  | R\$220         | ELETRO MAGNETICA GUIDON LTDA               | COMANDO DO EXERCITO | 160520 - 23 BATALHAO LOGISTICO DE SELVA             | 24/04/2023     |
| 00006/2022              | 00002          | Pregão     | 354302           | REPARO CARBURADOR |                        | UNIDADE                 | 6                   | R\$274,90      | AUGUSTO CESAR MAKOUL GASPERIN              | COMANDO DO EXERCITO | 160134 - CENTRO DE INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS | 08/08/2022     |



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(Batalhão De Engenheiros / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY  
NUP: \_\_\_\_\_  
MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

| ITEM | DESCRIÇÃO DO MATERIAL                                                            | CÓDIGO | QNT | UNIDADE | VALOR 1    | EMPRESA /<br>PREGÃO - UASG<br>(PAINEL DE<br>PREÇOS) | VALOR 2    | EMPRESA / PREGÃO -<br>UASG<br>(PAINEL DE PREÇOS) | VALOR 3    | EMPRESA /<br>PREGÃO - UASG<br>(PAINEL DE<br>PREÇOS) | MÉDIA DOS<br>VALORES | VALOR TOTAL  |
|------|----------------------------------------------------------------------------------|--------|-----|---------|------------|-----------------------------------------------------|------------|--------------------------------------------------|------------|-----------------------------------------------------|----------------------|--------------|
| 1    | REPARO CARBURADOR, APLICAÇÃO:MOTOR DE<br>POPA YAMAHA 40 HP¹, ANO 2007 2023, 2022 | 354302 | 20  | UND     | R\$ 180,00 | MCA<br>ASSESSORIA,<br>IMPORTACAO E<br>COMERCIO LTDA | R\$ 220,00 | ELETRO<br>MAGNETICA<br>GUIDON LTDA               | R\$ 274,90 | AUGUSTO CESAR<br>MAKOUL<br>GASPERIN                 | R\$ 224,97           | R\$ 4.499,33 |
| 2    | BOBINA DE INIÇÃO YAMAHA 40HP MODELO X                                            | 67555  | 6   | UND     | R\$ 277,32 | MECATRON<br>TECNOLOGIA E<br>SERVICOS LTDA           | R\$ 317,30 | MAGAZINE LUIZA                                   | R\$ 967,02 | CARREFOUR                                           | R\$ 520,55           | R\$ 3.123,28 |
| 3    | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA<br>40 HP                                | 602500 | 6   | UND     | R\$ 129,90 | BARCO NOVO                                          | R\$ 179,90 | CLAUMAR                                          | R\$ 193,50 | PARAQUEDA<br>NÁUTICA                                | R\$ 167,77           | R\$ 1.006,60 |
| 4    | BOMBA DE COMBUSTÍVEL MOTOR DE POPA 40 HP<br>YAMAHA                               | 604611 | 4   | UND     | R\$ 149,90 | BARCO NOVO                                          | R\$ 112,10 | LOJA DO BARCO                                    | R\$ 253,98 | MAGAZINE LUIZA                                      | R\$ 171,99           | R\$ 687,97   |
| 5    | JOGO DE JUNTAS MOTOR DE POPA YAMAHA 40<br>HP MODELO X                            | 604801 | 6   | UND     | R\$ 101,98 | BACANAUTICA                                         | R\$ 106,99 | PRADO NAUTICA                                    | R\$ 384,00 | RETÍFIVA FRONZA                                     | R\$ 197,66           | R\$ 1.185,94 |

|    |                                                                                                                                                                                                                     |        |    |                     |            |                                            |            |                 |            |                             |            |              |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|----|---------------------|------------|--------------------------------------------|------------|-----------------|------------|-----------------------------|------------|--------------|
| 6  | ANODO DE SACRIFÍCIO LEME PARA MOTORES<br>YAMAHA 40 HP                                                                                                                                                               | 604467 | 10 | UND                 | R\$ 159,00 | BARCO NOVO                                 | R\$ 125,46 | BACANAUTIVA     | R\$ 144,00 | VELAMAR NÁUTICA             | R\$ 142,82 | R\$ 1.428,20 |
| 7  | ÓLEO DOIS TEMPOS NÁUTICO SEMISSINTÉTICO<br>500ML                                                                                                                                                                    | 10198  | 20 | L (FRASCO<br>500ML) | R\$ 36,99  | PORTO NÁUTICO                              | R\$ 31,97  | HIPER VAREJO    | R\$ 38,00  | MONUMENTO<br>SHOPPING CAR   | R\$ 35,65  | R\$ 713,07   |
| 8  | ÓLEO SAE-90                                                                                                                                                                                                         | 10198  | 15 | L (FRASCO<br>C/ 1L) | R\$ 35,00  | MULTI BARCOS                               | R\$ 82,76  | PESCAÇA BOATS   | R\$ 78,00  | PRODUTOS<br>NÁUTICOS BRASIL | R\$ 65,25  | R\$ 978,80   |
| 9  | VELA DE IGNIÇÃO B7HS PARA MOTORES DE<br>POPA YAMAHA 40HP                                                                                                                                                            | 15229  | 30 | UND                 | R\$ 15,00  | A DE C PEREIRA<br>DE ALENCAR E<br>CIA LTDA | R\$ 27,07  | PESCAÇA BOATS   | R\$ 21,90  | SHOPPING<br>MARÍTIMO        | R\$ 21,32  | R\$ 639,70   |
| 10 | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA<br>EVINRUDE ETEC 50HP                                                                                                                                                      | 602434 | 20 | UND                 | R\$ 110,90 | NÁUTICA<br>CLAUMAR                         | R\$ 113,85 | NAVEGAR É BOM   | R\$ 90,23  | MOTOCICLOS<br>RACING        | R\$ 104,99 | R\$ 2.099,87 |
| 11 | VELA IGNIÇÃO ORIGINAL CHAMPION JOHNSON<br>EVINRUDE ETEC 50 HP QC10WEP                                                                                                                                               | 602495 | 20 | UND                 | R\$ 195,73 | NAVEGAR É BOM                              | R\$ 123,50 | VELA AUTO       | R\$ 183,10 | PARAQUEDA<br>NÁUTICA        | R\$ 167,44 | R\$ 3.348,87 |
| 12 | KIT DE REPARO DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL<br>(GRANDE) JOHNSON / EVINRUDE 9.9 HP / 15 HP /<br>20 HP / 25 HP / 30 HP / 35 HP / 40 HP / 50 HP / 60 HP<br>/ 70 HP / 85 HP / 90 HP / 115 HP / 125 HP - PARA<br>MOTOR DE POPA | 10568  | 15 | UND                 | R\$ 201,72 | NÁUTICA<br>CLAUMAR                         | R\$ 197,36 | IMPAKTO         | R\$ 78,90  | RP3 SHOP                    | R\$ 159,33 | R\$ 2.389,90 |
| 13 | KIT REPARO BOMBA ÁGUA MOTOR JOHNSON<br>EVINRUDE 40-50 HP 438592                                                                                                                                                     | 605629 | 5  | UND                 | R\$ 868,75 | NÁUTICA<br>CLAUMAR                         | R\$ 397,50 | TIBURON NÁUTICA | R\$ 827,76 | NAVEGAR É BOM               | R\$ 698,00 | R\$ 3.490,02 |

|    |                                                                                                                                                                                                              |        |    |            |            |                             |            |                      |            |                |            |               |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|----|------------|------------|-----------------------------|------------|----------------------|------------|----------------|------------|---------------|
| 14 | ANODO DE SACRIFÍCIO PARA MOTORES<br>JOHNSON EVINRUDE DE 50HP                                                                                                                                                 | 604467 | 9  | UND        | R\$ 99,90  | BARCO NOVO                  | R\$ 123,38 | PARATY NÁUTICA       | R\$ 136,85 | MAGAZINE LUIZA | R\$ 120,04 | R\$ 1.080,39  |
| 15 | ROTOR BOMBA D'ÁGUA YAMAHA 25 HP A 40 HP                                                                                                                                                                      | 17371  | 15 | UND        | R\$ 78,00  | NÁUTICA PLUS                | R\$ 43,93  | PESCAÇA BOATS        | R\$ 89,99  | PRADO NÁUTICA  | R\$ 70,64  | R\$ 1.059,60  |
| 16 | ROTOR BOBA D'ÁGUA MOTOR POPA MERCURY<br>25HP                                                                                                                                                                 | 17371  | 4  | UND        | R\$ 254,90 | PRODUTOS<br>NÁUTICOS BRASIL | R\$ 108,63 | PESCAÇA BOATS        | R\$ 99,99  | PRADO NÁUTICA  | R\$ 154,51 | R\$ 618,03    |
| 17 | COLA ADESIVO DE CONTATO - LATA 200G                                                                                                                                                                          | 264595 | 10 | LATA 200G  | R\$ 14,25  | ARTGEL                      | R\$ 17,99  | MAGAZINE LUIZA       | R\$ 14,93  | COFERMETA      | R\$ 15,72  | R\$ 157,23    |
| 18 | SOLVENTE AGUARRÁS                                                                                                                                                                                            | 483502 | 20 | LATA 900ml | R\$ 27,99  | LIMP CENTER                 | R\$ 24,99  | LOJAS QUERO<br>QUERO | R\$ 38,90  | FERREIRA COSTA | R\$ 30,63  | R\$ 612,53    |
| 19 | INTERRUPTOR DE PARADA COPLETO/BOTÃO DE<br>EMERGÊNCIA PARA MOTOR DE POPA/BOTÃO<br>CORTA CIRCUITO/STOP MOTOR POPA YAMAHA<br>TODOS                                                                              | 604806 | 20 | UND        | R\$ 502,00 | NÁTICA PLUS                 | R\$ 139,90 | BARCO NOVO           | R\$ 173,29 | BACANÁUTICA    | R\$ 271,73 | R\$ 5.434,60  |
| 20 | Mangureira de Combustível para Motor de Popa<br>Yamaha 6mm Kit Completo/Kit Mangureira Motor Popa<br>Yamaha E Hídea 5 A 40 Hp/Kit Mangureira de<br>Combustível - Yamaha - 15/20/25/30/40/60 Hp<br>(Original) | 602433 | 20 | UND        | R\$ 599,54 | JIG BRASIL                  | R\$ 258,00 | HAOFISHING           | R\$ 807,00 | NÁUTICA PLUS   | R\$ 554,85 | R\$ 11.096,93 |
| 21 | Mangureira de combustível motor popa Johnson<br>Evinrude/Mangureira Combustível Gasolina Motor De<br>Popa Pesca Johnson/evinrude/Mangureira Completa<br>Motor Popa Evinrude Johnson Omc Seasense             | 602432 | 10 | UND        | R\$ 678,99 | NÁUTICA<br>CLAUMAR          | R\$ 112,05 | BACANÁUTICA          | R\$ 439,90 | AMERICANAS     | R\$ 410,31 | R\$ 4.103,13  |

|               |                      |
|---------------|----------------------|
| <b>TOTAL:</b> | <b>R\$ 49.753,99</b> |
|---------------|----------------------|



| TIPO                | DESCRIÇÃO                                                                 | NR PATRIMONIAL | MARCA         | MODELO       | PREFIXO         | NR SÉRIE         | SITUAÇÃO     | Obs                                                                                      |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------|----------------|---------------|--------------|-----------------|------------------|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| Botes Premático     |                                                                           |                |               |              |                 |                  |              |                                                                                          |
| Botes Premático     | BOTE PNEUMATICO REC                                                       | 59461          | SIT           | MIB 530      | PREDADOR        | 3BSIT94E409 #046 | Indisponível | NECESSITA REPARO NA QUILHA NA SUA PARTE INFERIOR                                         |
| Botes Premático     | BOTE PNEUMATICO REC                                                       | 59462          | SIT           | MIB 530      | LOBO            | 3BSIT95E409 #047 | Disponível   | -                                                                                        |
| Botes Premático     | BOTE PNEUMATICO REC                                                       | 59463          | SIT           | MIB 530      | CAÇADOR         | 3BSIT76E409 #028 | Disponível   | -                                                                                        |
| Botes Premático     | BOTE PNEUMATICO REC                                                       | 44311          | ZEPHIR BRASIL | SEM MODELO   | NÃO POSSUI      | NÃO POSSUI       | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                     |
| Botes Premático     | BOTE PNEUMATICO REC                                                       | 62820          | ZEFIR         | 470          | 1               | NÃO POSSUI       | Indisponível | NÃO HÁ CONDIÇÕES DE REPARO, AGUARDANDO DESCARGA                                          |
| Botes Premático     | BOTE PNEUMATICO REC                                                       | 62821          | ZEFIR         | 470          | 2               | NÃO POSSUI       | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                     |
| Botes Premático     | EMBARCACA0 PNEUMATICA ASSALTO / C/ QUILHA PNEUMÁTICA E ENCHIMENTO MANUAL. | 48224          | ZEFIR         | M380         | TREME TERRA     | GSUIS            | Indisponível | NECESSITA REPARO NA PARTE INFERIOR DO ESPELHO, NAS BOLSAS DE AR DA PROA LD E LE, POPA LE |
| Botes Premático     | EMBARCACA0 PNEUMATICA ASSALTO / C/ QUILHA PNEUMÁTICA E ENCHIMENTO MANUAL. | 48225          | ZEFIR         | CL 404       | TUBARÃO         | GGLUG            | Indisponível | NECESSITA REPARO NAS BOLSAS DE AR PROA LD, POPA LD, QUILHA E PISO                        |
| Botes Premático     | EMBARCACA0 PNEUMATICA ASSALTO / C/ QUILHA PNEUMÁTICA E ENCHIMENTO MANUAL. | 48226          | ZEFIR         | CL 404       | PANTANAL        | GGGO             | Indisponível | NECESSITA REPARO NAS BOLSAS DE AR DA QUILHA, PROA LD, POPA LD E NO PISO                  |
| Botes Premático     | EMBARCACA0 PNEUMATICA ASSALTO                                             | 48227          | ZEFIR         | CL 404       | CHACAL          | GGLU             | Indisponível | NECESSITA DE REPARO NAS BOLSAS DE AR DA PROA LD E LE, POPA LD E LE, QUILHA E PISO        |
| Botes Premático     | EMBARCACA0 PNEUMATICA ASSALTO                                             | 42403          | LABORTEX      | M6           | 1               | NAO POSSUI       | Indisponível | NECESSITA REPARO NA VÁLVULA INTERMEDIÁRIA LE                                             |
| Botes Premático     | EMBARCACA0 PNEUMATICA ASSALTO                                             | 42402          | LABORTEX      | M6           | 2               | NAO POSSUI       | Indisponível | NECESSITA REMENDOS DE FUIROS E MANUTENÇÃO DAS VÁLVULAS                                   |
| Botes Premático     | BOTE PNEUMATICO REC                                                       | 49226          | LABORTEX      | M6           | 3               | NAO POSSUI       | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                     |
| Botes Premático     | EMBARCACA0 PNEUMATICA ASSA                                                | 48858          | ZODIAC        | FC 420       | SUCURI          | Z80221           | Indisponível | NECESSITA REPARO                                                                         |
| Total Indisponível: |                                                                           |                |               |              |                 |                  | 12           |                                                                                          |
| Voadeira            |                                                                           |                |               |              |                 |                  |              |                                                                                          |
| Voadeira            | LANCHA EM ALUMINIO NAVAL                                                  | 49226          | LEVEFORT      | MARUJO 600SD | ITORORÓ         | NAO POSSUI       | Disponível   | -                                                                                        |
| Voadeira            | LANCHA EM ALUMINIO NAVAL                                                  | 47441          | LEVEFORT      | MARUJO 600SD | CERRO CORÁ      | 113191.09.08     | Disponível   | -                                                                                        |
| Voadeira            | EMBARCACA0 PATRULHA ESQUA                                                 | 51475          | PETYBRASIL    | 700S         | OMAS VALENTINAS | 1                | Disponível   | -                                                                                        |
| Voadeira            | EMBARCACA0 PATRULHA ESQUA                                                 | 51476          | PETYBRASIL    | 700S         | ANDAI           | NAO POSSUI       | Disponível   | -                                                                                        |
| Voadeira            | EMBARCACA0 PATRULHA ESQUA                                                 | 51477          | PETYBRASIL    | 700S         | TAÍ             | NAO POSSUI       | Disponível   | -                                                                                        |
| Voadeira            | EMBARCACA0 PATRULHA ESQUA                                                 | 51478          | PETYBRASIL    | 700S         | IASSUI          | NAO POSSUI       | Disponível   | -                                                                                        |
| Voadeira            | EMBARCACA0 PATRULHA ESQUA                                                 | 51479          | PETYBRASIL    | 700S         | CURUZU          | NAO POSSUI       | Disponível   | -                                                                                        |
| Total Disponível:   |                                                                           |                |               |              |                 |                  | 7            |                                                                                          |
| Total Indisponível: |                                                                           |                |               |              |                 |                  | 0            |                                                                                          |
| Motor de Popa       |                                                                           |                |               |              |                 |                  |              |                                                                                          |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA JOHNSON 25HP Nº1                                            | 42408          | JOHNSON       | 5J25RSD      | Nº1             | R08211337        | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                     |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA JOHNSON 25HP Nº2                                            | 42409          | JHONSON       | 5J25RSD      | Nº2             | R08211709        | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                     |

| TIPO          | DESCRIÇÃO                         | NR PATRIMONIAL | MARCA     | MODELO   | PREFIXO | NR SÉRIE    | SITUAÇÃO     | Obs                                                                                       |
|---------------|-----------------------------------|----------------|-----------|----------|---------|-------------|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA JOHNSON 25HP Nº3    | 42410          | JOHNSON   | 5J25RSD  | Nº3     | RO8211751   | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA JOHNSON 25HP Nº4    | 42411          | JOHNSON   | 5J25RSD  | Nº4     | RO8230855   | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA JOHNSON 25HP Nº5    | 42412          | JOHNSON   | 5J25RSD  | Nº5     | RO8231011   | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA JOHNSON 40HP Nº6    | 42428          | JOHNSON   | J40RST   | Nº6     | 5007730     | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA JOHNSON 40HP Nº7    | 42430          | JOHNSON   | J40RST   | Nº7     | 5007728     | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA JOHNSON 40HP Nº8    | 42429          | JHONSON   | J40RST   | Nº8     | 5007744     | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 25HP Nº9     | 47940          | YAMAHA    | 25BMHS   | Nº9     | 1004297     | Disponível   | ATUALIZADO EM 26/07/2023                                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 25HP Nº10    | 42420          | YAMAHA    | 25BMHS   | Nº10    | 1085        | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 25HP Nº11    | 43958          | YAMAHA    | 25BMHS   | Nº11    | 1086        | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 25HP Nº12    | 47941          | YAMAHA    | 25BMHS   | Nº12    | 1009138     | Disponível   | ATUALIZADO EM 26/07/2023                                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 25HP Nº13    | 51946          | YAMAHA    | 25BMHS   | Nº13    | 1008903     | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº14    | 49034          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº14    | 67T51105108 | Disponível   | ATUALIZADO EM 26/07/2023                                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº15    | 49035          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº15    | 67T51105111 | Disponível   | ATUALIZADO EM 26/07/2023                                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº16    | 49036          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº16    | 67T51105118 | Disponível   | ATUALIZADO EM 26/07/2023                                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº17    | 49037          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº17    | 67T51105026 | Disponível   | ATUALIZADO EM 26/07/2023                                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº18    | 49038          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº18    | 67T51105062 | Disponível   | ATUALIZADO EM 26/07/2023                                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº19    | 49039          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº19    | 67T51105114 | Indisponível | NECESSITA REPARO NO SISTEMA DE ARREFECIMENTO (21/07/2023)                                 |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº20    | 49040          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº20    | 67T51105044 | Disponível   | ATUALIZADO EM 28/06/2023                                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº21    | 49041          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº21    | 67T51105117 | Indisponível | NECESSITA MANUTENÇÃO NO SITEMA DE MANUAL DE PARTIDA, E NO SISTEMA DE IGNIÇÃO (28/06/2023) |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº22    | 49042          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº22    | 67T51105083 | Indisponível | NECESSITA REPARO NA IGNIÇÃO (01/08/2023)                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº23    | 49043          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº23    | 67T51105082 | Disponível   | ATUALIZADO EM 28/06/2023                                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº24    | 56590          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº24    | 1108409     | Disponível   | ATUALIZADO EM 21/07/2023                                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº25    | 56591          | YAMAHA    | 40XMHS   | Nº25    | 1108412     | Missão       | EM MISSÃO NA BASE AÉREA (28/06/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº26    | 42421          | YAMAHA    | 40XMH    | Nº26    | 1001112     | Indisponível | BARULHO NO MOTOR (13/07/2023)                                                             |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 40HP Nº27    | 42422          | YAMAHA    | 40XMH    | Nº27    | 1001114     | Disponível   | ATUALIZADO EM 21/07/2023                                                                  |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA YAMAHA 150HP Nº28   | 52879          | YAMAHA    | F150AET  | Nº28    | 63P1104287  | Indisponível | PEDIR DESCARGA (01/08/2023)                                                               |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA MARANELLO 40HP Nº34 | 54984          | MARANELLO | MP40AWHS | Nº34    | 15699       | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA MARANELLO 40HP Nº35 | 53381          | MARANELLO | MP40AWHS | Nº35    | 6549        | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |
| Motor de Popa | MOTOR DE POPA MARANELLO 40HP Nº36 | 53725          | MARANELLO | MP40AWHS | Nº36    | 6503        | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                      |

| TIPO                | DESCRIÇÃO                         | NR PATRIMONIAL | MARCA     | MODELO        | PREFIXO | NR SÉRIE   | SITUAÇÃO     | Obs                                                                                                             |
|---------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|---------------|---------|------------|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA MARANELLO 40HP Nº37 | 53764          | MARANELLO | MP40AWHS      | Nº37    | 6530       | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                                            |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA MARANELLO 40HP Nº39 | 53763          | MARANELLO | MP40AWHS      | Nº39    | 6537       | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                                            |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA MARANELLO 40HP Nº40 | 53724          | MARANELLO | MP40AWHS      | Nº40    | 6522       | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                                            |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA MARANELLO 40HP Nº41 | 53765          | MARANELLO | MP40AWHS      | Nº41    | 6502       | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                                            |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA MARANELLO 40HP Nº42 | 53726          | MARANELLO | MP40AWHS      | Nº42    | 6543       | Indisponível | EM PROCESSO DE DESCARGA (01/08/2023)                                                                            |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA EVINRUDE 50HP Nº43  | 58522          | ENVIRUDE  | E50DRMIAFA    | Nº43    | 5396505    | Indisponível | NECESSITA SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA COMBUSTÍVEL, FILTRO DE COMBUSTÍVEL E DAS VELAS DE INIGNÇÃO                      |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA EVINRUDE 50HP Nº44  | 58523          | ENVIRUDE  | E50DRMIAFA    | Nº44    | 5397304    | Indisponível | -                                                                                                               |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA EVINRUDE 50HP Nº45  | 52524          | ENVIRUDE  | E50DRMIAFA    | Nº45    | 5397302    | Indisponível | NECESSITA SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA COMBUSTÍVEL, FILTRO DE COMBUSTÍVEL E DAS VELAS DE INIGNÇÃO                      |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA EVINRUDE 50HP Nº46  | 52525          | ENVIRUDE  | E50DRMIAFA    | Nº46    | 5397011    | Indisponível | NECESSITA SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA COMBUSTÍVEL, FILTRO DE COMBUSTÍVEL E DAS VELAS DE INIGNÇÃO                      |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA EVINRUDE 50HP Nº47  | 52526          | ENVIRUDE  | E50DRMIAFA    | Nº47    | 5397308    | Indisponível | -                                                                                                               |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA EVINRUDE 50HP Nº48  | 52527          | ENVIRUDE  | E50DRMIAFA    | Nº48    | 5397289    | Indisponível | NECESSITA SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA COMBUSTÍVEL, FILTRO DE COMBUSTÍVEL E DAS VELAS DE INIGNÇÃO                      |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA EVINRUDE 50HP Nº49  | 59439          | ENVIRUDE  | E50DRMIAFA    | Nº49    | 5400192    | Indisponível | NECESSITA SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA COMBUSTÍVEL, FILTRO DE COMBUSTÍVEL E DAS VELAS DE INIGNÇÃO                      |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA EVINRUDE 50HP Nº50  | 59441          | ENVIRUDE  | E50DRMIAFA    | Nº50    | 5400194    | Indisponível | NECESSITA SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA COMBUSTÍVEL, FILTRO DE COMBUSTÍVEL E DAS VELAS DE INIGNÇÃO                      |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA EVINRUDE 50HP Nº51  | 59440          | ENVIRUDE  | E50DRMIAFA    | Nº51    | 5400193    | Indisponível | NECESSITA SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA COMBUSTÍVEL, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, DAS VELAS DE INIGNÇÃO E DOS BICOS INJETORES |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA ITALY 6.5HP Nº52    | 53758          | ITALY     | A165E         | Nº52    | 1108016513 | Indisponível | PEDIR DESCARGA (01/08/2023)                                                                                     |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA ITALY 6.5HP Nº53    | 53757          | ITALY     | A165E         | Nº53    | 1108016511 | Indisponível | PEDIR DESCARGA (01/08/2023)                                                                                     |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA ITALY 6.5HP Nº54    | 53756          | ITALY     | A165E         | Nº54    | 1108016520 | Indisponível | PEDIR DESCARGA (01/08/2023)                                                                                     |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA ITALY 6.5HP Nº55    | 53759          | ITALY     | A165E         | Nº55    | 1108016508 | Indisponível | PEDIR DESCARGA (01/08/2023)                                                                                     |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA MERCURY 25HP Nº56   | 62823          | MERCURY   | AUG2009ME 25M | Nº56    | 0M123498   | Indisponível | REPARO NO SISTEMA DE ARREFECIMENTO E NECESSITA DE UM CARBURADOR (28/06/2023)                                    |
| Motor de Popa       | MOTOR DE POPA MERCURY 25HP Nº57   | 62822          | MERCURY   | AUG2009ME 25M | Nº57    | 0M123499   | Disponível   | ATUALIZADO EM 28/06/2023                                                                                        |
| Total Disponível:   |                                   |                |           |               |         |            | 12           |                                                                                                                 |
| Total Indisponível: |                                   |                |           |               |         |            | 38           |                                                                                                                 |
| MISSÃO:             |                                   |                |           |               |         |            | 1            |                                                                                                                 |

# PREGÃO ELETRÔNICO

19/2023

## CONTRATANTE (UASG)

(160343\_ - 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE

## OBJETO

Aquisição de Insumos para Manutenção de Botes Pneumáticos e Motores de Popa

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 51.476,74

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03/11/2023 às 09:00h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

|                                                                                 |    |
|---------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. DO OBJETO .....                                                              | 3  |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....                                                  | 3  |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....                                           | 3  |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....            | 5  |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....                                           | 7  |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .. | 8  |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO .....                                                  | 11 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....                                                 | 12 |
| 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....                                           | 14 |
| 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....                                    | 15 |
| 11. DOS RECURSOS .....                                                          | 16 |
| 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....                               | 16 |
| 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....                 | 18 |
| 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....                                                | 19 |



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE**  
**(Batalhão De Engenheiros / 1855)**  
**BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023**  
**(Processo administrativo nº 64036.005289/2023-23)**

Torna-se público que o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, por meio da Seção de Licitações e Contratos, sediada na Av. Djalma Maranhão, 641, Nova Descoberta, Natal/RN, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de Insumos para Manutenção de Botes Pneumáticos e Motores de Popa** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a

sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e

da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01*(Centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
  - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
  - 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior

percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 15 (vinte) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://7becmb.eb.mil.br>.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, E-mail: [pregão7bt1@outlook.com](mailto:pregão7bt1@outlook.com) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Djalma Maranhão, 641, Nova Descoberta, Natal/RN, CEP: 59.075-290, na seção de Aquisições, Licitações e Contratos.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://7becmb.eb.mil.br>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.4. ANEXO IV – Proposta

Município de Natal - RN, 18 de Outubro de 2023



**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**  
Ordenador de Despesas do 7º BE Cmb



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE**  
**(Batalhão de engenheiros / 1855)**  
**BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de Insumos para Manutenção de Botes Pneumáticos e Motores de Popa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | Descrição                                                                               | CAT<br>MAT | Und   | Qtd<br>Min | Qtd<br>total | Valor<br>Unit | Valor<br>Total |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------|------------|--------------|---------------|----------------|
| 1    | REPARO CARBURADOR\,<br>APLICAÇÃO:MOTOR DE POPA<br>YAMAHA 40 HP\, ANO 2007 2023,<br>2022 | 354302     | UND   | 1          | 20           | R\$ 224,97    | R\$ 4.499,40   |
| 2    | BOBINA DE INIÇÃO YAMAHA<br>40HP MODELO X                                                | 605219     | UND   | 1          | 6            | R\$ 520,55    | R\$ 3.123,30   |
| 3    | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA<br>MOTOR DE POPA 40 HP                                       | 602500     | UND   | 1          | 6            | R\$ 167,77    | R\$ 1.006,62   |
| 4    | BOMBA DE COMBUSTÍVEL MOTOR<br>DE POPA 40 HP YAMAHA                                      | 604611     | UND   | 1          | 4            | R\$ 171,99    | R\$ 687,96     |
| 5    | JOGO DE JUNTAS MOTOR DE POPA<br>YAMAHA 40 HP MODELO X                                   | 604801     | UND   | 1          | 6            | R\$ 197,66    | R\$ 1.185,96   |
| 6    | ANODO DE SACRIFÍCIO LEME PARA<br>MOTORES YAMAHA 40 HP                                   | 604467     | UND   | 1          | 10           | R\$ 142,82    | R\$ 1.428,20   |
| 7    | ÓLEO DOIS TEMPOS NÁUTICO<br>SEMISSINTÉTICO 500ML                                        | 606883     | LITRO | 1          | 40           | R\$ 35,65     | R\$ 1.426,00   |
| 8    | ÓLEO SAE-90                                                                             | 612058     | LITRO | 1          | 15           | R\$ 65,25     | R\$ 978,75     |
| 9    | VELA DE IGNIÇÃO B7HS PARA<br>MOTORES DE POPA YAMAHA 40HP                                | 602495     | UND   | 1          | 30           | R\$ 21,32     | R\$ 639,60     |
| 10   | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA<br>MOTOR DE POPA EVINRUDE ETEC<br>50HP                       | 602434     | UND   | 1          | 20           | R\$ 104,99    | R\$ 2.099,80   |
| 11   | VELA IGNIÇÃO ORIGINAL<br>CHAMPION EVINRUDE ETEC 50 HP<br>QC10WEP                        | 602495     | UND   | 1          | 20           | R\$ 167,44    | R\$ 3.348,80   |
| 12   | KIT DE REPARO DA BOMBA DE<br>COMBUSTÍVEL (GRANDE) // 50 HP -<br>PARA MOTOR DE POPA      | 605629     | UND   | 1          | 15           | R\$ 159,33    | R\$ 2.389,95   |
| 13   | KIT REPARO BOMBA ÁGUA MOTOR                                                             | 605629     | UND   | 1          | 5            | R\$ 698,00    | R\$ 3.490,00   |



|              |                                                                                                                                                                                               |        |        |   |    |            |                      |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|---|----|------------|----------------------|
|              | EVINRUDE 40-50 HP 438592                                                                                                                                                                      |        |        |   |    |            |                      |
| 14           | ANODO DE SACRIFÍCIO PARA MOTORES EVINRUDE DE 50HP                                                                                                                                             | 604467 | UND    | 1 | 9  | R\$ 120,04 | R\$ 1.080,36         |
| 15           | ROTOR BOMBA D'ÁGUA YAMAHA 25 HP A 40 HP                                                                                                                                                       | 604775 | UND    | 1 | 15 | R\$ 70,64  | R\$ 1.059,60         |
| 16           | ROTOR BOBA D'ÁGUA MOTOR POPA MERCURY 25HP                                                                                                                                                     | 604775 | UND    | 1 | 4  | R\$ 74,34  | R\$ 297,36           |
| 17           | COLA PARA HYPALON 500ML COM CATALIZADOR PARA TECIDO HYPALON                                                                                                                                   | 604080 | 500 ML | 1 | 4  | R\$ 387,26 | R\$ 1.549,04         |
| 18           | SOLVENTE AGUARRÁS                                                                                                                                                                             | 483502 | LITRO  | 1 | 18 | R\$ 30,63  | R\$ 551,34           |
| 19           | INTERRUPTOR DE PARADA COPLETO/BOTÃO DE EMERGÊNCIA PARA MOTOR DE POPA/BOTÃO CORTA CIRCUÍTO/STOP MOTOR POPA YAMAHA TODOS                                                                        | 604806 | UND    | 1 | 20 | R\$ 271,73 | R\$ 5.434,60         |
| 20           | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA YAMAHA 6MM KIT COMPLETO/KIT MANGUEIRA MOTOR POPA YAMAHA E HIDEA 5 A 40 HP/KIT MANGUEIRA DE COMBUSTIVEL - YAMAHA - 15/20/25/30/40/60 HP (ORIGINAL) | 602432 | UND    | 1 | 20 | R\$ 554,85 | R\$ 11.097,00        |
| 21           | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL MOTOR POPA EVINRUDE/MANGUEIRA COMBUSTIVEL GASOLINA MOTOR DE POPA PESCA JOHNSON/EVINRUDE/MANGUEIRA COMPLETA MOTOR POPA EVINRUDE OMC SEASENSE                          | 602432 | UND    | 1 | 10 | R\$ 410,31 | R\$ 4.103,30         |
| <b>TOTAL</b> |                                                                                                                                                                                               |        |        |   |    |            | <b>R\$ 51.476,74</b> |

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000250/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/01/2023

III) Id do item no PCA: 51

IV) Classe/Grupo: 5180 – Jogo Conjunto de Ferramenta Manual

V) Identificador da Futura Contratação: 160343-33/2022

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

4.1.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares

4.1.2. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.3. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

### **Subcontratação.**

*4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

### **Garantia da contratação**

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio e confirmação do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no 7º Batalhão de Engenharia de Combate situado a Rua Djalma Maranhão, 641, Nova Descoberta, Natal-RN, de Segunda-feira a Quinta-feira no período matutino das 09:00h às 11:30h e no período vespertino das 13:30h às 16:00h e na sexta das 08:00h às 11:30h, Tel: (84) 3344-1055 ou 3344-1000.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo **20 (vinte)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em

licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### **Exigências de habilitação**

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

8.3 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.12 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19 Prova de regularidade com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- 8.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.22 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.23 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.24 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- 8.24.1 I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo )/( Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- 8.24.2 II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e
- 8.24.3 III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).
- 8.25 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% [até 10%] do valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.27 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.28 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

8.29 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.32 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.33 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.33.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.33.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.33.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.33.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.33.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.33.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento

dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.33.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 30.693,36 (trinta mil, seiscientos e noventa e três reais e trinta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## 10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

Natal-RN, 15 de setembro de 2023.

  
**LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ - 2º Ten**  
Chefe da Seção de Equipagem Leve

  
**JOSÉ RAFAEL FELIX DA SILVA - 3º Sgt**  
Auxiliar da Seção de Equipagem Leve

# Estudo Técnico Preliminar 48/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64036.005289/2023-23

## 2. Descrição da necessidade

Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e motor de popa

Demanda BI nº 74, de 19 de abril de 2023 do 7º BE Cmb, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Este estudo foi desenvolvido de acordo com a necessidade de manutenção corretiva e preventiva dos motores de popa e das embarcações pneumáticas da OM, visando manter sua operacionalidade nas diversas missões que o batalhão é empregado, requerendo fiel observância aos preceitos legais que regem as compras governamentais na Administração Pública.

O 7º Batalhão de Engenharia de Combate (7º BE Cmb) possui o total de 14 (quatorze) botes pneumáticos e 51 (cinquenta e um) motores de popa que necessitam de manutenção constantemente, para manter a operacionalidade da OM em operações, missões e adestramento de sua tropa.

Tendo em vista os êxitos alcançados, nos anos anteriores, em apoio às atividades de engenharia seja elas de segurança ou transposição de curso d'água em apoio à 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, e ao Comando Militar de Nordeste com nossos motores e embarcações.

A operacionalidade e disponibilidade desses meios possibilitam ao Exército Brasileiro o adestramento de seus quadros, mantendo em nível elevado a capacitação operacional na área de engenharia de combate, de forma permanentemente ajustada à Doutrina Militar Terrestre, para atuar eficazmente no apoio às operações militares, de combate e logística.

## 3. Área requisitante

| Área Requisitante                 | Responsável                         |
|-----------------------------------|-------------------------------------|
| Companhia de Engenharia de pontes | 2º Ten - LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ  |
| Seção de Equipagem Leve           | JOSÉ RAFAEL FELIX DA SILVA - 3º Sgt |

#### **4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

**O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/21.**

**O fornecimento será efetuado de acordo com a solicitação do contratante, com prazo de entrega não superior a 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.**

**O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.**

**Os materiais serão entregues na dependência sede, dentro dos padrões e exigências definidos, podendo ser rejeitados no todo ou em parte, devendo a Contratada, em prazo estabelecido, refazer, corrigir ou substituir às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades;**

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

#### **5. Levantamento de Mercado**

Os serviços e fornecimentos que se pretende contratar classificam-se como bens e serviços comuns, encontrados facilmente no mercado nacional, havendo diversas empresas aptas a participarem da licitação, haja vista os pregões já realizados no âmbito da Administração Pública para esse tipo de demanda. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Para a contratação dos serviços em comento, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias. Na contratação em análise, apesar das particularidades técnicas, não foram identificadas situações específicas que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.



O levantamento de mercado foi realizado por meio de pesquisa em mídias especializadas, de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso; (Inc. III, art. 5º, IN 65/2021).

Conforme previsto na IN 40/2020 de 22 de maio de 2020, foi realizada pesquisas virtuais em contratações similares feitas por outros órgãos e entidades para a contratação solicitada, com o objetivo de verificar soluções compatíveis/similares que venham a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo. Isto posto, comprova-se que não existe restrições legais à oferta desse serviço.

Para tanto, conforme o quadro a seguir, observa-se que outros Órgãos do estado adotam a estratégia de contratação do serviço.

| Pregão  | UASG - Órgão                        | Descrição                                                                                                                                                                                                                                     |
|---------|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 09/2023 | 160440 – 23ºBI                      | OBJETO PREGAO ELETRONICO AQUISICAO EVENTUAL DE PECAS DE VIATURA SUPRIMENTOS E INSUMOS PARA A MANUTENCAO DE 10 ESCALAO DAS VIATURAS E MOTORES DE POPA SOB RESPONSABILIDADE DO PELOTAO DE MANUTENCAO E TRANSPORTE DO 230 BATALHAO DE INFANTARIA |
| 05/2023 | 160021 - Pq R Mnt/12                | OBJETO PREGAO ELETRONICO AQUISICAO DE PECAS PARA MANUTENCAO DE MOTORES DE POPA                                                                                                                                                                |
| 12/2022 | 160346 - Cmdo Fron Rondônia /6º BIS | OBJETO PREGAO ELETRONICO EVENTUAL AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E PECAS ACESSORIOS PARA MANUTENCAO DE MOTOR DE POPA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA 60 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA                              |
| 15/2022 | 160515 - Cmdo 2ª Bda Inf SI         | OBJETO PREGAO ELETRONICO EVENTUAL AQUISICAO DE PECAS PARA MOTOR DE POPA                                                                                                                                                                       |
| 03/2022 | 160074 - Pq R Mnt/8                 | BJETO PREGAO ELETRONICO EVENTUAL AQUISICAO DE PECAS PARA MOTORES DE POPA PARA SECAO DE ENGENHARIA DO PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO8 CONFORME CONDICOES QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO                               |

Outras entidades da Administração Pública têm buscado tipos de soluções semelhantes ao desta contratação. Portanto, conclui-se que o formato mais adequado a ser utilizado é a contratação de empresa por meio de pregão eletrônico.

## 6. Descrição da solução como um todo

Opta-se por realizar-se a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das necessidades do projeto nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema, que proporcione vantagens econômicas e eficiência na prestação dos serviços, além de facilitar a execução dos procedimentos administrativos do Batalhão, gerenciamento de licitações e contratos, contatos com escalões superiores, dentre outras atividades diárias desenvolvidas na OM. Quanto à aquisição, o sistema de registro de preços proporciona inúmeras vantagens, enquadradas na hipótese do Art. 3º, Inciso II, do Decreto 7892/2013: quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os bens a serem adquiridos são considerados comuns, pois há padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e estão dispostos a seguir, acompanhado de seu CATMAT:

| Item | Descrição                                                                      | CATMAT | Valor Unitário |
|------|--------------------------------------------------------------------------------|--------|----------------|
| 1    | REPARO CARBURADOR\, APLICAÇÃO:MOTOR DE POPA YAMAHA 40 HP\, ANO 2007 2023, 2022 | 354302 | R\$ 224,97     |
| 2    | BOBINA DE INIÇÃO YAMAHA 40HP MODELO X                                          | 67555  | R\$ 520,55     |
|      |                                                                                |        |                |

|    |                                                                                        |        |            |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------|--------|------------|
| 3  | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA 40 HP                                         | 602500 | R\$ 167,77 |
| 4  | BOMBA DE COMBUSTÍVEL MOTOR DE POPA 40 HP YAMAHA                                        | 604611 | R\$ 171,99 |
| 5  | JOGO DE JUNTAS MOTOR DE POPA YAMAHA 40 HP MODELO X                                     | 604801 | R\$ 197,66 |
| 6  | ANODO DE SACRIFÍCIO LEME PARA MOTORES YAMAHA 40 HP                                     | 604467 | R\$ 142,82 |
| 7  | ÓLEO DOIS TEMPOS NÁUTICO SEMISSINTÉTICO 500ML                                          | 10198  | R\$5,65    |
| 8  | ÓLEO SAE-90 1L                                                                         | 10198  | R\$ 65,25  |
| 9  | VELA DE IGNIÇÃO B7HS PARA MOTORES DE POPA YAMAHA 40HP                                  | 15229  | R\$ 21,32  |
| 10 | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA EVINRUDE ETEC 50HP                            | 602434 | R\$ 104,99 |
| 11 | VELA IGNIÇÃO ORIGINAL CHAMPION EVINRUDE ETEC 50 HP QC10WEP                             | 602495 | R\$ 167,44 |
| 12 | KIT DE REPARO DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL (GRANDE) / EVINRUDE / 50 HP - PARA MOTOR DE POPA | 10568  | R\$ 159,33 |
| 13 | KIT REPARO BOMBA ÁGUA MOTOR EVINRUDE 40-50 HP 438592                                   | 605629 | R\$ 698,00 |
| 14 | ANODO DE SACRIFÍCIO PARA MOTORES EVINRUDE DE 50HP                                      | 604467 | R\$ 120,04 |
| 15 | ROTOR BOMBA D'ÁGUA YAMAHA 25 HP A 40 HP                                                | 17371  | R\$ 70,64  |
| 16 | ROTOR BOBA D'ÁGUA MOTOR POPA MERCURY 25HP                                              | 17371  | R\$ 79,34  |
| 17 | COLA PARA HYPALON 500ML COM CATALIZADOR PARA TECIDO HYPALON                            | 264596 | R\$ 387,26 |

|    |                                                                                                                                                                                               |        |            |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|------------|
| 18 | SOLVENTE AGUARRÁS 900 ml                                                                                                                                                                      | 483502 | R\$ 30,63  |
| 19 | INTERRUPTOR DE PARADA COPLETO/BOTÃO DE EMERGÊNCIA PARA MOTOR DE POPA/BOTÃO CORTA CIRCUÍTO/STOP MOTOR POPA YAMAHA TODOS                                                                        | 604806 | R\$ 271,73 |
| 20 | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA YAMAHA 6MM KIT COMPLETO/KIT MANGUEIRA MOTOR POPA YAMAHA E HIDEA 5 A 40 HP/KIT MANGUEIRA DE COMBUSTIVEL - YAMAHA - 15/20/25/30/40/60 HP (ORIGINAL) | 602433 | R\$ 554,85 |
| 21 | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL MOTOR POPA EVINRUDE/MANGUEIRA COMBUSTIVEL GASOLINA MOTOR DE POPA PESCA JOHNSON/EVINRUDE /MANGUEIRA COMPLETA MOTOR POPA EVINRUDE OMC SEASENSE                         | 602432 | R\$ 410,31 |

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 30.693,36

Com base na pesquisa realizada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, verificou-se que o valor estimado da referida contratação é de R\$ 30.693,36 (trinta mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos).

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

A licitação será realizada por item, pois, desta forma, não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Além disso, permite que as empresas que não possuam todos os requisitos de habilitação para determinado item, dispostos neste documento, possam concorrer no certame para os produtos que possuam total capacidade de atender as exigências.

Sendo assim, a contratação não será parcelada, uma vez que serão licitados todos os itens, podendo a aquisição, no momento do empenho, dar-se de forma parcelada, a critério de cada unidade participante.

Destacamos que o presente processo licitatório visa a aquisição de 21 itens, com valor médio pesquisado em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não verificam-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

1. ID PCA no PNCP: 20/05/2023;
2. Data de publicação no PNCP: 00394452000103-0-000250/2023;
3. Id do item no PCA: 48;
4. Classe/Grupo: 1940 - EMBARCAÇÕES PEQUENAS;
5. Identificador da Futura Contratação: 160343-16/2022.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Espera-se com a devida aquisição de materiais para manutenção, a frota de botes pneumáticos possa estar pronta para utilização nas diversas missões do 7º BECmb.

### 13. Providências a serem Adotadas

O 7º Batalhão de Engenharia de Combate com seu quadro de militares escalados, através do Calendário de Licitações, compõem a Equipe de Planejamento, onde cumprirão várias etapas processuais, como: Levantamento da especificação dos serviços, levantamento da quantidade de cada serviço, pesquisa de preço, elaboração do Termo de Referência. Após o atendimento do serviço solicitado, são escalados três militares, os quais possuem experiência em suas respectivas áreas de atribuição em relação ao objeto da licitação, os quais possuem curso de fiscalização de contrato, para que a execução da garantia seja cumprida fielmente.

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Documento de Oficialização da Demanda BI nº 74, de 19 de abril de 2023 do 7º BE Cmb.

Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade da área.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa Contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, mormente a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do MPOG, Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos sólidos e Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, Anexo I, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e segurança, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

A contratação também requer que a fornecedora exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

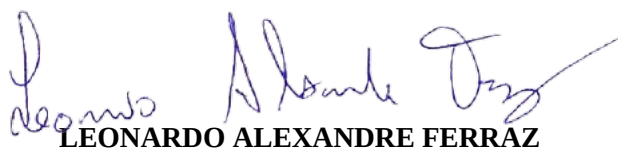
#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

s estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução se mostrou possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

### 16. Responsáveis

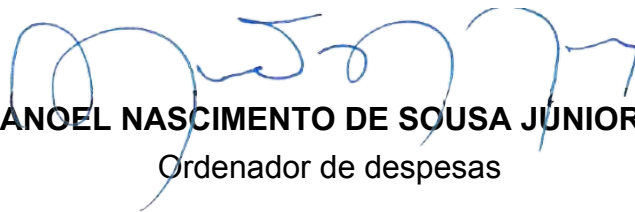
Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543](#).

de 13 de novembro de 2020.



**LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ**

Equipe de apoio



**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**

Ordenador de despesas

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - BI Nr 51 comissão ETP 22\_23.pdf (1.25 MB)
- Anexo II - MR37\_2023 (1).pdf (63.63 KB)
- Anexo III - DFD.pdf (628.4 KB)



**Anexo I - BI Nr 51 comissão ETP 22\_23.pdf**

|                               |                    |
|-------------------------------|--------------------|
| Padioleiro de Dia             | à cargo sec sau    |
| <b>SERVIÇO APROV</b>          |                    |
| Graduado                      | 3º Sgt VANILTON    |
| Cozinheiro                    | Sd EP LIMA NETO    |
| Aux Cozinheiro                | Sd EP SANTOS       |
| Aux Cozinheiro                | Sd EP PALÁCIO      |
| Cassineiro                    | Sd EP EMANOEL      |
| Padeiro                       | Cb EP LOPES        |
| <b>SERVIÇO HOTEL TRÂNSITO</b> |                    |
| Graduado                      | Cb BISNETO         |
| Recepcionista                 | Sd EP PRUNZEL      |
| Manutenção                    | Sd EP BONDADE      |
| Garçom                        | Sd EP FERNANDES    |
| Cozinheiro                    | Sd EP FELIPE SILVA |
| Piscineiro                    | Sd EP ALBUQUERQUE  |

(Nota nº 45078, de 17 de março de 2022, da(o) S1)

**2ª Parte**  
**INSTRUÇÃO**

Sem Alteração

**3ª Parte**  
**ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1. ASSUNTOS GERAIS**

**a. COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÃO - Designação**

Designo, para o biênio 2022/2023, os militares relacionados, para elaborar os Estudos Técnicos Preliminares e o Gerenciamento de Riscos, no âmbito de seus respectivos setores, de acordo com a alínea d), do art nº 21, da IN nº 5, de 26 de maio de 2017, do MPPDG, referente aos Processos Licitatórios de Aquisições de materiais ou Contratações de Serviços sob regime de execução indireta e outras contratações.

Maj DAVI LEMOS DE ANDRADE  
Maj ADRIANO LEONARDO ALVES DE SANTANA  
Maj MÁRCIO VINÍCIOS DA CONCEIÇÃO RIBEIRO  
Cap PTTC REINALDO DA SILVA  
Cap PTTC MARCOS VINÍCIUS SIMÕES COBRA  
Cap PTTC MIRACI DANTAS  
Cap MARCONE CHAVES DA SILVA JUNIOR  
Cap ANDRÉ VINICIUS FERRAZ DA SILVA  
Cap RAFAEL FERRAZ RIBEIRO  
1º Ten ROSEANE PEREIRA GOMES  
1º Ten DENNER ROSAS LIRA SALES  
1º Ten FELIPE JARDEL SANTANA LIMA  
1º Ten MAURÍCIO MOURA DE MORAIS  
1º Ten FELIPE MAGALHÃES DA SILVA



1º Ten FELIPE **JABALI** DO CARMO  
1º Ten **LADSON** AURELIANO DE ALMEIDA MAIA  
1º Ten VITOR DE SOUZA **CAETANO**  
1º Ten GUILHERME PEREZ **ARAGÃO** PEREIRA  
1º Ten **CAMILO** LEITE DE OLIVEIRA  
1º Ten CAIO **JULIANO** PORTELA LIMA SIMÕES  
2º Ten **RODRIGO** RODRIGUES MEDEIROS DA SILVA  
2º Ten CLÁUDIO SÉRGIO **THEODORO**  
2º Ten JOÃO **CAMILO** DE ALBUQUERQUE FILHO  
2º Ten **JULIANA** DIAS AGUIAR  
2º Ten **FABIANO** TOMAZ DO NASCIMENTO  
2º Ten **GABRIELA** THAISE DE MEDEIROS FRANÇA  
2º Ten ARISTÓBULO **GOUVEIA DE AMORIM** JÚNIOR  
2º Ten HEVERTON SOARES **SILVA**  
2º Ten FABIO **DAYAN** PEREIRA DE MELO  
2º Ten JOAQUIM DE **SOUZA NETO**  
Asp Of LEONARDO ALEXANDRE **FERRAZ**  
Asp Of **JIMMY** CARVALHO PIRES DE MEDEIROS  
S Ten **SANDRO** CATARINA DO NASCIMENTO  
S Ten CARLOS **VANDER** BRAGA PINHEIRO  
S Ten **GILMAR** LOPES DIAS  
S Ten FABIANO DE MELLO **GOMES**  
S Ten EDMAURO FERREIRA ZAGO **MEDINA**  
S Ten **GIONE** DA SILVA MEDEIROS  
S Ten ROBSON **MATEUS**  
S Ten MARCOS **SUELIO** DE MEDEIROS  
S Ten EDILSON RICARDO **TRAJANO**  
S Ten SANDRO DOS SANTOS **HENRIQUES**  
S Ten **REGES** JULIANO KURZ  
S Ten **JUSSIÊ** DE SOUZA DANTAS  
S Ten NELIR VENTURIN **JÚNIOR**  
S Ten FRANCISCO **JUBERLÂNDIO** DO NASCIMENTO BANDEIRA  
S Ten **LARYERFERSON** ANDRADE DE SOUSA FREITAS  
1º Sgt JONAS **MUNIZ** ALVES  
1º Sgt EMERSON **WEMBERG** DA SILVA  
1º Sgt GLAUBER WAGNER DE **OLIVEIRA SOUZA**  
1º Sgt **ADENILSON** DA SILVA PONTES  
1º Sgt **DANIEL** SANTOS ARAÚJO  
1º Sgt **GEORGE** SANTOS DUARTE  
1º Sgt **NONATO** BRANDÃO ALVES JÚNIOR  
2º Sgt RODRIGO **DURÃO** DE ALCANTARA SUETH  
2º Sgt **EDEMIR** ZUSE DO NASCIMENTO  
2º Sgt MARCEL SALDANHA **MALTA**  
2º Sgt **WESKLEY** DOMINGOS SOARES CAMARGO  
2º Sgt **JÔNATAS** VIEIRA NUNES  
2º Sgt **MAIKE** SAMIR DE FARIAS ÉTER  
2º Sgt **JOÃO LUIZ** DA SILVA  
2º Sgt LEANDRO SÁ **MACHADO**  
2º Sgt **FLÁVIO** DOS SANTOS MARTINS  
2º Sgt **UBIRAJARA** COELHO CLAUDINO JÚNIOR  
2º Sgt MAICON MENDES **DAMIANO**  
2º Sgt **BERNARDO** MORENO DA SILVA JÚNIOR



2º Sgt **PEDRO FERNANDES LEITE GUIMARÃES**  
2º Sgt **CLEBER RAMOS RODRIGUES**  
2º Sgt **JEFFERSON PAULO OLIVEIRA DA SILVA**  
2º Sgt **ISAAC SOARES COSTA**  
2º Sgt **FABIANO SIMPLICIO DE SOUZA**  
2º Sgt **CARLOS EUZÉBIO CAVALCANTE**  
2º Sgt **ROMÁRIO CARLOS RIBEIRO VIEIRA**  
2º Sgt **THALES ANTÔNIO XAVIER VIEIRA**  
2º Sgt **RODRIGO DURÃO DE ALCANTARA SUETH**  
3º Sgt **FÁBIO MARTINS DE SOUSA**  
3º Sgt **RAFAEL DA COSTA PEREIRA**  
3º Sgt **MARCELO CAVALCANTE DE SOUZA**  
3º Sgt **FELIPE AGUIAR MONTALVÃO**  
3º Sgt **DAVID MACEL DA SILVA PEREIRA**  
3º Sgt **JESUS PEDRO GARCIA DE PONTES**  
3º Sgt **LYBNI MAYCHELL SOUZA SILVA**  
3º Sgt **SERGIO BATISTA CAMPELO JUNIOR**  
3º Sgt **LEONARDO FORASTIERI PEREIRA DA SILVA**  
3º Sgt **RONALDO BRITO BONFIM**  
3º Sgt **PRISCILLA PRATES PEREIRA**  
3º Sgt **NATALIA CRISTINA CABRAL**  
3º Sgt **ARTHUR PABLO ALENCAR MEDEIROS**  
3º Sgt **JOSÉ RAFAEL FELIX DA SILVA**  
3º Sgt **LUCAS WILLIAM ANDRADE COSTA**  
3º Sgt **WALTER BRUNO DAMASCENO NETO**  
3º Sgt **THALES RANIER CHAVES ELCIAS**  
3º Sgt **MARCELO OTAVIANO DA CRUZ**  
3º Sgt **ANDRESSA ADRÔMENA VARELLA SOUTO SILVA**  
3º Sgt **KLEYSON DE SOUZA SILVA**  
3º Sgt **HERLON ALVES DE OLIVEIRA**  
3º Sgt **ALEFH ÂNGELO BARRETO DA SILVA**  
3º Sgt **WENDELL CLEBER PINHEIRO DA SILVA**  
3º Sgt **PABLO NOGUEIRA DOS SANTOS**  
3º Sgt **DANIEL VICTOR SILVA DANTAS**  
3º Sgt **ELIEL VICTOR DE BRITO COSTA**  
3º Sgt **MARCIO JOSE DE JESUS DO CARMO PEREIRA**  
3º Sgt **GILDECIO FERNANDES ARAUJO**  
3º Sgt **LUAN VALENÇA DA SILVA**  
3º Sgt **MARCOS DANILO DOS SANTOS GAMA**  
3º Sgt **ALLISON FERREIRA OLIVEIRA**  
3º Sgt **GUILHERME COSTA DE MEDEIROS NUNES**  
3º Sgt **MICAEL ALVES PAIVA**

Em consequência: - a comissão supracitada deverá realizar os Estudos Técnicos Preliminares e o Gerenciamento de Riscos, no âmbito de seus respectivos setores e acostar aos autos do processo licitatório referente ao seu setor; e  
- demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

(Nota nº 45019, de 16 de março de 2022, da(o) SALC)

b. ADITAMENTO AO BOLETIM REGIONAL

**Anexo II - MR37\_2023 (1).pdf**

# Matriz de Gerenciamento de Riscos

## 1. Informações Básicas

|                                                                             |                           |                  |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------------|------------------|
| Número da Matriz de Alocação de Riscos                                      | Responsável pela Edição   | Data de Criação  |
| 37/2023                                                                     | FELIPE ROGERIO DOS SANTOS | 17/10/2023 10:43 |
| Objeto da Matriz de Riscos                                                  |                           |                  |
| Aquisição de Insumos para Manutenção de Botes Pneumáticos e Motores de Popa |                           |                  |

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

| Número                | Risco                                                                                               | Causa do Risco                                                       | Fase         | Alocado para                 | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------|------------------------------|------------------------|---------|
| R-01                  | Quantitativo e/ou capacitação insuficiente.                                                         | Planejamento sem verificação de dados pertinentes para a contratação | Planejamento | Administração                | Baixo                  |         |
| Impactos              |                                                                                                     |                                                                      |              |                              |                        |         |
| 1                     | Baixo                                                                                               |                                                                      |              |                              |                        |         |
| Ações Preventivas     |                                                                                                     |                                                                      |              |                              |                        |         |
| P-01                  | Designar pessoal capacitado e em quantidade suficiente para a composição da equipe de planejamento. |                                                                      |              | Responsável: LEONARDO FERRAZ | ALEXANDRE              |         |
| Ações de Contingência |                                                                                                     |                                                                      |              |                              |                        |         |
| C-01                  | Designar pessoal adicional para a composição da equipe de planejamento da contratação               |                                                                      |              | Responsável: LEONARDO FERRAZ | ALEXANDRE              |         |

| Número                | Risco                                                                                                | Causa do Risco                                                         | Fase         | Alocado para                 | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------|------------------------------|------------------------|---------|
| R-02                  | Definição imprecisa de quantitativos, especificação e preços                                         | Planejamento mal elaborado, não verificado as condições da contratação | Planejamento | Administração                | Médio                  |         |
| Impactos              |                                                                                                      |                                                                        |              |                              |                        |         |
| 1                     | Contratação em desacordo com a necessidade da Administração; Prejuízo ao erário                      |                                                                        |              |                              |                        |         |
| Ações Preventivas     |                                                                                                      |                                                                        |              |                              |                        |         |
| P-01                  | Participação ativa do Setor requisitante no planejamento da contratação, de modo a mitigar os riscos |                                                                        |              | Responsável: LEONARDO FERRAZ | ALEXANDRE              |         |
| Ações de Contingência |                                                                                                      |                                                                        |              |                              |                        |         |
| C-01                  | Refazer procedimento de planejamento                                                                 |                                                                        |              | Responsável: LEONARDO FERRAZ | ALEXANDRE              |         |

| Número                | Risco                                                                                         | Causa do Risco                                                      | Fase         | Alocado para                           | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------|----------------------------------------|------------------------|---------|
| R-03                  | Edital e Termo de Referência incompletos                                                      | Mal elaboração do Edital e seus anexos e pesquisa de preço defasada | Planejamento | Administração                          | Alto                   |         |
| Impactos              |                                                                                               |                                                                     |              |                                        |                        |         |
| 1                     | Licitação fracassada ou deserta; Contratação em desacordo com a necessidade da Administração; |                                                                     |              |                                        |                        |         |
| Ações Preventivas     |                                                                                               |                                                                     |              |                                        |                        |         |
| P-01                  | Revisar cuidadosamente o Edital e o Termo de Referência, de modo a verificar suas adequações  |                                                                     |              | Responsável: LEONARDO FERRAZ           | ALEXANDRE              |         |
| Ações de Contingência |                                                                                               |                                                                     |              |                                        |                        |         |
| C-01                  | Revogar ou anular o processo de licitação.                                                    |                                                                     |              | Responsável: FELIPE ROGERIO DOS SANTOS |                        |         |

| Número            | Risco                                                                    | Causa do Risco                                                                               | Fase                  | Alocado para                 | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-------------------|--------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------------------------|------------------------|---------|
| R-04              | Aceitação de proposta em desacordo com o Edital                          | Pregoeiro e equipe de apoio falhou na verificação correta da proposta enviado pelo licitante | Seleção do Fornecedor | Administração                | Alto                   |         |
| Impactos          |                                                                          |                                                                                              |                       |                              |                        |         |
| 1                 | Contratação em desacordo com a necessidade da Administração              |                                                                                              |                       |                              |                        |         |
| Ações Preventivas |                                                                          |                                                                                              |                       |                              |                        |         |
| P-01              | Verificar a proposta com os instrumentos de planejamento da contratação. |                                                                                              |                       | Responsável: LEONARDO FERRAZ | ALEXANDRE              |         |

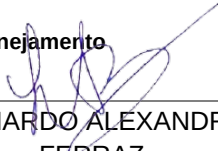
| Ações de Contingência |                                                                                                        |                                                              |                       |                                        |                        |           |
|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------------------------|------------------------|-----------|
| C-01                  | Revogar aceitação de proposta em desacordo com o Edital                                                |                                                              |                       | Responsável: LEONARDO FERRAZ           |                        | ALEXANDRE |
| Número                | Risco                                                                                                  | Causa do Risco                                               | Fase                  | Alocado para                           | Nível do Risco (I x P) | Nº Item   |
| R-05                  | Demora na conclusão da sessão do pregão, ocasionando atrasos na homologação e consequente contratação. | Recursos e falta de capacidade técnica dos agentes públicos. | Seleção do Fornecedor | Administração                          | Médio                  |           |
| Impactos              |                                                                                                        |                                                              |                       |                                        |                        |           |
| 1                     | Atraso na contratação                                                                                  |                                                              |                       |                                        |                        |           |
| Ações Preventivas     |                                                                                                        |                                                              |                       |                                        |                        |           |
| P-01                  | Designar pessoal capacitado e em quantidade suficiente para a condução do processo licitatório         |                                                              |                       | Responsável: FELIPE ROGERIO DOS SANTOS |                        |           |
| Ações de Contingência |                                                                                                        |                                                              |                       |                                        |                        |           |
| C-01                  | Designar pessoal adicional para a condução do processo licitatório.                                    |                                                              |                       | Responsável: FELIPE ROGERIO DOS SANTOS |                        |           |

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

  
\_\_\_\_\_  
LEONARDO ALEXANDRE  
FERRAZ  
Equipe de apoio

## **Anexo III - DFD.pdf**





MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(Batalhão de engenheiros / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA  
64036.005289/2023-23

INTRODUÇÃO

Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e Motores de Popa.  
As informações constantes nesse documento estão conforme as diretrizes do Art. 2 e Art. 8, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

|                                                    |                                 |
|----------------------------------------------------|---------------------------------|
| <b>Área Requisitante:</b> Seção de Equipagem Leve; |                                 |
| <b>Responsável pela demanda:</b>                   | <b>Identidade:</b> 020680147-4  |
| <b>E-mail:</b> eqpleve7becmb@gmail.com             | <b>Telefone:</b> (84) 3344-1035 |

2 – IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE REQUISITANTE

|                                                       |                                 |
|-------------------------------------------------------|---------------------------------|
| <b>Nome:</b> LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ                | <b>Identidade:</b> 020680147-4  |
| <b>Cargo:</b> Comandante do Pelotão de Equipagem Leve | <b>OM:</b> 7º BE CMB            |
| <b>E-mail:</b> eqpleve7becmb@gmail.com                | <b>Telefone:</b> (84) 3344-1035 |

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE REQUISITANTE, conforme Art. 2º, Inc. II, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, bem como da minha indicação para exercer esse papel na área técnica de conforme Art. 2º, § 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022

Natal-RN, 15 de setembro de 2023

  
LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ – 2º Ten  
Requisitante

3 – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

**Necessidade de Contratação:**

Aquisição de material de consumo para manutenção de botes pneumáticos e motores de popa.

#### 4 – MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

Trata-se de aquisições de material de consumo para garantir a vida vegetativa do 7º Batalhão de Engenharia de Combate, tendo como escopo o bom funcionamento das embarcações pneumáticas e motores de popa desta OM, viabilizando o desempenho da operacionalidade do 7º Batalhão de Engenharia de Combate, pronto para atender a qualquer missão que a ele seja destinada, de acordo com o Art. 8, Inc. I, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022

#### 2. Quantidade de a ser contratada:

A estimativa das quantidades a serem adquiridas baseia-se nas demandas e necessidades de manutenção dos botes pneumáticos e dos motores de popa desta OM. Conforme tabela abaixo, de acordo com o Art. 8, Inc. I, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                       | CAT MAT | UND   | QTDE   |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|
| 1    | REPARO CARBURADOR\, APLICAÇÃO:MOTOR DE POPA YAMAHA 40 HP\, ANO 2007 2023, 2022      | 354302  | UND   | 20     |
| 2    | BOBINA DE INIÇÃO YAMAHA 40HP MODELO X                                               | 67555   | UND   | 6      |
| 3    | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA 40 HP                                      | 602500  | UND   | 6      |
| 4    | BOMBA DE COMBUSTÍVEL MOTOR DE POPA 40 HP YAMAHA                                     | 604611  | UND   | 4      |
| 5    | JOGO DE JUNTAS MOTOR DE POPA YAMAHA 40 HP MODELO X                                  | 604801  | UND   | 6      |
| 6    | ANODO DE SACRIFÍCIO LEME PARA MOTORES YAMAHA 40 HP                                  | 604467  | UND   | 10     |
| 7    | ÓLEO DOIS TEMPOS NÁUTICO SEMISSINTÉTICO 500ML                                       | 10198   | LITRO | 40     |
| 8    | ÓLEO SAE-90                                                                         | 10198   | LITRO | 15     |
| 9    | VELA DE IGNIÇÃO B7HS PARA MOTORES DE POPA YAMAHA 40HP                               | 15229   | UND   | 30     |
| 10   | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR DE POPA EVINRUDE ETEC 50HP                         | 602434  | UND   | 20     |
| 11   | VELA IGNIÇÃO ORIGINAL CHAMPION EVINRUDE ETEC 50 HP QC10WEP                          | 602495  | UND   | 20     |
| 12   | KIT DE REPARO DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL (GRANDE) / EVINRUDE 50HP - PARA MOTOR DE POPA | 10568   | UND   | 15     |
| 13   | KIT REPARO BOMBA ÁGUA MOTOR EVINRUDE 40-50 HP 438592                                | 605629  | UND   | 5      |
| 14   | ANODO DE SACRIFÍCIO PARA MOTORES EVINRUDE DE 50HP                                   | 604467  | UND   | 9      |
| 15   | ROTOR BOMBA D'ÁGUA YAMAHA 25 HP A 40 HP                                             | 17371   | UND   | 15     |
| 16   | ROTOR BOBA D'ÁGUA MOTOR POPA MERCURY 25HP                                           | 17371   | UND   | 4      |
| 17   | COLA PARA HYPALON 500ML COM                                                         | 264596  | 500ML | 2000ML |

|    |                                                                                                                                                                                                                 |        |       |    |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|----|
|    | CATALIZADOR PARA TECIDO HYPALON                                                                                                                                                                                 |        |       |    |
| 18 | SOLVENTE AGUARRÁS                                                                                                                                                                                               | 483502 | LITRO | 18 |
| 19 | INTERRUPTOR DE PARADA<br>COPLETO/BOTÃO DE EMERGÊNCIA PARA<br>MOTOR DE POPA/BOTÃO CORTA<br>CIRCUÍTO/STOP MOTOR POPA YAMAHA<br>TODOS                                                                              | 604806 | UND   | 20 |
| 20 | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL PARA<br>MOTOR DE POPA YAMAHA 6MM KIT<br>COMPLETO/KIT MANGUEIRA MOTOR<br>POPA YAMAHA E HIDEA 5 A 40 HP/KIT<br>MANGUEIRA DE COMBUSTIVEL -<br>YAMAHA - 15/20/25/30/40/60 HP<br>(ORIGINAL) | 602433 | UND   | 20 |
| 21 | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL MOTOR<br>POPA EVINRUDE/MANGUEIRA<br>COMBUSTIVEL GASOLINA MOTOR DE<br>POPA PESCA /EVINRUDE/MANGUEIRA<br>COMPLETA MOTOR POPA EVINRUDE<br>OMC SEASENSE                                    | 602432 | UND   | 10 |

### 3 – PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A aquisição dos materiais está prevista para o ano de 2023, com prazo de 12 meses para conclusão, de acordo com o Art 8º, Inc. V, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

### 4- COMISSÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES E GERENCIAMENTO DE RISCO

Os Estudos Técnicos Preliminares e o Gerenciamento de Risco para este termo de referência estão sobre responsabilidade dos militares designados abaixo, de acordo com o Art. 8, Inc. VIII, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022:

**LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ - 2º Ten**

**JOSÉ RAFAEL FÉLIX DA SILVA - 3º Sgt**

**ELIEL VICTOR DE BRITO COSTA – 3º Sgt**

Esta comissão foi nomeada para compor os processos licitatórios demandados para Seção de equipagem leve, para o biênio 2023/2024, conforme Boletim Interno nº 74 de 19 de abril de 2023, do 7º Batalhão de Engenharia de Combate.

### 5 – RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Manutenção dos botes e motores de popa do 7º Batalhão de Engenharia de Combate, com a substituição e reparos das mesmas, sendo classificada no grau de prioridade médio

### 6 – FONTE DE RECURSOS

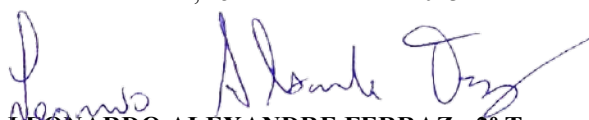
Em conformidade com os Artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa prevista neste processo Administrativo, que visa a esta contratação, programadas em dotação orçamentária própria, e recursos do Tesouro Nacional.

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhe-se à autoridade competente da Área Administrativa, que deverá:

- I- Decidir motivadamente sobre o prosseguimento da contratação;
- II- Indicar o para composição da Equipe de Planejamento da Contratação, quando da continuidade da contratação; e
- III- Encaminhar para a Área Técnica para fins de análise, de acordo com o Art. 9, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022

Natal-RN, 15 de setembro de 2023.

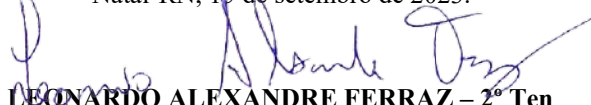
  
**LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ - 2º Ten**  
Integrante Requisitante

#### 9 – IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE TÉCNICO

|                                                       |                                 |
|-------------------------------------------------------|---------------------------------|
| <b>Nome:</b> LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ 2º Ten         | <b>Identidade:</b> 020680147-4  |
| <b>Cargo:</b> Comandante do pelotão de equipagem leve | <b>Om:</b> 7º BE CMB            |
| <b>E-mail:</b> almoxarifado.7becmb2021@gmail.com      | <b>Telefone:</b> (84) 3344-1035 |
| <b>Nome:</b> JOSÉ RAFAEL FÉLIX DA SILVA– 3º Sgt       | <b>Identidade:</b> 0705774677   |
| <b>Cargo:</b> Auxiliar seção de equipagem leve        | <b>Om:</b> 7º BE CMB            |
| <b>E-mail:</b> eqpleve7becmb@gmail.com                | <b>Telefone:</b> (84) 3344-1035 |
| <b>Nome:</b> ELIEL VICTOR DE BRITO COSTA – 3º Sgt     | <b>Identidade:</b> 070911587-7  |
| <b>Cargo:</b> Auxiliar seção de equipagem leve        | <b>Om:</b> 7º BE CMB            |
| <b>E-mail:</b> eqpleve7becmb@gmail.com                | <b>Telefone:</b> (84) 3344-1035 |

Por este instrumento declaro ter ciência das competências dos INTEGRANTES Técnico, conforme Art. 2, Inc. III, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, bem como da minha indicação para elaborar os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco e, se necessário, daquele a quem será confiada a fiscalização dos serviços.

Natal-RN, 15 de setembro de 2023.

  
**LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ – 2º Ten**  
Integrante

#### 8 – DECISÃO DO FISCAL ADMINISTRATIVO

Aprovo o prosseguimento da contratação, considerando sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos estratégicos e as necessidades da Área Requisitante, de acordo com o art. 2, Inc VI, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

#### 9 – IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

|                                                                           |                                 |
|---------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| <b>Nome:</b> ADRIANO LEONARDO ALVES DE SANTANA                            | <b>Identidade:</b> *****        |
| <b>Cargo:</b> Fiscal Administrativo                                       | <b>OM:</b> 7º BE CMB            |
| <b>E-mail:</b> <a href="mailto:fiscadm7@gmail.com">fiscadm7@gmail.com</a> | <b>Telefone:</b> (84) 3344-1010 |

Por este instrumento declaro ter ciência das competências da Equipe, conforme dispõe Art. 2, Inc. II e III e § 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

Seja encaminhado ao Ordenador de Despesas do 7º Batalhão de Engenharia de Combate.

Natal-RN, 15 de setembro de 2023.

  
ADRIANO LEONARDO ALVES DE SANTANA – Maj

Fiscal Administrativo do 7º BE CMB

Fica instituída a Equipe de Planejamento da Contratação e será automaticamente destituída quando da assinatura do contrato.

**Equipe de Planejamento da Contratação:**

Integrante Requisitante: **LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ – 1º Ten**

Integrante Técnico: **JOSÉ RAFAEL FÉLIX DA SILVA – 3º Sgt**

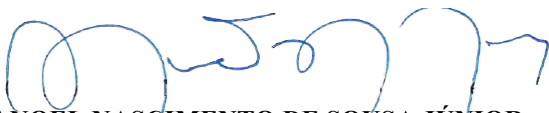
Integrante Técnico: **ELIEL VICTOR DE BRITO COSTA – 3º Sgt**

Integrante Administrativo: **ADRIANO LEONARDO ALVES DE SANTANA – Maj**

**DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

Conforme previsão no art. 2º, Inc I, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, autorizo o **prosseguimento da Licitação para aquisição de insumos para mnt de botes e motor de popa** pelo 7º Batalhão de Engenharia de Combate.

Quartel em Natal-RN, 15 de setembro de 2023.

  
MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JÚNIOR – Cel

Ordenador de despesas

## **Anexo IV - Diex Requisitório.pdf**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE**  
**(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)**  
**BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**DIEx 1-CEP/7º BECmb**  
**EB: 64036.005289/2023-23**

**Natal-RN, 15 de setembro de 2023.**

**Do** Comandante da companhia de engenharia de pontes

**Ao** Sr. Fiscal Administrativo

**Assunto:** Aquisição de insumos para manutenção de botes pneumáticos e Motores de Popa.

**Atos normativos de regulamentação da Lei 14.133, de 1º de abril de 2023**

| <b>Ato</b>                                          | <b>Observação</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|-----------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Decreto de bens de consumo comum e de luxo          | <b>DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021</b> - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.                         |
| Portaria sobre Governança das contratações públicas | <b>PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021</b> - Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.                                                                                                                                                   |
| Instrução Normativa de Pesquisa de Preços           | <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021</b> - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional.                                                  |
| Decreto do plano de contratações anual e PGC        | <b>DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022</b> - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. |

|                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Portaria que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras                    | <b>PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022</b> - Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.<br>  |
| Instrução Normativa sobre os Estudos Técnicos Preliminares                                                  | <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022</b> - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.                                                                                               |
| Instrução Normativa sobre critério de julgamento por menor preço ou maior desconto                          | <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022</b> - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.                                                                                                 |
| Decreto de agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais de contratos | <b>DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022</b> - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. |
| Instrução Normativa do Termo de Referência (TR) Digital                                                     | <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022</b> - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.                                                                                                              |
| Decreto SRP                                                                                                 | <b>DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023</b> - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.                                                               |

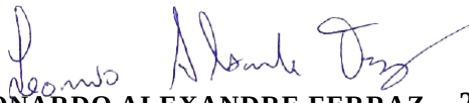
#### Anexos:

1. Documento de Formalização da demanda
2. Estudo Técnico Preliminar.



3. Termo de Referência;
4. Justificativas da contratação;
5. Mapa de Risco
6. Memória de Cálculo;
7. Pesquisas de preço;
8. Mapa comparativo de pesquisa de preço
9. Relatório de pesquisa de preço

Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, solicito-vos providências junto ao Ordenador de Despesas no sentido de aprovar a aquisição de Insumos para oficina utilizados pelo 7º Batalhão de Engenharia de Combate, conforme as especificações no Termo de Referência em anexo.

  
**LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ – 2º Ten**  
Requisitante

Aprovo, em 15 de setembro de 2023.

  
**ADRIANO LEONARDO ALVES DE SANTANA – Maj**  
Fiscal Administrativo do 7º BE CMB

**Despacho do OD:**

**1. Autorizo o início dos procedimentos licitatórios e determino a abertura do processo correspondente, com a aplicação das seguintes Legislações:**

**2. Lei de Licitações e Contratos Administrativos:**

(X) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**3. Os bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal será na categorias de qualidade:**

(X) Comum ( ) Luxo

**3.1. Adotar o seguinte Decreto para os bens:**

(X) DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021.

**4. Sobre a governança das contratações públicas:**

(X) PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021.

**5. Para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens:**

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

**5.1. SIGILOSO:**

( ) Sim

(X) Não

**6. Definido o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações:**

(X) DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022.

**7. A padronização dos itens será pelo Catálogo Eletrônico:**

(X) Catálogo de Compras

( ) Catálogo de Serviço

( ) Catálogo de Obras e Serviços de Engenharia

**7.1. Adotar:**

(X) PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022.

**8. A elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, de acordo com o Sistema ETP Digital:**

(X) Obrigatória ( ) Facultada

**8.1. Adotar:**

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.

**9. O critério de julgamento será por:**

(X) Menor Preço ( ) Maior Desconto ( ) Técnica e Preço

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

**10. Para as regras de atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos:**

(X) DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022;

**10.1. Designação será:**

(X) Agente de Contratação ( ) Comissão de Contratação

**10.2. Equipe de Apoio:**

(X) Sim      ( ) Não

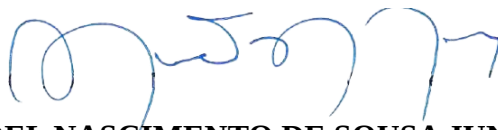
**11. Sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, será:**

(X) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022;

**12. Para fins do art. 82 ao art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, adotar o Sistema:**

(X) SRP    ( ) Tradicional

(X) DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.



**MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR – Cel**  
Ordenador de Despesas do 7º BE Cmb

## **Anexo V - memoria de calculo.pdf**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(Batalhão de Engenheiros/1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY

**MEMORIA DE CÁLCULO**

**PREGÃO Nº 19 /2023**

**Anexo ao DIEx nº 45-CEP/7º BECmb**

**NUP: 64036.005289/2023-23**

1. Em relação aos quantitativos constantes do Demonstrativo de Necessidades, informo que os mesmos foram baseados na necessidade anual de manutenção preventiva e corretiva das embarcações pneumáticas e dos motores de popa do 7º Batalhão de Engenharia de Combate, ainda, com base nas novas necessidades do ano corrente.

2. O material requisitado é destinado a atender as necessidades do 7º BECMB, que desenvolve as seguintes atividades: manter o plano de manutenção dos botes pneumáticos e dos motores de popa do corrente ano em dias, realizar a manutenção corretiva dos nossos meios de navegação e manter a operacionalidade da OM no que se diz respeito, aos meios de navegação no amplo campo de atuação da arma de engenharia, visando o pronto emprego da seção de equipagem leve em caso de operações de apoio a defesa civil e as diversas operações que possam ocorrer.

3. As especificações técnicas e os quantitativos dos materiais a serem adquiridos, estão de acordo com o previsto no artigo 40, § 1º, e inciso XXIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/21, demonstrados explicitamente no Anexo A do Termo de Referência.

**1. Quantitativos da Aquisição:**

| Item | Descrição                                                                            | CAT<br>MAT | Und | Qtd<br>Min | Qtd<br>total | Valor<br>Unit | Valor<br>Total |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|------------|--------------|---------------|----------------|
| 1    | REPARO CARBURADOR\,<br>APLICAÇÃO:MOTOR DE POPA YAMAHA<br>40 HP\, ANO 2007 2023, 2022 | 354302     | UND | 1          | 20           | R\$ 224,97    | R\$ 224,97     |
| 2    | BOBINA DE INIÇÃO YAMAHA 40HP<br>MODELO X                                             | 67555      | UND | 1          | 6            | R\$ 520,55    | R\$ 520,55     |
| 3    | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR<br>DE POPA 40 HP                                    | 602500     | UND | 1          | 6            | R\$ 167,77    | R\$ 167,77     |
| 4    | BOMBA DE COMBUSTÍVEL MOTOR DE<br>POPA 40 HP YAMAHA                                   | 604611     | UND | 1          | 4            | R\$ 171,99    | R\$ 171,99     |

|              |                                                                                                                                                                                                                 |        |       |   |    |            |                          |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|---|----|------------|--------------------------|
| 5            | JOGO DE JUNTAS MOTOR DE POPA<br>YAMAHA 40 HP MODELO X                                                                                                                                                           | 604801 | UND   | 1 | 6  | R\$ 197,66 | R\$ 197,66               |
| 6            | ANODO DE SACRIFÍCIO LEME PARA<br>MOTORES YAMAHA 40 HP                                                                                                                                                           | 604467 | UND   | 1 | 10 | R\$ 142,82 | R\$ 142,82               |
| 7            | ÓLEO DOIS TEMPOS NÁUTICO<br>SEMISSINTÉTICO 500ML                                                                                                                                                                | 10198  | LITRO | 1 | 40 | R\$5,65    | R\$5,65                  |
| 8            | ÓLEO SAE-90                                                                                                                                                                                                     | 10198  | LITRO | 1 | 15 | R\$ 65,25  | R\$ 65,25                |
| 9            | VELA DE IGNIÇÃO B7HS PARA<br>MOTORES DE POPA YAMAHA 40HP                                                                                                                                                        | 15229  | UND   | 1 | 30 | R\$ 21,32  | R\$ 21,32                |
| 10           | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR<br>DE POPA EVINRUDE ETEC 50HP                                                                                                                                                  | 602434 | UND   | 1 | 20 | R\$ 104,99 | R\$ 104,99               |
| 11           | VELA IGNIÇÃO ORIGINAL CHAMPION<br>EVINRUDE ETEC 50 HP QC10WEP                                                                                                                                                   | 602495 | UND   | 1 | 20 | R\$ 167,44 | R\$ 167,44               |
| 12           | KIT DE REPARO DA BOMBA DE<br>COMBUSTÍVEL (GRANDE) // 50 HP -<br>PARA MOTOR DE POPA                                                                                                                              | 10568  | UND   | 1 | 15 | R\$ 159,33 | R\$ 159,33               |
| 13           | KIT REPARO BOMBA ÁGUA MOTOR<br>EVINRUDE 40-50 HP 438592                                                                                                                                                         | 605629 | UND   | 1 | 5  | R\$ 698,00 | R\$ 3.490,02             |
| 14           | ANODO DE SACRIFÍCIO PARA MOTORES<br>EVINRUDE DE 50HP                                                                                                                                                            | 604467 | UND   | 1 | 9  | R\$ 120,04 | R\$ 1.080,39             |
| 15           | ROTOR BOMBA D'ÁGUA YAMAHA 25 HP<br>A 40 HP                                                                                                                                                                      | 17371  | UND   | 1 | 15 | R\$ 70,64  | R\$ 1.059,60             |
| 16           | ROTOR BOBA D'ÁGUA MOTOR POPA<br>MERCURY 25HP                                                                                                                                                                    | 17371  | UND   | 1 | 4  | R\$ 74,34  | R\$ 317,36               |
| 17           | COLA PARA HYPALON 500ML COM<br>CATALIZADOR PARA TECIDO HYPALON                                                                                                                                                  | 264596 | 500ML | 1 | 4  | R\$ 387,26 | R\$ 1549,06              |
| 18           | SOLVENTE AGUARRÁS                                                                                                                                                                                               | 483502 | LITRO | 1 | 18 | R\$ 30,63  | R\$ 612,53               |
| 19           | INTERRUPTOR DE PARADA<br>COPLETO/BOTÃO DE EMERGÊNCIA<br>PARA MOTOR DE POPA/BOTÃO CORTA<br>CIRCUÍTO/STOP MOTOR POPA YAMAHA<br>TODOS                                                                              | 604806 | UND   | 1 | 20 | R\$ 271,73 | R\$ 5.434,60             |
| 20           | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL PARA<br>MOTOR DE POPA YAMAHA 6MM KIT<br>COMPLETO/KIT MANGUEIRA MOTOR<br>POPA YAMAHA E HIDEA 5 A 40 HP/KIT<br>MANGUEIRA DE COMBUSTIVEL -<br>YAMAHA - 15/20/25/30/40/60 HP<br>(ORIGINAL) | 602433 | UND   | 1 | 20 | R\$ 554,85 | R\$ 11.096,93            |
| 21           | MANGUEIRA DE COMBUSTÍVEL MOTOR<br>POPA EVINRUDE/MANGUEIRA<br>COMBUSTIVEL GASOLINA MOTOR DE<br>POPA PESCA<br>JOHNSON/EVINRUDE/MANGUEIRA<br>COMPLETA MOTOR POPA EVINRUDE<br>OMC SEASENSE                          | 602432 | UND   | 1 | 10 | R\$ 410,31 | R\$ 4.103,13             |
| <b>TOTAL</b> |                                                                                                                                                                                                                 |        |       |   |    |            | <b>R\$<br/>30.693,36</b> |

Quartel em Natal, RN, 15 de setembro de 2023

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Leonardo Alexandre Ferraz', with a stylized flourish at the end.

**LEONARDO ALEXANDRE FERRAZ - 2º Ten**  
**Chefe da Seção de Equipagem Leve**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(Batalhão de Engenheiros / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY

**PREGÃO SRP Nº 19/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_\_\_**

**Processo Administrativo Nº. 64036.005289/2023-23**

A União, por intermédio do 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, com sede na Av. Djalma Maranhão, 641, Nova Descoberta, Natal/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.590.085/000180, neste ato representado Sr. Coronel MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JÚNIOR, nomeado pela Portaria nº 485, de 12 de Maio de 2022, do Comandante do Exército, publicada nº DOU na Seção 2, página 08, inscrito CPF nº 731.805.803-72, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 19/2023, publicada nº \_\_\_\_\_, processo administrativo nº 64036.005289/2023-23, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para Aquisição de Insumos para Manutenção de Botes Pneumáticos e Motores de Popa. especificados nos itens do 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 19/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

| Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> ) |           |                         |               |                       |                |              |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------------|---------------|-----------------------|----------------|--------------|
| Item                                                                           | Descrição | Unidade de Fornecimento | Quantidade de | Critério de Valor (*) | Valor Unitário | Valor Global |
| x                                                                              | x         | x                       | x             | x                     | x              | x            |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:                                        |           |                         |               |                       |                |              |
| x                                                                              | x         | x                       | x             | x                     | x              | x            |
| Total do Fornecedor:                                                           |           |                         |               |                       |                |              |



**2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**3.1.** O órgão gerenciador será o 7º Batalhão de Engenharia de Combate

**3.2.** São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

| <i>Item nº</i> | <i>Órgãos<br/>Participantes</i> | <i>Unidade</i> | <i>Quantidade</i> |
|----------------|---------------------------------|----------------|-------------------|
|                |                                 |                |                   |
|                |                                 |                |                   |
|                |                                 |                |                   |

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

*4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

*4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

*4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

*4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **1. 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item .
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item , observando o item e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2.

### **3. 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADO**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1.No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.1 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **4. 7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item , sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item , e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item e no item , o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5. 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item , a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento

## **6. 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:**

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **8. DAS PENALIDADES**

9.5. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.5.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.6. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.7. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **9. CONDIÇÕES GERAIS**

9.8. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais

condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

9.9. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JÚNIOR - Cel  
Ordenador de Despesas – 7º BE cmb

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

---

Representante Legal

CPF Nº \_\_\_\_\_



**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS – LICITAÇÃO**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE**  
**(Batalhão de Engenheiros / 1855)**  
**BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**PREGÃO SRP Nº 19/2023**

**Processo Administrativo Nº. 64036.005289/2023-23**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A União por intermédio do 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, com sede na Av. Djalma Maranhão, 641, Nova Descoberta, na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.590.085/0001-80, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. MANOEL NASCIMENTO DE SOUSA JUNIOR, Coronel do Exército, nomeado(a) pela Portaria – C EX nº 485, de 12 de maio de 2023, publicada no *DOU* de 16 de maio de 2022, portador da Matrícula Funcional nº....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº .....*, *sediado(a) na .....*, *em .....* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por .....* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº 19/2023*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
|      |               |        |                   |            |                |             |

|     |  |  |  |  |  |  |
|-----|--|--|--|--|--|--|
| 1   |  |  |  |  |  |  |
| 2   |  |  |  |  |  |  |
| 3   |  |  |  |  |  |  |
| ... |  |  |  |  |  |  |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (*Trinta*) Dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (*Trinta*) Dias.
- 8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**
  - (1) Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (Trinta) dias;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*



13.3. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

13.4. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-





**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE**  
*(Batalhão De Engenheiros / 1855)*  
**BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**ANEXO IV- MODELO DE PROPOSTA FINAL DE PREÇOS**

**PROPOSTA FINAL DE PREÇOS**

Ao 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE

**PREGÃO Nº 019/2023**

**Processo Administrativo n.º 64036.005289/2023-23**

- Razão Social:
- CNPJ
- Endereço Completo:
- Tel: ( ) - Fax: ( ) e-mail:
- Banco: - Agência: - Conta-corrente:
- Optante pelo simples ( ) SIM ( ) NÃO
- ME/EPP ( ) SIM ( ) NÃO

1. A empresa acima qualificada, por meio de seu representante legal, propõe a execução dos serviços definidos no Edital e anexos da Licitação indicada, nas seguintes condições.

| Item | Descrição / Especificação | Unid | Quantidade | Preço Unit (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------|---------------------------|------|------------|------------------|-------------------|
|      |                           |      |            |                  |                   |

2. Preço Total: (por extenso)

3. Prazo e condições de execução do serviço: são conforme o Edital e seus anexos.

4. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

5. O/A contrato/ata será assinado(a), no prazo determinado no Edital, por:

- Nome Completo:

- Cargo/Função:

- Idt (nº/UF):

- CPF:

6. Os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, seguros, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta Licitação.

**7. Proposta para formalização de Ata de Registro de Preços com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.**

**8.** Há pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Local e data

Representante Legal  
Idt / CPF

**OBSERVAÇÕES**

A Empresa Licitante deverá apresentar, junto a esta proposta:

- Planilha de Custos e Formação de Preços; e
- Declaração de Pleno Conhecimento;



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE AQUISIÇÕES  
NÚCLEO JURÍDICO

**PARECER REFERENCIAL n. 00007/2023/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU**

**NUP: 00688.000917/2020-84**

**INTERESSADOS: CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL EM AQUISIÇÕES (E-CJU/AQUISIÇÕES)**

**ASSUNTOS: LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO**

EMENTA: MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL – MJR. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES. AQUISIÇÕES COM REGISTRO DE PREÇOS CUJOS VALORES SEJAM IGUAIS OU INFERIORES A R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS).

I – Manifestação Jurídica Referencial elaborada com fundamento na Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014 e Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022;

II - Relativização do envio obrigatório para controle prévio de legalidade. Aplicação da prerrogativa definida pelo § 5º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021;

III - Órgão de destino da MJR: Todas as unidades assessoradas pela e-CJU/Aquisições;

IV - Dispensa de análise individualizada pela e-CJU/Aquisições para casos idênticos e recorrentes, desde que o órgão assessorado ateste nos autos que a manifestação referencial se amolda à situação concreta, salvo caso de dúvida jurídica suscitada pelo órgão;

V – **Não aplicável às aquisições de: medicamentos; bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação; aeronaves e armamentos;**

VI - Processo administrativo nº 00688.000917/2020-84;

VII - Validade: 12 (dode) meses, a partir de sua aprovação.

## 1. DO RELATÓRIO

1. Trata-se de manifestação jurídica referencial destinada a orientar os órgãos assessorados pela e-CJU/Aquisições em procedimentos licitatórios que adotem o critério menor preço ou maior desconto, de valores iguais ou inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

2. Como sabido, foi exarado anteriormente o Parecer Referencial n. 00004/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho n. 00096/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, que determinou a dispensabilidade do envio de processos licitatórios com valores iguais ou inferiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), envolvendo os editais na modalidade pregão eletrônico, para apreciação desta e-CJU/Aquisições.

3. Tendo em vista o iminente fim da vigência da Lei nº 8.666/93, a majoração do valor do atual parecer referencial causada pelo cenário inflacionário, bem como as demais questões relacionadas à ressabida carência de Advogados da União nos quadros da E-CJU Aquisições, o Coordenador deste órgão consultivo, através do Despacho n. 00005/2023/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, solicitou uma nova emissão de Manifestação Jurídica Referencial, considerando como limite o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o que foi realizado, conforme Parecer Referencial n. 00003/2023/COORD/ECJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU e Parecer Referencial n. 00004/2023/COORD/ECJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, ambos subscritos pelo ilustre Advogado da União, Dr. Ronny Charles Lopes de Torres, os quais foram aprovados pelo Despacho n. 00024/2023/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU.

4. Em seguida, devido à necessidade de pequenas adaptações nas manifestações jurídicas referenciais elaboradas pelo ilustre Advogado acima referido, e considerando o seu afastamento das atividades institucionais para a elaboração de tese de Doutorado em Direito, os autos foram distribuídos a esta subscritora.

5. Conforme já ressaltado pelo Dr. Ronny, essa nova manifestação referencial solicitada pelo Ilmo Coordenador da E-CJU Aquisições, Dr. Fernando Baltar Neto, é medida pertinente e necessária que visa permitir a dispensa do envio de processos licitatórios (com ou sem registro de preços) com valores iguais ou inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), evitando que o excesso de demandas com baixa complexidade, enviadas apenas pela necessidade de cumprimento do rito burocrático, prejudique a análise de processos relevantes ou processos nos quais efetivamente o órgão assessorado necessita de apoio jurídico, o que acabaria ensejando prejuízo à eficiência da atuação deste órgão consultivo e da própria Administração.

6. Nessa senda, é importante destacar que, por considerarmos que as aquisições de medicamentos, de bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação, de aeronaves e de armamentos enquadram-se em demandas estratégicas e de maior complexidade, ficam afastadas e, portanto, não autorizadas a serem levadas à efeito com base nesta manifestação jurídica referencial – MJR.

7. Além disso, conforme dialogado com o Ilmo. Dr. Fernando Baltar Neto, para evitar divergências, optamos pela elaboração de dois pareceres referenciais distintos, sendo um relacionado ao pregão sem adoção do procedimento auxiliar denominado Sistema de Registro de Preços e o outro para o pregão eletrônico com a adoção do Sistema de Registro de Preços.

8. Conforme foi salientado no âmbito do Parecer Referencial n. 00004/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, a definição de uma alçada que permita a relativização do envio obrigatório, mediante a aprovação de um parecer referencial, não impedirá que eventuais dúvidas existentes no processo ou no edital sejam enviadas para análise da Consultoria Jurídica. Pelo contrário, ela permite que processos repetitivos, de menor valor ou baixa complexidade, deixem de sobrecarregar o corpo jurídico do órgão da AGU, em detrimento de consultas e processos mais relevantes.

9. Assim, mesmo para processos abaixo do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), existindo dúvida jurídica a ser solucionada, poderá o órgão assessorado formulá-la à e-CJU/Aquisições, que terá seus membros disponíveis para atender esta nobre função típica da Advocacia Pública.

10. Diante disso, segue parecer referencial relacionado às licitações de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), envolvendo os editais na modalidade pregão eletrônico, **com adoção do instrumento auxiliar Sistema de Registro de Preços, de acordo com as regras previstas na Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto federal nº 11.462/2023,** confeccionado (ajustado) a partir da manifestação já produzida pelo Dr. Ronny Charles.

11. A presente manifestação objetiva tornar dispensável o envio obrigatório desses processos licitatórios para apreciação desta e-CJU/Aquisições, **exceto aos concernentes aos objetos elencados no parágrafo 6º deste opinativo, os quais devem ser obrigatoriamente encaminhados à análise jurídica prévia.**

12. É o sucinto relato.

## 2. DA ANÁLISE JURÍDICA

### 2.1. Do cabimento de manifestação jurídica referencial

13. A manifestação referencial permite que uma única análise jurídica possa ser adotada para os demais processos similares. Com isso, busca-se otimizar a atuação do parecerista; evita-se a repetição desnecessária de pareceres com o mesmo conteúdo jurídico, prestigiando a eficiência administrativa, que envolve o dever de que sejam otimizados os meios disponíveis ao administrador público para obtenção dos resultados pretendidos com ação administrativa.

14. Conforme indicado no Parecer referencial n. 00016/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, pode-se dizer que a manifestação jurídica referencial consiste em parecer jurídico genérico, vocacionado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado, tratando-se de ato enunciativo perfeitamente afinado com o princípio da eficiência.

15. Em linha similar, com base no Parecer Referencial nº 00011/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, pode-se concluir que:

- A manifestação jurídica referencial uniformiza a atuação do órgão jurídico relativamente às consultas repetitivas;
- A adoção de manifestação jurídica referencial torna desnecessária a análise individualizada de processos que versem sobre matéria que já tenha sido objeto de análise em abstrato, sendo certo que as orientações jurídicas veiculadas através do parecer referencial aplicar-se-ão a todo e qualquer processo com idêntica matéria.
- A elaboração de manifestação jurídica referencial depende da confluência de dois requisitos objetivos, a saber: i) a ocorrência de embaraço à atividade consultiva em razão da tramitação de elevado número de processos administrativos versando sobre matéria repetitiva e ii) a singeleza da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, que se restringe a verificar o atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos;
- A dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado fica condicionada ao pronunciamento expresso, pela área técnica interessada, no sentido de que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já elaborada sobre a questão.

16. Esse procedimento já era identificado, na prática, antes mesmo da aprovação da Orientação Normativa AGU nº 55/2014, que representou um avanço por sedimentar a possibilidade de adoção deste instrumento de maximização da eficiência na atuação do órgão consultivo.

"I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos." (Orientação Normativa AGU nº 55, de 25 de abril de 2014).

17. Vale frisar, a iniciativa de realizar pareceres referenciais foi objeto de análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que acertadamente compreendeu a pertinência da medida, conforme verificado no Informativo TCU nº 218/2014:

"É possível a utilização, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes" (Acórdão 2674/2014-Plenário | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO).

18. Recentemente, a Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2022, passou a disciplinar a manifestação jurídica referencial, reproduzindo, em seu artigo 3º, §2º, os requisitos objetivos autorizadores da elaboração de ditas manifestações que já estavam prescritos na Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, *litteris*:



"Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

(...)

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I -comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II -demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado."

19. Com efeito, em atendimento aos requisitos supra, esta Consultoria atesta que o volume de processos em matérias idênticas e repetidas, as quais possibilitam uma análise jurídica padronizada e restrita à verificação das exigências legais a partir de uma simples conferência de documentos, tem impactado a atuação deste órgão consultivo, em desprestígio ao princípio da razoável duração do processo, e, ocasionalmente, à segurança jurídica. Isso porque a multiplicidade do tipo de demanda ora examinada, acaba repercutindo negativamente na atuação jurídica, na medida em que os advogados poderiam se dedicar ao estudo e aprofundamento de matérias mais complexas e relevantes, as quais, de fato, exigem uma análise jurídica mais detida e aprofundada.

20. Deste modo, conforme provocado pelo diligente Coordenador da e-CJU/Aquisições, inicialmente através do Despacho nº 00078/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, a manifestação jurídica referencial tem por objetivo a racionalização dos trabalhos desenvolvidos pela e-CJU/Aquisições, em razão do excessivo volume de trabalho e do cenário de escassez de pessoal, atestado, inclusive, pela Corregedoria Geral da União:

No último Relatório de Correição Ordinária nº 020/2022, finalizado no último dia 10 de agosto do corrente ano e aprovado pelo Exmo. Advogado-Geral da União, foi sugerido no item 109 que esta unidade consultiva avaliasse a "... necessidade e a conveniência na edição de outras manifestações jurídicas referenciais, de acordo com os requisitos previstos na ON nº 55/2014 e na Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022, como medida de racionalização dos trabalhos ali desenvolvidos, **tendo em conta, especialmente, o excessivo volume de trabalho verificado no momento da correição**". (destacamos)

21. Assim, levando em consideração o número de Advogados da União e a adequada distribuição das demandas, é medida precípua de gestão do órgão consultivo definir alçada para a relativização da obrigatoriedade de envio dos processos ao órgão consultivo para aquelas licitações com estimativa de custo igual ou inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

22. É notório que no dia 1º abril de 2021 foi aprovada a Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos, que em seu artigo 193 prevê expressamente a revogação da Lei n. 8.666/93, da Lei n. 10.520/2002 (Pregão), e dos arts. 1º a 47-A da Lei n. 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas), após decorridos 2 (dois) anos da sua publicação oficial, prazo que foi ampliado com a aprovação da Medida Provisória 1167, de 31 de março de 2023, que alterou a redação original do artigo, permitindo a continuidade do regime antigo até 30 de dezembro de 2023:

"Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do **caput** do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que: ([Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023](#))

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e ([Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023](#))

II -a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. ([Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023](#))

§ 1º Na hipótese do **caput**, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do **caput** do art. 193, o respectivo contrato será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência. ([Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023](#))

§ 2º É vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no inciso II do **caput** do art. 193. ([Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023](#))

(...)

Art. 193. Revogam-se:

- I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;
- II - em 30 de dezembro de 2023: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023\)](#)
  - a) a [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#); [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023\)](#)
  - b) a [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#); e [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023\)](#)
  - c) os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023\)](#)"

23. Como ressaltado, a Lei nº 14.133/2021 possui um conteúdo de caráter analítico, com quase 200 artigos, mesclando a antiga plataforma da Lei nº 8.666, de 1993 com regras advindas de outras plataformas legais (como a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 12.462/2011) e infralegais (como Decretos e instruções normativas federais), além de diversas disposições inspiradas em Acórdãos do TCU e mesmo Orientações Normativas da AGU.

24. Embora fosse recomendável um aprofundado debate acerca das melhores práticas globais para licitar e contratar com eficiência, com o estabelecimento de procedimentos flexíveis e adaptáveis às inovações, no geral, a redação finalizada no Senado é extensa, manteve a maior parte do Projeto enviado pela Câmara dos Deputados, com mais de 180 artigos e, segundo parte da doutrina, foi na contramão de uma simplificação do sistema de compras nacional (NÓBREGA, Marcos. JURUBÉA, Diego Franco de Araújo. Assimetrias de informação na nova Lei de licitação e o problema da seleção adversa. R. bras. de Dir. Público – RBDP | Belo Horizonte, ano 18, n. 69, p. 9-32, abr./jun. 2020).

25. Nada obstante as razões justificadoras desta crítica, inegável que a Lei nº 14.133/2021 trouxe diversos avanços. Verdade seja dita, não seria fácil uma transformação abrupta de modelo; talvez sequer desejável, diante do quadro de imaturidade institucional em muitas organizações públicas. Talvez por isso, muito provavelmente, o Congresso Nacional foi induzido a legislar “olhando para trás” e não para frente, ao conceber o modelo legal de contratações públicas.

26. Embora tenha produzido um texto extenso e extremamente procedimental, o legislador teve a inteligência de permitir certa margem de discricionariedade na modelagem da licitação (o que rivaliza com o formato de modalidades estáticas) e incluir “ferramentas” e disposições há muito reclamadas no ambiente licitatório. Sob essa perspectiva, o diploma normativo representa, sem dúvida, avanços em relação ao regime geral de licitações da Lei nº 8.666, de 1993.

27. Fato é que a mudança da plataforma legal, com a revogação das legislações anteriores, notadamente a Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/2002 (Pregão), produzirá um grande aumento das dúvidas jurídicas e a necessidade de dar maior atenção na uniformização de temas relevantes e nas respostas a consultas específicas dos órgãos assessorados.

28. Obviamente, processos relacionados à nova legislação exigirão maior atenção para enfrentamento dos dilemas postos à análise jurídica, o que pode ser prejudicado pelo excesso de demandas enviadas.

29. Necessário ainda levar em conta o cenário inflacionário, para a definição, bem como a evasão de membros da E-CJU. Nesta senda, o Ilmo Coordenador da e-CJU Aquisições concluiu pela pertinência de pugnar por uma alçada que relativize a obrigatoriedade de envio de processos licitatórios com valores iguais ou inferiores a R\$ 500.000,00 para apreciação desta e-CJU/Aquisições, devendo tal situação ser tratada por meio de Manifestação Jurídica Referencial, conforme indica a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, da Advocacia- Geral da União:

"O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº

73, de 1993:

- Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação;
- Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:
  - a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
  - b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/AS MG/CGU/AGU/2014"

30. Importa destacar que a Lei nº 14.133/2021, expressamente, prevê regra de relativização da análise jurídica do processo licitatório pelo órgão de assessoramento jurídico.

**"Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

[...]

**§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico."**

31. Essa relativização configura uma solução para que os órgãos de assessoramento possam superar o gargalo burocrático e defasado do processo de contratação pública, admitindo que a análise jurídica seja dispensável nas hipóteses definidas previamente pela autoridade jurídica máxima competente, através, por exemplo, da utilização de pareceres referenciais. Atos como esses serão necessários para resguardar eficiência do órgão jurídico, o qual, pelos incentivos criados pela Nova Lei, terá que ampliar sua atuação na área de consultoria jurídica propriamente dita e na representação judicial e extrajudicial.

32. Sem dúvida alguma, a utilização de pareceres referenciais é uma medida natural ao desenvolvimento tecnológico, à racionalização das ações administrativas e ao aperfeiçoamento da boa gestão do órgão de Advocacia Pública, apresentando-se, no caso, em perfeita harmonia com os requisitos elencados nos normativos que regem a matéria.

## **2.2. Da pertinência-relevância da definição de uma alçada para o envio obrigatório de processos para aprovação pela e-CJU/Aquisições**

33. Os desafios da Advocacia Pública consultiva na área de licitações têm sido cada vez mais ampliados, por diversos fatores, entre eles: a crescente complexidade das contratações públicas, a ampliação demasiada de novas normatizações incidentes sob o tema e o rigor dos órgãos de controle na análise dos respectivos processos.

34. Se antes a tarefa do parecerista resumia-se a uma burocrática aprovação de minutas, decorrente de um deslocamento do órgão jurídico para uma função atípica de controle, cada vez mais se exige do parecerista o exercício de um controle prévio de legalidade, complexamente conjugado com as funções típicas de consultoria e assessoramento propriamente ditas.

35. Para o exercício dessas funções, notadamente na análise de processos de licitação enviado no termo final da fase preparatória (interna), exige-se que o parecerista faça um exame minucioso e sistemático de todo o processo (como em uma espécie de auditoria), confronte os atos praticados com a legislação e centenas (quicá milhares) de normativos e decisões jurisprudenciais pertinentes, além de, lastreado em sua experiência e conhecimento

jurídico, opinar com sugestões de aprimoramento do processo, materializando tudo isso em um Parecer.

36. É um tipo de atividade intelectual que, quando premida pela urgência, tende a ter seu resultado final prejudicado.

37. Ademais, é um tipo de atividade intelectual que envolve alto custo transacional, motivo pelo qual sua realização para processos de baixa complexidade ou de baixa monta financeira, apresenta-se como dispendiosa e ineficiente, notadamente quando, como é cediço, através de elogiosa atitude que vem sendo feita a mais de uma década pela Consultoria-Geral da União, com destacada importância nos dias atuais, os editais e anexos adotados nas licitações são confeccionados com base em minutas padronizadas previamente ofertadas pela AGU, havendo pouca margem para mudança das regras editalícias.

38. Nessa linha, o envio obrigatório (meramente burocrático) de processos de licitação para análise de órgão da Advocacia-Geral da União, atenta contra o princípio constitucional da eficiência, sobrecarregando a pouca mão de obra disponível e prejudicando a atenta análise de processos mais relevantes. Diante deste quadro real, a boa gestão e a própria imposição de uma atuação eficiente exigem que seja adotada solução para satisfazer, minimizar ou atenuar essa demanda pública de forma mais eficiente possível.

39. Bom lembrar que o princípio da eficiência foi inserido no texto constitucional pela EC nº 19/98, passando a expressamente vincular e nortear a Administração Pública. Tal princípio exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional e é um evidente vetor necessário para o atendimento ao interesse público.

40. O atendimento ao interesse público impõe que os agentes públicos competentes exerçam suas atribuições com olhos voltados para uma atuação eficiente. Numa democracia, como ensina Pedro Costa Gonçalves, essa busca pelo atendimento ao interesse público, impõe que a missão da Administração Pública deve ser desenvolvida "em conformidade com programas e com opções do legislador democrático", resultando na realização do interesse público por "um mandato legítimo de servir a coletividade". Assim, amplia o célebre autor lusitano, atender ao interesse público "surge como um valor ou bem jurídico que o Direito Administrativo tem de proteger, exigindo, antes do mais, que a Administração se oriente sempre pelo serviço ao interesse da coletividade" (GONÇALVES, Pedro Costa. Manual de Direito Administrativo Vol. 1. Coimbra: Edições Almedina, 2019. p. 105).

41. Não há que se falar em interesse público sem que o princípio da eficiência, alçado a princípio constitucional expressamente aplicável à Administração Pública, seja ponderado pelo agente público no âmbito de sua atuação administrativa.

42. O princípio da eficiência reúne dois aspectos relativos ao modo de (a) atuação do agente público e (b) organização, estruturação e disciplina da Administração Pública, ambos tendo como objetivo o melhor desempenho para o alcance dos melhores resultados (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. JUNIOR, Wallace Paiva Martins. Tratado de Direito Administrativo: Teoria Geral e Princípios do Direito Administrativo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 485).

43. Assim, a estruturação da atividade administrativa deve ser concebida e realizada de maneira eficiente. É obrigação do agente público competente regular os ritos, procedimentos e rotinas aplicáveis a sua atuação, de forma a propiciar uma atuação célere e racional, fugindo às comodidades de uma exagerada burocracia. Como bem explica Juliano Heinen, na esfera administrativa, a eficiência pressupõe racionalização de recursos, sendo "obrigação do Estado comprometer-se legalmente com metas e resultados eficientes". Conforme o autor, "Ser eficiente significa agir com a ausência de desperdício do dinheiro público, e também com economia (procurar o melhor custo-benefício) com maior produtividade e com presteza. Tem por meta estabelecer o funcionamento dos órgãos públicos com rendimento funcional." (HEINEN, Juliano. Curso de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodivm, 2020. p 235-244)

44. Di Pietro e Martins Júnior citam Marino Pazzaglini Filho ao observar que o agente público tem o dever de agir com eficácia real ou concreta, significando a boa administração "produtividade, profissionalismo e adequação técnica do exercício funcional à satisfação do interesse público". Os autores lembram as palavras de Hely Lopes Meirelles, ao associar eficiência à presteza, perfeição e rendimento, "exigindo resultados positivos para o

serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”. Por fim, citam Odete Medauar, ao realçar na eficiência o dever de agir, “de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população”. Eficiência contrapõe-se a lentidão, a descaso, a negligência, a omissão - características habituais da Administração Pública brasileira, com raras exceções”. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. JUNIOR, Wallace Paiva Martins. Tratado de Direito Administrativo: Teoria Geral e Princípios do Direito Administrativo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 484/485).

45. Na mesma linha, Gustavo Scatolino e João Trindade ressaltam que, atualmente, “já não se exige que o agente público atue apenas de acordo com a lei; espera-se mais do gestor público. Além de cumprir a lei, deve também, agir com moralidade e, sobretudo, com eficiência, possibilitando a obtenção dos melhores resultados com a melhor relação custo-benefício”. Nessa linha, como bem ressaltam os autores, atender à eficiência impõe “o exame de relação custo-benefício. É a necessidade de planejamento, contorno das necessidades e indicação das mais adequadas soluções, na busca da satisfação do interesse público. É a utilização mais adequada dos recursos públicos”. (SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodivm, 2015. p. 67/68).

46. Assim, entendemos que a tramitação meramente burocrática de processos de valor reduzido e de menor complexidade atenta contra o princípio constitucional da eficiência e prejudica a análise de processos mais relevantes, devendo, por respeito à sociedade e à eficiência que ela impôs à Administração como mandamento constitucional, ser adotada solução que satisfaça, minimize ou atenuar essa demanda pública de forma mais eficiente possível.

47. Em sua clássica obra, Pedro Costa Gonçalves pontua que “a boa administração indica uma ação administrativa conveniente e oportuna; além de conforme à lei e ao direito, a ação da Administração deverá ser correta (racional), pelo que os seus agentes devem agir como “bons administradores”, pautando as suas ações segundo critérios de otimização das respectivas condutas.” (GONÇALVES, Pedro Costa. Manual de Direito Administrativo Vol. 1. Coimbra: Edições Almedina, 2019. p. 106).

48. Indubitavelmente, a definição de uma alçada que determine a não obrigatoriedade do envio de processos para análise/aprovação configura medida que prestigia a eficiência administrativa.

49. A própria AGU, atuando em vanguarda, como exposto anteriormente, já admite a aprovação de pareceres referenciais, conforme sedimentado pela Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, da Advocacia-Geral da União.

50. Outrossim, através da aprovação do Parecer referencial n. 00004/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU pelo Advogado Geral da União, esta mesma AGU já admitiu a relativização da obrigatoriedade para processos regidos pela Lei nº 10.520/2002 e pela Lei nº 14.133/2021, até o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), como já feito por diversas outras organizações públicas (TCU, PGE/PE, PGE-BA, entre outros), como bem explicado no referido Parecer referencial, que adotaram corretas medidas de gestão administrativa, afastando o viés burocrático da atuação do órgão consultivo em uma função atípica de controle.

51. Nessa linha, convém reiterar que a própria Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA), trouxe regra expressa admitindo que a autoridade jurídica máxima do órgão de Advocacia Pública possa dispensar a obrigatoriedade da análise jurídica. Vale transcrever novamente o dispositivo:

"Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos

pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

**§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico." (Grifo nosso)**

52. Trata-se de uma competência administrativa já implícita, desde outrora adotada pela AGU através de Pareceres referenciais, por exemplo, mas que passa a ser expressamente citada pelo legislador, na Lei nº 14.133/2021.

53. A doutrina tem compreendido a norma jurídica extraída do dispositivo como uma possibilidade para que o órgão de assessoramento jurídico possa gerenciar adequadamente os recursos humanos disponíveis:

"Não são raras as vezes que a contratação de bens ou serviços pela Administração Pública envolve baixos valores ou a pouca complexidade do objeto a ser contratado. Também, em diversas oportunidades, em função de objetos bastante simples e corriqueiros, são adotadas minutas de editais e instrumentos de contratos, convênios ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

(...)

Destarte, nesses casos, com o intuito de reduzir a rotina administrativa e economizar os recursos públicos, é justificável e recomendável a dispensa da apreciação jurídica.

Da mesma forma, nas hipóteses de entrega imediata de um bem.

Nesse viés, este §5º registra a dispensa de análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, a qual deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico" **(BITTENCOURT, Sidney. Nova Lei de Licitações passo a passo: comentando, artigo por artigo, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 402.)**

"Na mesma toada, o art. 53, § 5º da NLLCA afirma ser dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar, dentre outros, "a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico".

De uma vez por todas: eventual atuação com padronização, adoção de enunciados e sistematicidade do procedimento contribuirá sobremaneira para que não ocorra uma eventual lentidão ou paralisia no exercício dos papéis dos órgãos de assessoramento jurídico, principalmente o papel de assessoramento aos demais agentes públicos envolvidos na contratação (item 4.3) em razão da sua importância e das múltiplas possibilidades de utilização" **(PEDRA, Anderson Sant'Ana. TORRES, Ronny Charles Lopes de. Temas Controversos da Nova Lei de Licitações e Contratos / Coordenadores Matheus Carvalho, Bruno Belém e Ronny Charles. São Paulo: Editora JusPodvium, 2021. p. 314-316.)**

54. Por conseguinte, indubitável que em relação ao assessoramento jurídico realizado pela Advocacia Geral da União, em princípio, é do Advogado-Geral da União, autoridade maior este relevante órgão de Advocacia de Estado.

55. Nesta linha entende também Rafael Sérgio Oliveira:

"A atribuição de definir as hipóteses em que o parecer prévio é dispensável é do chefe máximo da instituição jurídica a que cabe fazer o assessoramento do órgão ou entidade contratante. Com isso, é do Advogado-Geral da União, em nível federal, do Procurador-Geral do Estado, nos estados, e do Procurador-Geral do Município (ou equivalente), nos municípios. No caso de o assessoramento de um órgão contratante não ser atribuição de uma dessas instituições da Advocacia Pública, como é o caso dos tribunais, que geralmente contam com assessoria jurídica própria, cabe à autoridade máxima da unidade jurídica encarregada da consultoria fixar essas hipóteses." **(OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 / Coordenado por Cristina Fortini, Rafael Sérgio Lima de Oliveira e Tatiana Camarão. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 540-541.)**

56. A AGU, através do Advogado-Geral da União, inclusive, de maneira diligente e atenta aos desafios reais do órgão, já usou esta prerrogativa indicada pela NLLCA, ao aprovar a Orientação Normativa nº 69, que tratou da não obrigatoriedade de envio dos processos envolvendo contratações diretas de pequeno valor:

"Ementa: não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021."

Referência: art. 5º, art. 53, §§ 3º, 4º e 5º, art. 72, inciso III, e art. 95, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Parecer nº 00009/2021/CNLCA/CGU/AGU; Despacho nº 475/2021/DECOR/CGU/AGU, Despacho nº 598/2021/GAB/CGU/AGU.

57. Tal atitude foi necessária, sob pena de gerar-se uma paralisia do órgão consultivo para analisar demandas de baixo valor, em detrimento de demandas que realmente exigiriam uma atuação dedicada dos membros do consultivo jurídico da AGU.

58. Da mesma forma, diante do enorme aumento da demanda da e-CJU/Aquisições, a boa gestão orienta pela definição de uma alçada de afastamento do envio meramente burocrático e obrigatório de processo envolvendo novas licitações.

59. Bom reiterar que o afastamento do envio obrigatório não impede que, diante de uma dúvida jurídica, possa o órgão assessorado formular consulta para que o órgão de Advocacia de Estado exerça sua função típica de consultoria e assessoramento.

60. Em outras palavras, a definição de uma alçada de obrigatoriedade não prejudica a realização de consultas em relação às dúvidas jurídicas acerca de interpretação normativa ou elucidação de situação fática ainda não uniformizada.

61. Também é relevante reforçar que esta manifestação não alcança as demandas aqui classificadas como estratégicas e de maior complexidade (aquisições de medicamentos, de bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação, de aeronaves e de armamentos), as quais devem ser submetidas à prévia análise jurídica, independentemente da alçada aqui fixada.

62. Por fim, confiante de que será deferida a pretensão de melhoria da gestão dos processos, com a criação da referida alçada mínima para envio obrigatório, passaremos à análise referencial, a ser utilizada como parâmetro de conformidade pelos órgãos assessorados.

### 3. DA ANÁLISE REFERENCIAL

#### 3.1. Finalidade e abrangência do parecer jurídico

63. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLCC):

"Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica."

64. Nossa função é apenas apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para resguardar a autoridade assessorada, e a quem competir avaliar uma dimensão real do risco e a necessidade de adotar ou não uma precaução recomendada.

65. Importante ressaltar que o exame dos atos processuais se restringe aos seus aspectos legais, excluídos aqueles da natureza técnica. Em relação a estes, aplica-se os requisitos imprescindíveis para sua adequação às exigências da administração, observando os requisitos legais impostos (conforme Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, "A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento").

66. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

67. Por outro lado, vale esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de avaliação jurídica exercer auditorias quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, neste caso, a cada um deles observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

68. Por fim, ressaltamos que nossas orientações jurídicas não possuem caráter vinculativo, podendo a autoridade assessorada, dentro da margem de discricionária que é conferida pela lei, adotar ou não as ponderações feitas pela Consultoria Jurídica. Contudo, o seguimento do processo sem a observância dos apontamentos jurídicos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

#### 3.2 Regularidade da autuação do processo e avaliação de conformidade legal

69. O art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021, prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços, conforme abaixo transcrito:

"Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às



atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;

IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia."

70. É preciso que a fase de planejamento da contratação esteja alinhada às iniciativas mais atualizadas dos órgãos que detêm competências regulamentares.

71. Nesse sentido, um instrumento importante para auxiliar a checagem desse alinhamento é a lista de verificação elaborada pela Advocacia-Geral da União, disponível no endereço <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/listas-de-verificacao> (acesso em 29/06/2023).

### 3.3 Limites e instâncias de governança

72. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

73. Em relação aos contratos administrativos, para atividades de custeio em geral, o artigo 3º do referido Decreto define algumas regras que precisam ser respeitadas, notadamente em relação à competência para a celebração de novos contratos de aquisição:

"Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:

I - titulares de cargos de natureza especial;

II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e

III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.

§ 2º Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação."

74. A Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 2019, incumbindo ao órgão contratante ficar atento à eventual diploma que venha a estabelecer determinações complementares ao Decreto nº 10.193, de 2019, devendo-se observar os preceitos dos atos normativos regulamentares ainda vigentes.

75. Uma vez que foge às atribuições deste órgão de assessoramento jurídico investigar ou auditar eventual

existência de delegação de competência, a autoridade assistida deve se certificar sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio –, adotando as providências necessárias, se for o caso, para aferir se a autoridade indicada na minuta possui competência para a representar a União na celebração do contrato a ser firmado.

### **3.4. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade**

76. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

77. No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

78. São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade. O órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação. É de fundamental importância consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, no qual podem ser extraídos subsídios orientadores das ações de sustentabilidade. Referido Guia está disponível no endereço <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis> (acesso em 29/06/2023).

79. Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

80. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

81. Acresça-se que é obrigação do gestor público a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o qual já foi citado como exemplo de boa prática administrativa pelo Tribunal de Contas da União, conforme acórdão 1056/2017-Plenário.

82. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios.

83. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial
- b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,
- c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

84. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a

serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

85. Neste sentido, o PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU):

"I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União."

86. Estabelecidas estas orientações introdutórias, imprescindíveis para compreensão da amplitude do tema, segue-se detalhamento no tocante às providências em relação ao desenvolvimento sustentável no Estudo Técnico Preliminar; na descrição da necessidade da contratação; no levantamento de mercado e a consideração da vantagem, na definição do objeto, Plano Diretor de Logística Sustentável e em relação ao Termo de Referência.

### 3.5. Planejamento da contratação

87. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

88. O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

"Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;

IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do **edital** de licitação;

VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a **modalidade** de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei."

(grifou-se)

89. Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa.

90. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

91. Alguns dos elementos serão abaixo examinados.

### 3.5.1. Documento de Formalização da Demanda

92. O Documento de Formalização da Demanda é procedimento obrigatório para o início dos trabalhos pertinentes ao início da fase interna da licitação.

93. Dessa forma, tem-se que os documentos que instruem o processo devem atender aos requisitos próprios para a oficialização da demanda.

### 3.5.2. Estudos Técnicos Preliminares - ETP

94. De acordo com o inciso XX, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, estudo técnico preliminar é o *"documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação"*.

95. O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

96. O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

"Art. 18 [...]

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação

da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - requisitos da contratação;
- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
- XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
- XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

97. É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas. No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

98. Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2022, deve a Administração observar as regras constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

99. Conclui-se que o estudo preliminar da Contratação aborda os aspectos essenciais para a licitação, razoavelmente apresentando os requisitos necessários ao atendimento da demanda, versando, ainda, sobre a natureza do contrato e sua duração, além de apresentar as possíveis práticas de sustentabilidade. O Estudo também identifica qual a solução mais apropriada para suprir a necessidade administrativa e discorre sobre as providências preliminares à contratação.

100. Convém alertar que a Administração deve evitar a inclusão de requisitos desnecessários, mantendo as exigências de contratação em nível que permita a satisfação plena do interesse público secundário, de um lado, e a maior possibilidade de competição (ampla participação), de outro.

### **Descrição da Necessidade da contratação**

101. A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi

solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

102. Essa investigação inicial é expressamente demandada no art. 18, I e §1º, I da NLLC, já reproduzidos no presente parecer. Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado, tratada mais à frente. A clareza da necessidade administrativa é a base para possíveis inovações.

103. Também por meio dela é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Trata-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas, até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Nesse sentido, o art. 18, §1º da Lei n. 14.133, de 2022, que estabelece os elementos do ETP, prevê os requisitos da contratação no seu inciso III, enquanto o levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis) somente no inciso V.

104. Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, a ser interpretado em consonância com a Lei n. 14.133, de 2022, devendo portanto ser avaliado o interesse público também na perspectiva de se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei n. 14.133, de 2021)

105. Feito esse registro, é certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto. O papel do órgão jurídico é recomendar que essa reflexão sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando o órgão assistido a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

### **Levantamento de Mercado**

106. Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

107. O artigo 9º, III, “a” à “d” da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 indica algumas opções para realizar essa busca e o art. 12 estabelece que “os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração.”.

108. Já o art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei.

109. Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

### **Definição do Objeto**

110. Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de

encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

111. Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

112. De acordo com o art. 18, caput, da Lei n. 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos.

113. No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962.

114. Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

115. Por fim, deve a Administração indicar se o objeto que será contratado está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

### **Demais aspectos ligados à definição do Objeto**

#### ***Quantitativos Estimados***

116. Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida. Evidentemente, a própria escolha da solução pode ter sido influenciada por esse dimensionamento, mas naquele momento os cálculos podem ter sido efetuados de maneira aproximada, apenas para subsidiar a decisão entre as opções disponíveis.

117. Nessa etapa, entretanto, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. Isso é especialmente importante de ser registrado nos autos por ser um ponto objetivo, de maior verificação e consequentes questionamentos, que se tornam mais difíceis de responder à medida que o tempo transcorre, quando a memória e a documentação correspondente podem estar menos acessíveis.

118. Assim, deve-se evitar ao máximo estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda. A adoção do Sistema de Registro de Preços, embora possível nas situações em que há dificuldade para a definição prévia do quantitativo previsto, não legitima a indicação de quantidades irreais e sem qualquer respaldo com a realidade do órgão. Bom frisar que o artigo 82 da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 15 do Decreto federal nº 11.462/2023 destacam a necessidade, via de regra, de indicação da quantidade máxima (de cada item) a ser contratada.

119. Outrossim, o art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe que o planejamento de compras deve considerar a expectativa de consumo anual, devendo tal regra ser observada no caso concreto, admitindo-se o fornecimento

contínuo, conforme inciso III do citado dispositivo.

120. Por fim, convém observar que a adoção de orçamento sigiloso não conduz ao sigilo dos quantitativos. Pelo contrário, permanece ampla a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

121. Assim sendo, deve constar do processo a documentação que contenha os requisitos necessários à definição dos quantitativos que serão licitados, com a utilização de parâmetros de estimativa e inclusão de memórias de cálculo que deem suporte aos quantitativos. Deve-se ressaltar que não compete a esta Consultoria adentrar em questões técnicas, mas apenas verificar se há suporte documental coerente com aquele que é exigido pela legislação para a fase interna da licitação.

### ***Parcelamento do objeto da contratação***

122. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

(...)" (grifou-se)

123. Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

"§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

124. Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

"§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

125. Como critério conceitual, o artigo 87 do Código Civil preceitua: "Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam".



126. Em vista disso, e de uma forma geral, as licitações em que o objeto é disposto em um item apenas, ou em que os vários objetos são dispostos em vários itens, com disputa e adjudicação independentes entre si, tendem a observar o princípio do parcelamento, desde que cada um dos objetos dos itens seja considerado indivisível, o que deve ser esclarecido pelo órgão.

127. Em relação à aglutinação de itens em grupo, o TCU tem apresentação diversas orientações restritivas:

- A licitação por lote, com a adjudicação pelo menor preço global, sem comprovação de eventual óbice de ordem técnica ou econômica que inviabilize o parcelamento do objeto em itens, caracteriza restrição à competitividade do certame, em vista do disposto nos art. 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei 8.666/93 (TCU. Acórdão 1913/2013-Plenário, relator Ministro José Múcio Monteiro).
- Em licitação para registro de preços, é irregular a adoção de adjudicação por menor preço global por grupo/lote, concomitantemente com disputa por itens, sem que estejam demonstradas as razões pelas quais tal critério, conjuntamente com os que presidiram a formação dos grupos, é o que conduzirá à contratação mais vantajosa, comparativamente ao critério usualmente requerido de adjudicação por menor preço por item (TCU. Acórdão 4205/2014-Primeira Câmara, relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira).
- A adoção de critério de adjudicação pelo menor preço global por lote em registro de preços é, em regra, incompatível com a aquisição futura por itens, tendo em vista que alguns itens podem ser ofertados pelo vencedor do lote a preços superiores aos propostos por outros competidores (TCU. Acórdão 2695/2013-Plenário, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.).

128. A preocupação externada pelo TCU decorre da constatação de que a adjudicação por grupo, seguida de ulteriores adjudicações ou contratações de itens isolados, por vezes gera a situação em que o item posteriormente contratado, junto ao licitante vencedor, apresenta valores superiores aos ofertados pelos demais licitantes. Tal situação se agrava quando, justamente, os itens do grupo nos quais o licitante vencedor havia apresentado preços menores (o que gerou seu menor preço para o grupo e, consequente, vitória no certame) não são os efetivamente provocados para a contratação *just in time*, seja pelo órgão gerenciador, por participantes ou não participantes.

129. Em sua Jurisprudência, o TCU acabou firmando o entendimento de que, notadamente nas licitações para registro de preços, a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, embora medida excepcional, pode ser utilizada quando a Administração pretende contratar a totalidade dos itens do grupo, admitindo-se a aquisição futura de itens isoladamente, “quando o preço unitário ofertado pelo vencedor do grupo for o menor lance válido na disputa relativa ao item” (TCU. [Acórdão 1347/2018 Plenário](#), Consulta, Relator Ministro Bruno Dantas).

130. De qualquer forma, a decisão sobre a aglutinação ou não, de itens, envolve contornos técnicos específicos. É possível que o órgão contratante identifique a necessidade de reunião e tome essa decisão, de forma justificada (no termo de referência ou mesmo em outra peça processual), fundamentando-a em ponderações econômicas e gerenciais, como ganhos de economia de escala ou mesmo gerenciamento contratual.

131. Se por um lado, a divisão em itens (fracionamento) é sugerida, como forma de ampliação da competitividade, por outro lado, a aglutinação é possível e até recomendável, caso justificado que, entre outros motivos, o fracionamento (divisão em itens) não amplia efetivamente a competitividade, prejudica o objeto da contratação (gerando prejuízo técnico, econômico ou de gestão) ou impede eventual economia de escala (TORRES, ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. 14ª edição. São Paulo: Jus Podivm, 2023. p. 266).

132. A Lei nº 14.133/2021 definiu que, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a “inviabilidade” de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica. Tal inviabilidade não significa impossibilidade absoluta, devendo ser compreendida de acordo com as regras definidas pelo artigo 40 da Lei nº 14.133/2021.

133. De qualquer forma, na hipótese de justificada aglutinação de itens em um mesmo grupo, conforme

definem os artigos 12 e 13 do Decreto federal nº 11.462/2023:

- o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será indicado no edital; e
- a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

134. Repise-se, a decisão sobre a aglutinação ou não de itens envolve contornos técnicos específicos. É possível que o órgão contratante identifique a estrita necessidade de reunião e tome essa decisão, de forma justificada (no termo de referência ou mesmo em outra peça processual), fundamentando-a em ponderações econômicas e gerenciais, como ganhos de economia de escala ou mesmo gerenciamento contratual, de acordo com os limites definidos pelo legislador.

#### ***Instrumentos de governança - PCA, PLS e outros***

135. De acordo como do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.

"Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias."

136. É preciso compreender que o PCA constitui instrumento de governança descrito na Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito de toda a Administração Pública federal. Por elucidativo, segue transcrição do art. 6º, que elenca os instrumentos de governança em contratações públicas:

"Art. 6º São instrumentos de governança nas contratações públicas, dentre outros:

I - Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS;

II - Plano de Contratações Anual;

III - Política de gestão de estoques;

IV - Política de compras compartilhadas;

V - Gestão por competências;

VI - Política de interação com o mercado;

VII - Gestão de riscos e controle preventivo;

VIII - Diretrizes para a gestão dos contratos; e

IX - Definição de estrutura da área de contratações públicas.

Parágrafo único. Os instrumentos de governança de que trata este artigo devem estar alinhados entre si."

137. É certo que o administrador público deve demonstrar que a contratação pretendida está alinhada aos instrumentos e às diretrizes definidas no normativo acima citado.

138. Sem prejuízo da orientação acima, convém tecer algumas considerações sobre os instrumentos de governança abaixo indicados.

#### **- Plano de Contratações Anual – PCA**

139. O Decreto nº 10.947, de 2022, regulamentou o Plano de Contratações Anual – PCA, assim como instituiu o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, tendo imposto aos órgãos e as entidades a

obrigatoriedade de elaboração, até a primeira quinzena de maio de cada exercício, de planos de contratações anual, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente.

140. É certo que o PCA deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos, conforme artigo 12, §1º, da Lei nº 14.133, de 2022.

141. Convém lembrar que, de acordo com o artigo 17 do Decreto nº 10.947, de 2022, incumbe ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, inciso II.

142. Assim sendo, faz-se necessário que o órgão registre se a demanda está devidamente contemplada no PCA do órgão.

### **- Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS e definição de critérios de sustentabilidade nas aquisições**

143. Como visto, o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

144. As dimensões a serem consideradas são: econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo. Nesse sentido, cumpre ressaltar que o órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios e práticas de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar a(s) dimensão(ões) dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação (artigo 11, parágrafo único, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022). Sobre as diversas dimensões, há subsídios orientadores no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no site da AGU.

145. Na escolha de produtos sustentáveis, segundo os termos do inciso XI do artigo 7º da Lei nº 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que gastem menos energia na sua produção.

146. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares

147. Acresça-se que é obrigação do gestor público a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

148. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto no artigo 5º, “caput”, da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios e práticas sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial combinado com o artigo 11, parágrafo único, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022;
- b) verificar se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,
- c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável (obrigatório nos casos de pregão eletrônico e boa prática nos demais casos).

149. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos. Se a Administração entender que os bens objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

### 3.5.3. Análise de riscos

150. O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

151. No Portal de Compras do Governo Federal consta tópico especialmente dedicado à Identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas base nas premissas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 2021. É certo que tais recomendações devem ser incorporadas no planejamento desta contratação.

152. Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos, o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

### 3.5.4. Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços

153. O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que, para compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

"Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)"

154. Além das regras legais, também devem ser observadas as normas da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que estabelece o dever de materialização da pesquisa de preços em documento que contemple, no mínimo, as exigências do artigo 3º da referida norma:

"Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º."

155. Referida IN, em seu artigo 5º, define os parâmetros a serem utilizados na estimativa de custos, de forma bastante similar ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021. Acrescenta, no entanto, no §1º do artigo 5º que devem ser priorizados os parâmetros dos incisos I e II, painel para consulta de preços do PNCP e contratações similares, respectivamente, devendo ser apresentada justificativa nos autos em caso de impossibilidade de adoção destes.

156. Assim, o primeiro ponto a ser destacado é a necessidade jurídica dessa priorização, a ser justificada nos autos quando não observada.

157. Um segundo ponto refere-se ao limite temporal estabelecido para os parâmetros utilizados na pesquisa de preços, voltados a evitar que os valores pesquisados já estejam desatualizados, conforme descrito nos incisos do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65, de 2021, cabendo repetir a pesquisa de preços sempre que ultrapassado o ali prazo previsto.

158. Por fim, impende ressaltar a previsão do art. 6º, § 4º, da IN nº 65, de 2021, que deve ser observada pelo consulente no sentido de que *"Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados"*.

159. Com intuito de verificar o custo da contratação e obtenção de valor de referência para o certame, o órgão deverá realizar pesquisa de preços, anexando aos autos as pesquisas que permitem a avaliação do custo médio e as variações entre diversos fornecedores.

160. Vale registrar a recomendação para que a Administração elabore mapa de cotação dos preços pesquisados, a fim de facilitar a realização de um juízo crítico sobre os preços que vão ser utilizados para estimar o valor total licitado.

### **Orçamento Sigiloso**

161. A Administração pode optar pela realização de licitação com preservação das informações do orçamento estimado, o que se admite desde que justificadamente, conforme estabelece o art. 24, da Lei nº 14.133, de 2021:

"Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: (...)"

162. De acordo com o art. 18, §1º, inciso VI, o ETP deve tratar da estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, caso a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

163. Desse modo, o planejamento da contratação deve contemplar a análise de conveniência e oportunidade sobre a adoção ou não do orçamento sigiloso.

164. Convém ressaltar que, em caso de adoção do critério de julgamento por maior desconto, o preço

estimado ou o máximo aceitável deve constar obrigatoriamente do edital da licitação, ou seja, não é possível adoção de orçamento sigiloso (cf. art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

165. Como norte, nos parece plausível recomendar que a escolha recaia sobre a opção que tenha maior aptidão para a obtenção da melhor proposta. Qualquer que seja a opção do Gestor, deverá ser devidamente motivada nos autos.

### 3.6. Termo de Referência

166. O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2022:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária;

(...)"

167. Especificamente em relação a compras, também devem ser observadas as exigências do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

(...)"

168. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública

federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

169. A Administração deve cuidar para que suas exigências sejam atendidas no caso concreto.

#### **Utilização ou não de minuta padronizada de TR.**

170. A padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021:

"Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;

IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia."

(grifou-se)

171. Tal postulado foi registrado na quarta edição do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, conforme Enunciado BPC nº 06:

"A atuação consultiva na análise de processos de contratação pública deve fomentar a utilização das listas de verificação documental (check lists), do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e das minutas de editais, contratos, convênios e congêneres, disponibilizadas nos sítios eletrônicos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

No intuito de padronização nacional, incumbe aos Órgãos Consultivos recomendar a utilização das minutas disponibilizadas pelos Órgãos de Direção Superior da AGU, cujas atualizações devem ser informadas aos assessorados.

Convém ainda que os Órgãos Consultivos se articulem com os assessorados, de modo a que edições de texto por estes produzidas em concreto a partir das minutas-padrão sejam destacadas, visando a agilizar o exame jurídico posterior pela instância consultiva da AGU" (grifou-se).

172. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

- Se houve utilização de modelos padronizados;
- Qual modelo foi adotado; e
- Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

173. Assim, cumpre destacar que se recomenda aos órgãos a adoção dos modelos elaborados nacionalmente pela AGU.

#### **Da natureza comum do objeto da licitação**

174. Compete à administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum, haja vista que a

licitação por pregão somente é obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, conforme consta do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 2021.

175. A definição de bens e serviços comuns pode ser extraída diretamente da Lei nº 14.133, de 2021, que apresenta tal conceito nos seguintes termos:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)"

176. Sobre a necessidade de a Administração declarar a natureza do objeto da contratação, a Orientação Normativa nº 54, de 2014, da Advocacia-Geral da União, dispõe:

"Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável."

177. Embora referida Orientação Normativa tenha sido editada à luz da Lei nº 8.666, de 1993, tem-se que o entendimento jurídico nela consubstanciado é compatível com a Lei nº 14.133, de 2021, motivo pelo qual merece ser observado.

178. Assim, deverá a Administração declarar expressamente a natureza comum do objeto da licitação, para fins de adoção da modalidade pregão.

### **Informação sobre o Regime de Fornecimento**

179. Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de fornecimento de bens, observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento ou não do objeto, que será abordado mais adiante.

### **Aquisição de bem de consumo que se enquadra como bem de luxo**

180. De acordo com o art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021, não é admitida a aquisição de artigos de luxo, tendo os §§ 1º e 2º tratado da necessidade de regulamentação do tema:

"Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definirão em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.

§ 2º A partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta Lei, novas compras de bens de consumo só poderão ser efetivadas com a edição, pela autoridade competente, do regulamento a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 3º (VETADO)."

181. No âmbito da administração pública federal, o tema foi regulamentado pelo Decreto nº 10.818, de 2021, tendo seu art. 5º reforçado a vedação de aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, sendo admitidas as exceções contidas em seu art. 4º:



"Art. 4º Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do caput do art. 2º:

I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou

II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade."

182. No caso concreto, a Administração deve indicar se pretende promover a aquisição de bem de consumo de luxo, devendo apresentar para tal suficiente justificativa que demonstre a incidência do permissivo do art. 4º do Decreto nº 10.818, de 2021.

### **Indicação de marca ou modelo**

183. Quanto à eventual indicação de marca ou modelo, cabe salientar que a lei admite tal possibilidade de forma excepcional, por representar restrição à ampla competitividade do certame.

184. O artigo 41 da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta as hipóteses em que será possível a indicação de marca ou modelo:

"Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;"

185. Ocorre que a indicação de marca/modelo não basta para a exclusão das demais opções do mercado, sendo certa a possibilidade de realização, pelo interessado, de prova de qualidade de produto similar, conforme disciplinado no artigo 42 da Lei nº 14.133, de 2021:

"Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

§ 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

§ 2º A Administração poderá, nos termos do edital de licitação, oferecer protótipo do objeto pretendido e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

§ 3º No interesse da Administração, as amostras a que se refere o § 2º deste artigo poderão ser

examinadas por instituição com reputação ético-profissional na especialidade do objeto, previamente indicada no edital."

186. Ainda sobre indicação de marca, também deve ser considerada a vedação do artigo 40, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, que, ao tratar do parcelamento, destaca sua inadequação quando o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

187. Por outro lado, nada impede que a Administração efetive a indicação de marca/modelo, quando for necessária como parâmetro ou referência para as especificações qualitativas do objeto, para facilitação de sua identificação, sendo conveniente, neste caso, vir acompanhada das expressões "*equivalente, similar ou de melhor qualidade*".

188. De tudo o que foi apresentado, fica a constatação de que a marca não poderá ser indicada como o objeto da contratação em si. Ou seja, o administrador não poderá externar sua preferência por contratação de certa marca, a seu talante, sem a correspondente motivação técnica objetiva e fundamentada. Portanto, a referência à marca deve ser consequência das características específicas do objeto, e não seu pressuposto, sob pena de indevida restrição da licitação e quebra da isonomia dos licitantes.

### **Vedação de marca ou produto**

189. O art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, contempla a possibilidade de a Administração vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

190. Dessa forma, o órgão que inserir no Termo de Referência a vedação à contratação de marca ou produto, deverá justificar suficientemente tal restrição no processo.

### **Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado**

191. De acordo com o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, na fase de planejamento da contratação a Administração deve cuidar para que o planejamento de compras considere condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, devendo tal cautela ser demonstrada ou certificada nos documentos de planejamento.

### **Condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**

192. O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

### **Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa**

193. Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

194. Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

- modalidade de licitação;
- critério de julgamento;
- modo de disputa; e
- adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

## **Objetividade das exigências de qualificação técnica**

195. Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui.

196. A exigência de qualificação técnica-profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações (conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal), então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

197. Já a comprovação da qualificação técnica-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Exigências de Qualificação nas hipóteses legais de dispensa, sem justificativa**

198. O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que “o processo de licitação pública... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

199. O art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, dispõe que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas, “total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).” (Referidos valores são atualizados anualmente por Decreto, conforme art. 182 da mesma Lei).

200. A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

## **Da avaliação sobre a necessidade de qualificar o TR como documento classificado (Lei de Acesso à Informação)**

201. De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa SEGES/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o que deve ser observado no caso concreto.

## **Adequação orçamentária**

202. Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

203. Contudo, tratando-se de licitação para Registro de Preços, é aplicável a Orientação Normativa AGU n. 20/2009, nos seguintes termos: “Na licitação para registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”. Portanto, o órgão deverá zelar pelo seu cumprimento e promover a indicação em momento anterior à celebração do contrato ou retirada do respectivo termo substitutivo.

204. No mesmo sentido, o Decreto federal nº 11.462/2023, definiu, em seu artigo 17, que “a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil”.

### 3.7. Do uso do Sistema de Registro de Preços

205. Em relação à adoção do Sistema de Registro de Preços, necessário sempre pontuar que ele é um procedimento auxiliar permitido pela Lei, que facilita a atuação da Administração em relação a futuras prestações de serviços e aquisição gradual de bens. Utilizando esse procedimento, pode-se abrir um certame licitatório em que o vencedor terá seus preços registrados no instrumento auxiliar denominado Ata de Registro de Preços, para que posteriores necessidades de contratação sejam dirigidas diretamente a ele, de acordo com os preços e condições definidas.

206. Sidney Bittencourt lembra que o SRP se baseia no conceito do sistema *just in time*, segundo o qual a compra ou contratação deve ser efetivada apenas quando ocorrer a necessidade, gerando, para a Administração, uma redução nos gastos de armazenagem e estoque (BITTENCOURT, Sidney. Contrataando sem licitação. São Paulo: Almedina, 2016. P. 198).

207. De acordo com o Decreto federal nº 11.462/2023, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado em diversas hipóteses, tendo o normativo indicando elenco exemplificativo:

**"Art. 3º** O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado."

208. O Sistema de registro de Preços possui algumas características específicas, consolidadas ao longo dos anos e mantidas pela nova Legislação:

a) Desnecessidade de prévia dotação orçamentária. Na licitação para registro de preços é dispensada prévia dotação orçamentária. Isso é admitido porque o SRP não objetiva diretamente uma contratação. Seu objetivo é o registro formal de preços, o qual pode produzir (ou não) futuras contratações. Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária apenas será necessária para a formalização do contrato ou instrumento equivalente.

b) Facultatividade da contratação. Uma vez registrados os preços, o respectivo fornecedor não detém direito à contratação (adjudicação compulsória), pois a concretização do contrato é facultativa. Em outras palavras, a existência de preços registrados não obriga a administração pública a firmar os contratos que deles poderão advir. Nesta feita, o órgão gerenciador ou os órgãos participantes podem, mesmo durante a validade da ata, realizar licitação específica, objetivando a contratação de bens ou serviços semelhantes aos que foram registrados.

c) Adoção facultativa. A adoção do SRP não deve ser tida como regra obrigatória, embora possa ser providencial nas situações em que há necessidade de contratações frequentes, efetivações segmentadas (fracionamento) da contratação, conveniência administrativa na

reunião de pretensões contratuais de diversos órgãos licitantes ou certa imprecisão na estimativa do quantitativo a ser demandado.

d) Utilização para atendimento de diversas pretensões contratuais. O SRP permite que uma única licitação reúna pretensões contratuais de diversos órgãos/entes públicos. Na sistemática admitida pelo SRP, tais órgãos/entes reúnem suas pretensões contratuais para a realização de um único certame, que será conduzido pelo “órgão gerenciador”. Essa reunião produz a obtenção de melhores propostas, uma vez que a ampliação do objeto da licitação, pela reunião de várias pretensões contratuais, permite ganhos em economia de escala; ademais, a reunião de várias pretensões contratuais em um único certame diminui os custos burocráticos na realização da licitação. Conforme será visto adiante, o SRP admite ainda que um órgão que não tenha sido incluído na origem do procedimento (órgão não participante), possa aderir à ata de registro de preços. É o chamado órgão aderente (“carona”), que será analisado mais à frente.

e) Ata de registro de preços. O certame para registro de preços produz um documento vinculativo, de natureza obrigacional, denominado Ata de registro de preços, que estabelece compromisso relacionado à futura contratação. Nesse documento são registrados os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

209. Diante dessas características, é importante delimitar que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento auxiliar que atua conjugado ao procedimento licitatório para gerar um instrumento auxiliar (ata de registro de preços), que gera obrigações, sobretudo de fornecimento, as quais podem lastrear futuras contratações, tendo ela prazo de vigência de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, com possibilidade de prorrogação por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

210. Na licitação para registro de preços será adotado o critério de julgamento de *menor preço* ou de *maior desconto* sobre o preço estimado ou a tabela de preços praticada no mercado.

### **Das competências do gerenciador e participantes**

211. De acordo com o art. 7º do Decreto nº 11.462/2023, compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

**I** – realizar procedimento público de intenção de registro de preços – IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

**II** – aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

**a)** os quantitativos considerados ínfimos;

**b)** a inclusão de novos itens; e

**c)** os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

**III** – consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

**IV** – realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

**V** – promover, na hipótese de compra nacional, a divulgação do programa ou projeto federal, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e das entidades da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios beneficiados;

**VI** – confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;

**VII** – promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento

licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

**VIII** – remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30;

**IX** – gerenciar a ata de registro de preços;

**X** – conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

**XI** – deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

**XII** – verificar, pelas informações a que se refere a alínea “a” do inciso I do caput do art. 8º, se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;

**XIII** – aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;

**XIV** – aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF; e

**XV** – aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 31, nos termos do disposto no § 3º do art. 31.

212. Ressalta-se que os procedimentos de que tratam os incisos I a VI indicados acima serão efetivados anteriormente à elaboração do edital, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

213. Ademais, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os incisos IV e VII do caput.

214. Noutra linha, de acordo com o art. 8º do Decreto nº 11.462/2023, compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

**I** – registrar no SRP digital sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:

**a)** das especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;

**b)** da estimativa de consumo; e

**c)** do local de entrega;

**II** – garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

**III** – solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;

**IV** – manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;

**V** – auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do caput do art. 7º;

**VI** – tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

**VII** – assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

**VIII** – zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

**IX** – aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-

las no SICAF; e

**X** – prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

215. Na construção do processo para uma licitação que adote o Sistema de Registro de Preços, essas competências devem ser devidamente preservadas, para uma instrução escoreta da licitação.

### **Intenção de Registro de Preços**

216. Segundo o artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, o órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

217. O procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP facilita a divulgação dos procedimentos licitatórios iniciados com a utilização do SRP, ainda na fase interna, para que os órgãos e entidades interessados possam ter conhecimento da futura licitação, unindo sua pretensão contratual ao certame gestado e tornando-se um órgão participante.

218. Nos termos do Decreto federal nº 11.462/2023, para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

219. O procedimento de Intenção de Registro de Preços poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante.

220. Ademais, a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

### **Da utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes**

221. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

222. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor. Assim, após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até *noventa dias*, observado o prazo de vigência da ata.

223. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

224. Ademais disso, as adesões deverão respeitar os limites explícitos e implícitos definidos no Decreto federal nº 11.462/2023, o que deve ser acompanhado pelo órgão gerenciador.

### **3.8. Minuta de Edital**

225. O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

226. É preciso lembrar que o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como:

- justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto
- justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira;
- justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e
- justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

### **Da utilização ou não de minuta padronizada de Edital**

227. Conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

228. Tal postulado foi registrado também na quarta edição do [Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU](#), conforme Enunciado BPC nº 06.

229. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

- Se houve utilização de modelos padronizados;
- Qual modelo foi adotado; e
- Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

### **Da restrição a participação de interessados no certame**

230. O art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas e consórcios.

231. Também é vedado o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

232. O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do art. 9º.

233. Especificamente em relação a consórcios, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:



"Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato."

234. No que se refere a cooperativas, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

"Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação."

235. Diante do exposto, qualquer vedação a participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo.

### **Da participação de ME, EPP e Cooperativas**

236. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui

apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

### ***Licitação Exclusiva***

237. O art. 6º do referido Decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00, a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

238. No mesmo sentido a Orientação Normativa AGU nº 47/2014:

"Em licitação dividida em itens ou lotes/grupos, deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) em relação aos itens ou lotes/grupos cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que não haja a subsunção a quaisquer das situações previstas pelo art. 9º do Decreto nº 6.204, de 2007."

239. A Orientação Normativa AGU nº 10/2009, por sua vez, esclarece a forma de aferição do valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) como sendo a referente ao período de um ano da contratação.

### ***Cota reservada***

240. Conforme previsão do art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123, de 2006, e do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os itens ou lotes de licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

241. Em relação às cotas exclusivas, identificam-se alguns requisitos que condicionam seu uso:

I - Em primeiro, a adoção da cota de 25% apenas será aplicável em certames para aquisição de bens, não sendo admitida tal restrição competitiva em licitações para contratação de serviços ou obras; e

II - Em segundo, esses bens devem possuir natureza divisível. Esta divisibilidade está relacionada ao item, e não à pretensão contratual como um todo. Assim, a cota exclusiva apenas pode ser utilizada caso fosse possível a cisão do item, sem prejuízo à licitação.

242. De acordo com o Decreto federal nº 8.538/2015, § 2º de seu artigo 8º, o edital deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada (até 25), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado. O § 3º prevê, ainda, que se a mesma empresa vencer a cota reservada (25%) e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo menor preço. Obviamente, o cumprimento dessas regras regulamentares apenas é possível quando a cota principal e a cota reservada se relacionam ao mesmo objeto (ou item).

243. Convém mencionar que a Advocacia-Geral da União, recentemente, uniformizou a aplicação de cota destinada a microempresas e empresas de pequeno porte em licitações, fixando o entendimento de que, na aplicação das cotas reservadas de até 25%, o montante destinado à contratação dessas empresas pode ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), já que o dispositivo legal não determina um valor máximo (inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06), assim como o faz nas licitações destinadas exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte (inciso I). Tal entendimento consta do DESPACHO n. 00098/2021/DECOR/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, aprovado pelo DESPACHO n. 00115/2021/GAB/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, e aprovado pelo Advogado-Geral da União pelo DESPACHO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO Nº 071, de 17 de março de 2021 (seq. 24 a 27 do NUP 25000.193248/2018-73).

244. Deve-se ter em mente também o teor da seguinte "Orientação aos gestores para aplicação do Decreto nº 8.538/2015", publicada em 10/08/2020, no sítio eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/7-orientacao-aos-gestores-para->

aplicacao-do-decreto-no-8-538-2015. Acesso em: 30/06/2023), cuja consulta desde logo se recomenda.

### ***Do afastamento da licitação exclusiva e cota reservada***

245. A adoção de certame exclusivo para ME/EPP (e equiparados) ou mesmo as cotas de 25% podem ser afastadas. A própria LC 123/2006 estipulou situações que justificam a não adoção, nesses certames, de competitividade restrita.

"Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeito)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)"

246. No mesmo sentido, o art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, estabelece que os tratamentos diferenciados devem ser afastados quando incidente alguma das situações previstas em seu art. 10, o que requer a devida justificativa. Dispõe referido artigo:

"Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública OU representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios."

(grifou-se)

247. Dessa forma, o órgão pode optar por NÃO adotar as regras de licitações diferenciadas, o que está acobertado pelas supracitadas alterações da LC 123/2006, sendo legítima a opção adotada.

248. Nada obstante, é fundamental que a opção pela não adoção das regras de licitações diferenciadas seja devidamente justificada nos autos.

### ***Tratamento diferenciado a ME e EPP de natureza facultativa***

249. Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:

I - de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015;

II - de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015.

### ***Previsões da Lei n. 14.133, de 2021 sobre tratamento diferenciado a ME e EPP***

250. Inicialmente, convém registrar que a Lei nº 14.133, de 2021, inovou ao tratar do tratamento diferenciado a ser conferido a ME, EPP e Cooperativas equiparadas. Por elucidativo, segue transcrição do art. 4º da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

"Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo."

251. Desse modo, para além da observância às regras dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do Decreto nº 8.538, de 2015, é preciso estar claro que o tratamento diferenciado de que tratam tais normas não serão aplicados em relação a licitações que envolvam:

I - item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

252. Adicionalmente, devem ser observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 3º, acima transcritos, que tratam dos critérios para aferição dos limites de valor estabelecidos no § 1º.

### **Margens de preferência**

253. De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá estabelecer margens de preferência, conforme premissas indicadas em seu art. 26:

"Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;

II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

§ 1º A margem de preferência de que trata o caput deste artigo:

I - será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso do inciso I do caput deste artigo;

II - poderá ser de até 10% (dez por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I ou II do caput deste artigo;

III - poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.

§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 20% (vinte por cento)."

254. Convém observar que o art. 27 estabelece a obrigatoriedade de divulgação, em sítio eletrônico oficial, a cada exercício financeiro, da relação de empresas favorecidas em decorrência da aplicação de margens de preferência, com indicação do volume de recursos destinados a cada uma delas.

### **Cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado**

255. O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

### **3.9. Minuta de Termo de Contrato**

256. O artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato, sendo que o artigo 25, seu §1º, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada de termo de contrato, nas situações em que o objeto assim permitir.

### **3.10. Designação de Agentes Públicos**

257. Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

"Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei. (Regulamento)  
Vigência

§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro."

258. As regras do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

"§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica."

259. O Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

260. Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância, convém registrar que o artigo 12 do Decreto nº 11.246, de 2022, tratou de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

#### **Lei nº 14.133, de 2021**

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

(...)

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

(grifou-se)

### **Decreto nº 11.246, de 2022**

Princípio da segregação das funções

Art. 12. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação."

(grifou-se)

261. Por fim, convém observar que o artigo 29 do referido Decreto faz alusão à possibilidade de edição de normas internas a serem observadas pelos agentes públicos que atuam em licitações e contratos:

"Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto."

262. Desse modo, para além da observância aos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.246, de 2022, deve a Administração cuidar para que as normas internas sejam observadas na tramitação processual.

### **3.11. Publicidade do edital e do termo do contrato**

263. É obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

264. Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **4. CONCLUSÃO**

265. Ante o exposto, ressaltando-se os aspectos de conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo desta Consultoria Jurídica, uma vez observadas todas as recomendações deste parecer referencial, inexistindo qualquer dúvida jurídica que justifique o envio de consulta específica e desde que o Órgão assessorado ateste, de forma expressa e em cada processo, que o assunto nele debatido é o tratado na presente manifestação jurídica referencial, é juridicamente possível dar prosseguimento ao processo, sem submeter os autos à e-CJU/Aquisições, consoante

Orientação Normativa nº 55, do Advogado-Geral da União.

266. Reiteramos que a utilização deste parecer referencial será possível sempre que a contratação se enquadrar em suas orientações. Novas hipóteses concretas, que apresentem questões não abrangidas por este parecer, deverão ser objeto de consulta específica.

267. Outrossim, reforçamos a inaplicabilidade desta manifestação nas aquisições de: **medicamentos, de bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação, de aeronaves e de armamentos, as quais deverão ser previamente submetidas à apreciação da e-CJU/Aquisições.**

268. Em atenção ao art. 9º, inciso III, alínea "a", da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, confere-se o prazo de 12 (doze) meses a presente Manifestação Jurídica Referencial - MJ, a contar de sua aprovação.

269. Uma vez aprovada a presente manifestação, recomenda-se, nos termos do art. 9º, inciso III, alíneas "b" e "c", da aludida Portaria Normativa, o seu encaminhamento à Consultoria- Geral da União, bem como ao Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União.

270. À consideração superior do Ilmo Coordenador da e-CJU/Aquisições, Dr. Fernando Ferreira Baltar Neto, para análise, sugestão de aprimoramento ou eventual aprovação desta manifestação.

João Pessoa, 30 de junho de 2023.

(Assinado eletronicamente)  
CATARINA SAMPAIO LOPES  
ADVOGADA DA UNIÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00688000917202084 e da chave de acesso d24417a5

---

Documento assinado eletronicamente por CATARINA SAMPAIO LOPES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1214081897 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CATARINA SAMPAIO LOPES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 30-06-2023 15:06. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE  
(BATALHÃO DE ENGENHEIROS / 1855)  
BATALHÃO VISCONDE DE TAUNAY**

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO (NUP) 64036.005289/2023-23**

**PREGÃO Nº 19/2023 – 7º B E CMB**

Aos 16 Dias Do Mês De Outubro Do Ano De Dois Mil E Vinte E Três, Nesta Cidade, Natal/Rn, Nº 7º Batalhão De Engenharia De Combate, Encerro Os Trabalhos Atinentes Ao **Volume 01** Do Processo (NUP) Nº **64036.005289/2023-23**, Incluindo Este Termo. Do Que Para Constar, Eu Felipe Rogério Dos Santos – 1º Ten, Chefe Da Salc, Seção De Aquisições Licitações E Contratos Do 7º Be Cmb, Seção De Aquisições Licitações E Contratos Do 7º be cmb, Subcrevo E Assino.

**Natal-RN, 16 de outubro de 2023.**

Assinatura manuscrita em tinta azul, apresentando uma letra 'S' estilizada e fluida.

**FELIPE ROGÉRIO DOS SANTOS – 1º Ten  
Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos**